

## Milhares de reformados e idosos manifestaram-se em Lisboa



# Por uma vida condigna

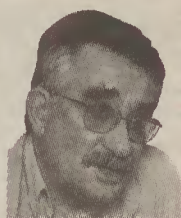
«Um governo que não é capaz de criar pensões e reformas dignas para os seus idosos, não é capaz de governar o País», alertaram o MURPI e a Inter-Reformados na manifestação de sábado na capital. Uma jornada de luta onde se lembrou que Portugal continua a ter as pensões mais baixas da União Europeia e a pior assistência social.

Pág. 5

**festa**  
*Avante!*  
**25**  
anos  
1976 > 2001

**7,8 e 9 Set.**  
Atalaia | Amora | Seixal

## Vem aí a Festa do Avante! 25 edições de inovação e cultura



Fernando Vicente, membro da direcção da Festa do *Avante!*, levanta o véu sobre a edição deste ano, recorda o percurso da FIL à Atalaia e fala do significado da Festa e das inovações no plano cultural introduzidas ao longo dos anos.

Centrais

### Estado da Nação

#### O festim acaba mal

O Governo quer que os trabalhadores paguem a factura dos desmandos do PS, denunciou Carlos Carvalhas na AR. Entretanto, o queijo virou estrelicias e o orçamento foi aprovado com a abstenção do PSD.

Págs. 18 e 19

### Remodelação do Governo

#### CGTP prepara luta

Depois de uma remodelação «desastrosa» e «50 medidas» contra os trabalhadores, a CGTP acusa o Governo de agravar a opção pelos interesses do capital financeiro. Acções de luta já nos próximos dias.

Pág. 11

### Jugoslávia

#### Já se fala em secessão

O rapto de Milosevic e a sua entrega ao tribunal de Haia, à revelia das instituições jugoslavas, revelam a profunda crise que se vive no país. Milhares de pessoas saíram à rua gritando «traição!».

Pág. 23

**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

**PROPRIEDADE**  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

**ADMINISTRAÇÃO**  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.  
Capital social:  
15 000 000\$00.  
CRC matriculada: 47058.  
NIF - 500 090 440

**DIRECÇÃO E REDACÇÃO**  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93  
E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

**Director**  
José Casanova

**Chefe de Redacção**  
Leandro Martins

**Chefe Adjunto**  
Anabela Fino

**Redactores**  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lúcia Calapez  
Margarida Folque

**Grafismo**  
José Araújo

**Fotografia**  
Jorge Caria  
Sérgio Moraes

**Secretaria da Redacção**  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

**DISTRIBUIÇÃO**  
**DISTRIBUIÇÃO ADE'S**  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**Alterações de remessa**  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

**DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL**  
**DELTA PRESS**  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

**ASSINATURAS**  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**TABELA DE ASSINATURAS\***  
(IVA e portes incluídos)

**PORTUGAL**  
(Contínente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 9 000\$00  
25 números: 4 600\$00

**EUROPA**  
50 números: 23 000\$00

**EXTRA-EUROPA**  
50 números: 33 000\$00

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

**Composição e impressão**  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



Por iniciativa do MURPI realizou-se em Lisboa uma manifestação de reformados reivindicando aumentos de pensões

## Resumo

### 27 Quarta-feira

Reivindicando aumentos salariais intercalares, trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado juntam-se no Porto para debater a situação e decidir medidas de acção • O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) critica o anteprojecto de Lei de Bases da Saúde apresentado pela tutela, considerando que «retira espaço de acção aos cuidados primários» • O navio «Santa Mafalda» regressa a Portugal, após mais de duas semanas apre-sado no porto de Marrocos • Uma manifestação contra a crise energética e a corrupção em Brasília com cerca de 50 mil participantes, degenera em confrontos com a polícia em frente ao Congresso Nacional.

### 28 Quinta-feira

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, compara na Assembleia da República o programa de redução da despesa pública do Governo ao pacote de medidas «que o FMI aplicaria se intervisse em Portugal» • Os sargentos dos três ramos das Forças Armadas levam a cabo mais uma acção em defesa dos seus direitos assistindo em uniforme de saída, ao debate sobre «O Estado da Nação», na Assembleia da República • Os trabalhadores das indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas exigem à Inspeção de Trabalho uma maior fiscalização das condições laborais • Um trabalhador palestino é ferido gravemente por tiros de soldados israelitas na Faixa de Gaza • Milosevic é deportado para o Tribunal Internacional de Haia.

### 29 Sexta-feira

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, acusa, em Coimbra, o PSD e o PP de estarem a fazer jogo duplo, ao radicalizarem os seus discursos em relação ao Governo, mantendo-se simultaneamente coniventes com as suas opções políticas • O Conselho da Internacional Socialista reúne-se no Pavilhão Atlântico em Lisboa • Greve dos revisores da CP • Os funcionários judiciais entram em greve devido «à forma desajustada e desorganizada com que o processo de informatização está a ser conduzido, sem qualquer preocupação pela formação».

### 30 Sábado

Por iniciativa do MURPI - Confederação Nacional de Pensionistas e Idosos - realiza-se em Lisboa uma manifestação de reformados, reivindicando aumentos intercalares de 3500 escudos para as pensões • O ex-comandante da polícia brasilei-

ra, Ubiratan Guimarães, é condenado a 632 anos de prisão pelas mortes de 102 reclusos numa cadeia do Brasil • O governo da Macedónia anuncia a entrada em vigor de um «imposto de guerra» destinado a fazer face aos custos do conflito com os separatistas albaneses • As forças do Sri Lanka lançam um ataque aéreo contra posições dos Tigres de Libertação do Eelam Tâmil, no Norte da Península de Jafna • O lendário saxofonista de jazz norte-americano Joe Henderson, conhecido nomeadamente pela obra «Double Rainbow» de homenagem a António Carlos Jobim, morre aos 64 anos.

### 1 Domingo

O consumo de estupefacientes deixa formalmente de ser crime com a entrada em vigor da nova Lei da Droga, que passa a considerá-lo uma contra-ordenação punível com coimas e priviligio de tratamento • O Partido Comunista Chinês assinala o seu 80.º aniversário • Aviões israelitas atacam um posto de defesa antiaérea síria no Leste do Líbano • A polícia espanhola prende o italiano Pasquale Belsito - conhecido como o «flor negra» - considerado o terrorista de ultradireita mais procurado da Europa • Os chefes de Estado e de governo dos Quinze e os 40 ministros da Europa central participam na cimeira Europeia em Salzburgo, Áustria.

### 2 Segunda-feira

O sector dos transportes pesados de passageiros volta à greve para reivindicar novos aumentos salariais • Portugal conta com uma vacina indicada para a prevenção de doenças como a meningite ou a otite, utilizada em crianças com idade inferior a dois anos • O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, exorta israelitas e palestinos a fazerem tudo o que estiver ao seu alcance para evitar uma ruptura do cessar-fogo decretado a 13 de Julho • Portugal conta com uma vacina indicada para a prevenção de doenças como meningite ou a otite, utilizada em crianças de idade inferior a dois anos.

### 3 Terça-feira

O presidente da República, Jorge Sampaio, empossa seis novos ministros, que iniciam funções após a quinta remodelação do Governo em menos de um ano • Os motoristas de pesados de passageiros estão em greve pelo segundo dia, reivindicando aumentos salariais • Slobodan Milosevic recusa a legitimidade do Tribunal Internacional de Haia, classificando-o de «ilegal» • Os pilotos da companhia aérea espanhola Ibéria estão em greve, reivindicando questões salariais.

## Aconteceu

### Nova Lei da Droga

O consumo de estupefacientes deixou formalmente de ser crime a partir de domingo, com a entrada em vigor da Nova Lei da Droga, que passa a considerá-lo uma contra-ordenação punível com coimas e priviligio de tratamento.

O processo arrancou na segunda-feira com a

ram em funcionamento uma CDT por distrito, composta por um presidente, dois vogais e uma equipa de apoio com dois técnicos na área da saúde e três administrativos. Os três elementos da direcção da CDT foram nomeados pelos ministros da Justiça e da Saúde e pelo



entrada em funcionamento das 18 Comissões de Dissuasão da Toxicoddependência (CDT), e os novos «tribunais» que farão uma avaliação dos consumidores e definirão as coimas ou sanções acessórias a aplicar.

Por força da Lei da Droga, entra-

secretário de Estado da tutela.

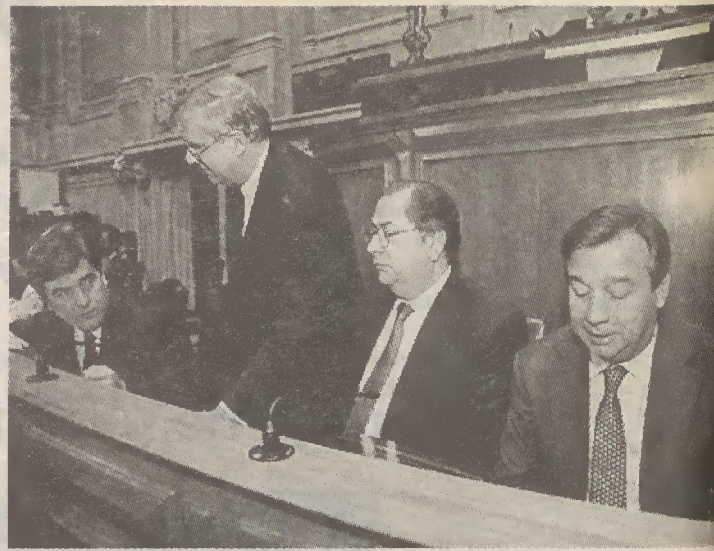
A apresentação oficial dos novos «tribunais» da droga é feita hoje em Leiria, numa cerimónia no castelo local em que estarão presentes António Costa, ministro da Justiça, e Vitalino Canas, que tutela a área.

### Gravuras rupestres em Bragança

Foram encontradas no Alto Sabor, em Bragança, as mais importantes gravuras rupestres depois das do Vale do Côa, segundo o Centro Nacional de Arte Rupestre.

As obras paleolíticas foram encontradas em três locais diferentes. Um dos locais foi descoberto por Mário Reis, arqueólogo da extensão de Macedo de Cavaleiros do Instituto Português de Arqueologia (IPA). O mesmo arqueólogo identificou, junto com o seu colega Luís Pereira, outras gravuras de traços múltiplos ainda não identificadas, na Ribeira do Posadouro. Residentes na zona dizem existir ainda nesse local um painel com cinco cavalos gravados.

O terceiro sítio, conhecido por «Fraga Escrevida», têm várias gravuras esquemáticas bem visíveis, mas que escondem a de um grande auroque, que será a maior ao ar livre desse animal em toda a arte paleolítica fora da área do Côa.



### Remodelação governamental

O Presidente da República, Jorge Sampaio, empossou esta terça-feira seis novos ministros, que iniciam funções após a quinta remodelação do Governo em menos de um ano.

Rui Pena, um dos fundadores do CDS, ocupa a pasta da Defesa, numa altura marcada pelos cortes da despesa e contenção de direitos das forças armadas.

Correia de Campos é o novo ministro da Saúde, que se propõe fazer frente ao déficit do sector e reformar o Serviço Nacional da Saúde.

Braga da Cruz avança para a Economia, depois da queda polémica de Pina Moura, e Júlio Pedrosa toma conta da pasta da Educação.

António José Seguro, no passado secretário de Estado da Juven-

tude e adjunto de António Guterres, deixa o lugar de deputado europeu, em Bruxelas, para ocupar a função de ministro-adjunto do primeiro-ministro neste XIV Governo Constitucional.

Augusto Santos Silva passa da Educação para a Cultura e Oliveira Martins acumula o cargo de ministro da presidência com as Finanças.

### Testes da BSE obrigatórios

A realização de despistagem rápida da «doença das vacas loucas» (BSE) a bovinos com mais de 30 meses para abate passam a ser obrigatória a partir de segunda-feira em todos os países da União Europeia.

Segundo um documento emitido pela Comissão Europeia a 29 de Novembro de 2000, os «Estados membros devem assegurar que todos os bovinos com mais de 30 meses de idade, sujeitos a abate normal para consumo humano são examinados por um dos testes rápidos homologados (...) impreteri-

velmente a partir de 1 de Julho de 2001».

Em Portugal, nos matadouros das localidades de Tomar, Beja, Sourel, Santarém, Famalicão, Miranda e Vairão estão instalados laboratórios a funcionar para o despiste rápido da doença «das vacas lou-

cas». Em Lisboa, a unidade para a despistagem da BSE está instalada no Laboratório Nacional de Investigação Veterinária.

Os testes de despistagem rápida da BSE permitem a obtenção de resultados da doença no espaço de oito a 12 horas.



### Curtas metragens em Vila do Conde

Mais de meia centena de filmes de todo o mundo e uma retrospectiva do Cinema Cínico fazem parte do programa do nono Festival Internacional de Curtas Metragens de Vila do Conde, que arrancou na terça-feira e termina no domingo.

Nas sessões competitivas, que integram as competições Internacionais (42 filmes) e Nacional (16 filmes), serão apresentadas curtas metragens - animação, documentário e ficção - produzidas em 2000 e 2001.

Aquele que é o único certame nacional exclusivamente dedicado à curta metragem homenageia Charles Bower, considerado como um dos génios do cinema mudo norte-americano a par de Charlie Chaplin e Buster Keaton, com a apresentação de uma retrospectiva.

Em colaboração com a Cinemateca Mazzone (Roma) serão apresentados grandes clássicos de curta metragem de autores como Federico Fellini, Pier Paolo Pasolini e Roberto Rossellini.

## Crónica Internacional

• Albano Nunes

# Os novos Quislings (\*)

Têm razão os que caracterizam como um rapto a entrega/extradição de Slobodan Milosevic ao Tribunal Internacional *ad hoc* de Haia.

A avaliar por quanto foi dito na imprensa internacional, Milosevic - que além de pessoa humana foi até há pouco Presidente da República de um Estado soberano e internacionalmente reconhecido - antes de ser metido à socapa no avião que o levou para a base da NATO de Tuzla, na Bósnia, não pôde sequer despedir-se da família e contactar os seus advogados.

De facto, o que é isto senão um rapto, um sequestro praticado pelo imperialismo com o concurso dos seus agentes na Sérvia e na Jugoslávia, os Djindjic e companhia, que acederam ao poder na ponta das espingardas da Santa Aliança Ocidental contra a corajosa resistência da Jugoslávia ao *dictat* imperialista? Que é isto senão um golpe de mão friamente programado para se furtar à previsível oposição dos órgãos do Estado e da população jugoslava, que é bom não esquecer, só votou maioritariamente em Kostunica e na coligação dita «democrática» que dele se serviu, porque no essencial o seu programa era patriota e anti-imperialista, recusando mesmo a eventual entrega de dirigentes jugoslavos ao TPI *ad hoc* de Haia?

Que é isto senão um golpe de mão?

Compreende-se por isso que nas ruas de Belgrado se tenham verificado manifestações de protesto em que a palavra «traição» foi por ventura a mais gritada. E com inteira razão. Djindjic e os seus capangas, que desde a sua emergência na cena política jugoslava, se revelaram uma descarada criação dos serviços secretos estrangeiros (em plano idêntico ao do UÇK que hoje ameaça não só no Kosovo como na Macedónia), chegados finalmente ao poder comportam-se como autênticos «Quislings». Escreve o *Le Monde* de 30/6/01 que «o primeiro-ministro sérvio agiu sob a pressão dos Estados Unidos», mas se escrevesse que «agiu como agente dos EUA» talvez poucos notassem uma diferença que de facto nada indica existir.

Neste processo há tanta ilegalidade, tanto cinismo, tanta indignidade, tanta prepotência que é necessário parar para pensar. De que brutalidade não será o imperialismo (e em primeiro lugar os EUA e a NATO) capaz se não encontrar pela frente uma resistência forte e internacionalmente concertada aos seus propósitos de dominar o mundo? Até onde não será capaz de ir uma União



Europeia cada vez mais prussiana e entregue a gente da laia de um Chris Patten («um dia histórico para todos os que... acreditam no «império» da lei internacional») ou de um J. Solana («a justiça não tem fronteiras»)? Se não se verificar um sobressalto de dignidade nacional, de clara condenação da política de abandono patriótico e de submissão nacional de sucessivos governos, onde poderá chegar o envolvimento suicida de Portugal na estratégia agressiva do imperialismo?

Aquilo que é profundamente condenável de um ponto de vista ético e jurídico tem de ser considerado sobretudo no plano do seu alcance e significado político. A entrega/extradição de Milosevic a um «tribunal» político (segundo o próprio Kostunica: «instância política e não jurídica») feito à medida dos vencedores e para impor a sua «justiça» não pode ser banalizada. Não pode consentir-se na destruição de um ordenamento jurídico internacional que, embora por defeito, consagra conquistas civilizacionais inseparáveis da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos. Há que lutar com perseverança para que (do já citado *Le Monde*) a entrega de Milosevic não seja «uma espécie de baptismo de uma justiça internacional nascida de novo», ou seja, há que lutar para impedir a instituição de uma «nova ordem», talhada à medida dos interesses das multinacionais, do grande capital financeiro, do imperialismo.

É isto o que de essencial está em causa e que, independentemente do que cada um pense sobre a figura pessoal e política de Milosevic, deve unir quantos aspiram a um novo mundo de liberdade, paz e justiça social.

(\*) Quisling - Traidor que dirigiu o governo fantoche da Noruega sob ocupação nazi.

## Editorial

# À DIREITA, MAIS À DIREITA

O bizarro processo de remodelação governamental, concretizado sob a batuta do Primeiro-Ministro, ficará na história como um acontecimento exemplar do que é e do estado a que chegou a política de direita. Tem sido muito justamente referida e criticada a *forma* como o processo foi conduzido. Importa, no entanto, não esquecer o *conteúdo* desse processo - além de que, como parece óbvio, estamos perante uma *forma* carregada, ela própria, de *conteúdo*.

De «olhos nos olhos», segundo o autoproclamado hábito de António Guterres, a remodelação foi veementemente negada até ao fim. Mais: até para além do fim, na medida em que, mesmo quando ela já era do conhecimento público, ainda havia quem a negasse com a veemência inicial. Tudo isto conduziu a uma sucessão ininterrupta de cenas que, seriam apenas caricatas se não fossem ofensivas da dignidade de pessoas e da própria Assembleia da República: manhã cedo, o

E bastaria esta nomeação para caracterizar o sentido da remodelação em causa.

No futuro imediato, previsivelmente, Guterres continuará a inundar o País com as suas «estratégias para o futuro»; avançará mais uma vez com a proposta de «um pacto de confiança com os portugueses»; voltará a jurar fidelidades a assolapadas «paixões»; garantirá outra vez que «no espaço de uma geração venceremos o atraso que nos separa dos países europeus mais desenvolvidos»; repetirá a mensagem milagrosa da «sociedade de informação»; exibirá pela milionésima vez a sua «frontalidade» e «transparência», avalizando-as com a afirmação de que «os portugueses conhecem-me» - e continuará a levar à prática uma política que tem como prioridade das prioridades, no plano interno, servir os interesses do grande capital e, no plano externo, apoiar e aplaudir as decisões dos chefes da nova ordem mundial.

Complementando a palhaçada que rodeou esta remodelação, entrou em cena Cavaco Silva com «A mentira» - que o *Público* publicou com pompa e circunstância. Pernóstico como só ele, Cavaco quis mostrar que «quem lhas faz, paga-lhas»: chamando mentiroso a Guterres, vingando-se de tempos passados, quando, das bandas do PS, alguém dizia: «o Primeiro-Ministro mentiu»; acusando o Governo de, com as medidas anunciadas, ir fazer pagar a factura aos «portugueses de menores recursos», diz uma verdade tão verdadeira hoje como quando o seu Governo executava iguais medidas; sublinhando a «irresponsabilidade» do Governo por ter fechado os ouvidos aos «alertas» lançados «não só por economistas portugueses, mas também por organizações internacionais», está, certamente, a recordar-se dos tempos em que sobre ele e o seu Governo foi dita a mesmíssima coisa - enfim, é Cavaco Silva na «oposição»: criticando uma política que, no essencial, é a que ele praticou enquanto foi Primeiro-Ministro e que o actual líder do seu partido sonha vir a praticar.

Aliás, o facto de o PSD ter votado favoravelmente o orçamento rectificativo apresentado pelo Governo do PS não se deve a distração ou acaso mas sim à identificação com as medidas preconizadas. E é óbvio que, votando como votou, o PSD disponibilizou-se para votar favoravelmente o próximo Orçamento de Estado. Mais: assumiu a obrigação política de o fazer.

Razão tinha, pois, o Comité Central do PCP quando, na sua última reunião, afirmava ser a política de direita - independentemente de ser o PS ou o PSD a praticá-la - a fonte de todos os grandes problemas dos trabalhadores, do povo e do País; assinalava estar a verificar-se uma inflexão ainda mais para a direita na política governativa; e sublinhava a necessidade de combater e derrotar os planos de repetição de uma gasta alternância entre o PS e o PSD, abrindo o caminho para uma alternativa de esquerda. Para alcançar tal objectivo, o PCP prosseguirá a sua intervenção activa de oposição de esquerda ao Governo do PS e continuará a bater-se pela intensificação e ampliação da luta na defesa dos interesses dos trabalhadores e da população e pela exigência de uma política de esquerda.

## “Os métodos a que o Primeiro-Ministro recorreu, têm a marca inconfundível da política de direita”

Primeiro-Ministro desloca-se a Belém, à surrelfia e de camuflado mas vigiado pela comunicação social; ministros que já não o eram defendiam o orçamento rectificativo como se o fossem, enquanto o substituto de um deles, extasiado, se confessava ministro aos jornalistas (quicá depois de ter enviado um telegrama género: «Pai, finalmente ministro!»); um deputado/analista que, publicamente, garantira a pés juntos que não haveria remodelação e que pintaria a cara de preto se houvesse, apalhaça-se tendo, por isso, honras de primeira página num «jornal de referência»...

Os métodos e as práticas a que o Primeiro-Ministro recorreu neste processo, têm a marca inconfundível da política de direita que António Guterres se dispõe a prosseguir e intensificar como se vê, quer pelo conteúdo do orçamento rectificativo e das 50 medidas antisociais, quer pelo critério utilizado na escolha dos novos ministros. Particularmente significativa e a exigir registo atento é a escolha de Rui Pena para o elenco governativo. Trata-se de entregar a pasta da Defesa nada mais nada menos do que ao presidente do Movimento Humanismo e Democracia que é, igualmente, presidente do grupo de deputados desse Movimento que integra o grupo parlamentar do PS - integração que, só por si e como já aqui sublinhámos, para além de constituir um caso único pelo menos na Europa, confirma e demonstra como são muitos e longos e poderosos os braços envolventes da Obra de Deus...

## Actual

## Hipócritas

• José Casanova

Um conjunto de «notáveis» dos mais diversos quadrantes da sociedade civil - segundo o «Público» - festejou, jantando, o terceiro aniversário do referendo sobre a despenalização do aborto. No decorrer da festa houve discursos. O *quadrante* do inevitável Paulo Portas falou «em nome de um princípio que eu acho que é de civilização, o direito à vida»; o *quadrante* de Bagão Félix assinalou «a relevante efeméride de uma vitória e de uma responsabilidade de luta por uma causa essencial»; o *quadrante* da «Vida Norte», pela voz do seu vice-presidente, explicou que o jantar em causa «constituía um estímulo para futuros trabalhos» e, pela voz da sua presidente, esclareceu que «tudo será feito para que seja declarada a nulidade do acto administrativo pelo qual foi autorizada a comercialização da pílula abortiva»; os *quadrantes* todos palraram como se o referendo que comemoravam tivesse sido sobre o sim ou não ao aborto, sabendo, todos, que ele foi sobre o sim ou não à despenalização num dado prazo.

Isto é: continua a campanha terrorista que todos estes *quadrantes* levaram a cabo na altura do referendo procurando, e conseguindo, de facto, a «vitória» do aborto clandestino.

Olhando para os números oficiais, que registam apenas 491 abortos por ano em Portugal, os *quadrantes* festejaram a «vitória» fingindo não saber que os números reais andam entre os 20 e os 40 mil (estimativa da Associação para o Planeamento Familiar), o que significa que milhares de mulheres recorrem ao aborto clandestino - em clínicas estrangeiras, as que pertencem a *quadrantes* bem instalados na vida; onde calha, as que não pertencem aos ditos *quadrantes*, que são quase todas. (Segundo o «24 Horas», 250 mulheres portuguesas, pagando entre 60 e 270 mil escudos, abortam todos os anos, numa clínica de Madrid - e o jornal refere a existência de outras clínicas a que recorrem portuguesas, em Málaga e Badajoz. Mas é óbvio que a quase totalidade das dezenas de milhar de mulheres, porque não pertence aos tais *qua-*



*drantes*, não dispõe de recursos financeiros para ir ao estrangeiro.)

Feitas as contas - 20 a 40 mil por ano = 1660 a 3300 por mês = 55 a 110 por dia = 2 a 4 por hora - verifica-se que, enquanto os *quadrantes* jantavam festivamente e se felicitavam pela «vitória» do seu «direito à vida» e se estimulavam «a fazer muito mais do que já foi realizado»... 6 a 12 mulheres recorriam ao aborto clandestino - aqui, em Portugal; na maioria dos casos sem quaisquer condições de assistência médica; em muitos casos ficando com graves sequelas; nalguns casos morrendo. Clandestinamente, é claro: para não retirar o brilho aos jantares, às festas, às «vitórias» dos hipócritas «notáveis dos diversos quadrantes».

## Trinta dinheiros

• Jorge Cordeiro

Há quem tenha a tentação de repetir, não inocentemente, a ideia de que o dinheiro tudo compra. Haja direito a corrigir a afirmação e devolver exactidão à ideia: o dinheiro compra o que está disposto a vender-se.

O processo de entrega de Milosevic ao chamado Tribunal Penal Internacional constitui um dos processos mais indignos de subserviência às ordens do imperialismo e de venda da dignidade de um Estado soberano a troco do aceno de uns quantos milhões de dólares. Um processo que devia fazer corar de vergonha não apenas os que aceitaram colaborar na sua concretização mas também os que o aliciaram e prepararam. E que sobretudo não pode deixar de constituir um aviso à consciência democrática de todos quantos não se conformam com a ideia de uma nova ordem internacional, construída à força e alicerçada numa justiça com regras ditas pelos estritos objectivos de dominação imperial dos mais poderosos. Sejamos claros. A haver lugares reservados no banco dos réus destinado a receber os que devem responder por crimes contra a humanidade cometidos no conflito da Jugoslávia, seguramente que aos Estados Unidos e à União Europeia caberá por direito próprio o acesso à primeira fila. Pelo que ali fizeram em matéria de acção conspirativa para desagregar a Jugoslávia e acirrar conflitos étnicos e pela destruição deliberada das infra-estruturas e da economia do país. E também, e agora, pela acrescida razão de terem sido instigadores e promotores activos de um vergonhoso processo de



chantagem e de rapto destinado a entregar um ex-chefe de Estado às malhas dos vencedores.

Chantagem porque, como os factos e o processo comprovam, a pressão para a entrega de Milosevic está desde o primeiro momento apresentada como condição básica para a entrega de uma prometida ajuda financeira à Jugoslávia. A venda de Milosevic na véspera da reunião da «conferência de dadores» e o anúncio posterior de que o «gesto» das autoridades sérvias fora premiado com um bónus de uns quantos dólares mais, associadas às descaradas declarações anteriores da promotora do TPI não legitimam a menor dúvida sobre o processo.

Rapto porque, como os factos o comprovam, a sua entrega correspondeu a um processo construído à margem das instituições nacionais, em desrespeito por deliberações do Tribunal Constitucional, realizado em segredo entre responsáveis da Nato e os dirigentes a seu soldo no governo sérvio, e com divulgação pública em primeira mão na capital londrina pela voz da BBC.

As declarações de alguns dos principais responsáveis políticos nacionais parecem confirmar que a sua cega obediência às ordens da Nato e aos interesses dos Estados Unidos lhes permitem conviver, sem se indignarem, com as práticas de aliciamento, chantagem e incentivo à traição. Mesmo que construída sob os escombros da chamada ordem democrática tão invocada sempre que os seus interesses de classe se afiguram ameaçados.

## Senadores

• Anabela Fino

Com a subtilidade que o caracteriza, Paulo Portas disponibilizou-se há dias, no Parlamento, a levar uns tabefes de António Guterres, de molde a satisfazer a vontade do primeiro-ministro, antes manifestada em reunião de deputados socialistas, de «ir às fuças à direita».

Guterres, mantendo o nível do debate, logo sublinhou não ter Portas o monopólio do dislate e garantiu que também ele, simples mortal, cai na tentação de dizer disparates.

Se fosse só de dizê-los... A verdade, porém, é que não foi preciso esperar muito para comprovar a reconhecida coerência de Guterres; conhecida a remodelação, constatou-se que o Governo virou ainda mais... à direita. Portas bem podia ter invocado o velho ditado: «quanto mais me bates, mais gosto de ti».

Consta que alguns membros da família socialista, que antes tinham vibrado com a ideia de Guterres «ir às

fuças...», ficaram de cara à banda. Não se percebe porquê. Afinal de contas, essa tem sido a prática corrente e, tal como os dislates, não é monopólio de Guterres.

O curioso é que tudo isto se tenha passado ao mesmo tempo que decorriam, num hotel de Lisboa, dois encontros de individualidades patrocinados pela Associação Empresarial de Portugal (AEP), pomposamente chamados de «reunião dos senadores». Nomes sonantes como Cavaco Silva, Ramalho Eanes, Mário Soares, Pinto Balsemão, Miguel Cadilhe ou Medina Carreira, entre muitos outros, compareceram à chamada.

De acordo com as notícias vinda a público, este toque a reunir visa a preparação de um documento intitulado «Uma nova ambição para Portugal». Que ambição é essa ainda não se sabe - o documento só deverá vir a público em Setembro -, mas não deverá ser necessário um grande esforço para descobrir

quem são os ambiciosos. Do que parece não haver dúvidas é que o dito documento constitui uma crítica ao Governo e revela, nas palavras de Ludgero Marques, presidente da AEP, «um gesto político e uma intervenção inequívoca na redefinição de objectivos de política para o país». Nem mais.

Apesar de ter submetido o essencial das decisões políticas aos seus interesses, com a prestimosa ajuda de muitos «senadores», o capital quer ainda mais. Quer tomar as rédeas, mesmo que por interposto «senador» com rédea curta.

Entregue o ouro ao bandido, Guterres já não serve. De nada lhe serviu meter a Reforma Fiscal na gaveta, apresentar um orçamento rectificativo em que mais de metade dos cortes são nas despesas sociais, ou prometer cinco milhões de contos em benefícios fiscais para estimular o mercado de capitais. Em tempo de crise, até os governos à direita são descartáveis.

## Frases

“Bolsa perdeu o equivalente a dez por cento do PIB”

(Título de 1.ª página, Público, 02.07.01)

“O país está demente: a direcção do país não pensa”

(Medina Carreira, 24 Horas, 30.06.01)

“O [novo] Governo não tem tempo a perder para ir ao encontro das expectativas dos portugueses e da resolução dos problemas nacionais”

(Jorge Sampaio, Público, 03.07.01)

“Não passou pela cabeça do sr. primeiro-ministro, nem do sr. Presidente da República, que este comportamento estava abaixo da sua dignidade oficial (...) Deixar ministros efectivamente demitidos defender perante a Assembleia o Orçamento Rectificativo não lhes pareceu um insulto à própria Assembleia e, através dela, aos portugueses”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 01.07.01)

“A questão é saber se passamos a ter em Portugal impostos sobre os lucros ou lucros à custa dos impostos...”

(Ruben de Carvalho, Diário de Notícias, 29.06.01)

“Há 15 anos que a estabilidade governativa apenas significa a manutenção em funções do mesmo primeiro-ministro. Toda a arte da remodelação repousa na personalidade que levou o seu partido à vitória em determinado momento”

(José Medeiros Ferreira, Diário de Notícias, 03.07.01)

“Os patrões só não pedem eleições antecipadas porque ainda não decidiram quem é o cavalo em que vão apostar. Guterres já não lhes serve”

(Helena Roseta, Visão, 28.06.01)

“Saltar do eng. Guterres para o dr. Durão Barroso é como saltar do lume para a frigideira”

(Constança Cunha e Sá, Diário Económico, 29.06.01)

“Guterres promete ao PS que está disposto a combater a direita e faz uma remodelação precisamente para esse lado do espectro partidário”

(Eduardo Dâmaso, Público, 30.06.01)

“Com esta remodelação Guterres vinco a natureza conservadora deste Governo, o que fica particularmente evidente na escolha do novo ministro da Defesa. Abertura à sociedade civil não equivale forçosamente a abertura à direita”

(Mário Mesquita, Público, 01.07.01)

“O autismo do primeiro-ministro - que parece ter descolado do país, da realidade e até do mais elementar bom senso - estará a impedir que ele se aperceba do essencial: que perdeu a autoridade e os portugueses lhe perderam o respeito”

(José António Lima, Expresso, 30.06.01)

“A pátria está em crise mas o futebol, não! Há petróleo nos estádios!”

(Alfredo Barroso, idem)



Milhares de reformados e idosos manifestam-se ao apelo do MURPI e da Inter-Reformados

## «Vem reclamar uma vida condigna!»

**C**erca de três mil idosos e reformados manifestaram-se, sábado passado, em Lisboa. Representam, hoje, um das mais significativas manchas de pobreza no país. E exigem algo aparentemente elementar – o reconhecimento da sua dignidade.

Melhores reformas e pensões, aumento intercalar de pensões para os reformados, pensionistas e idosos e um servi-

ço nacional de saúde universal e gratuito, foram algumas das exigências insistentemente repetidas na concentração –

manifestação, convocada pelo MURPI – Confederação Nacional de Pensionistas e Idosos e pela Inter-Reformados CGTP-IN. Uma jornada de luta para «reclamar uma vida condigna».

«Por vezes temos que optar pela compra de medicamentos ou pela alimentação para continuarmos a viver» disse, na sua intervenção, Felicidade Montoito, presidente do MURPI, lembrando que «continuamos a ser os mais desfavorecidos da Europa Comunitária, temos a pior assistência médica, as listas de espera são gravosas, os medicamentos cada vez mais caros» e ainda que «temos as pensões mais baixas da Europa, a pior assistência social», num momento em que diversos estudos indicam como «principal causa da pobreza e exclusão social, as baixas pensões».

Um problema grave que reflecte ainda uma profunda e sentida injustiça social. «Só em ajudas de custo, um ministro pode receber mais 200 contos que um idoso recebe para viver todo o mês – com medicamentos, alimentação, renda de casas,

água, luz. Isto é injusto num país que se diz democrático!», frisou, em breves declarações ao «Avante!», Fernando Servo, vice-presidente do MURPI.

Viver mais, mas melhor, surge assim como a exigência básica de uma camada social em crescimento, a braços com graves problemas sociais.

### As razões do protesto

O aumento progressivo da inflação, cujo valor médio vai em 4%, ou seja, mais 1,5% do valor anunciado aquando do Orçamento Geral de Estado (2,5%), o que «atinge principalmente os pensionistas e reformados de menores recursos, que vivem exclusivamente das suas pensões», é o primeiro facto que ressalta da análise conjunta, pelo MURPI e pela Inter-Reformados, da situação actual.

Ao agravamento da taxa de inflação, acresce um mais acentuado aumento dos bens

essenciais, que registaram «aumentos muito superiores a 8%», do que resulta que «há muito, os últimos aumentos de reformas e pensões foram sugados».

**Um governo que não é capaz de criar pensões e reformas dignas para os seus idosos, não é capaz de governar o país**

No campo da saúde, a situação «cada vez mais caótica, com encerramento de hospitais concehios e valências nos centros de saúde e suas extensões, agravada pela falta de

médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde» atinge de forma particularmente sensível os idosos. Pois, nas palavras de Fernando Servo, «somos nós, os velhos, que levamos a vida inteira a trabalhar e que hoje sofremos das mais variadas doenças, em muitos casos derivadas das condições em que trabalhamos».

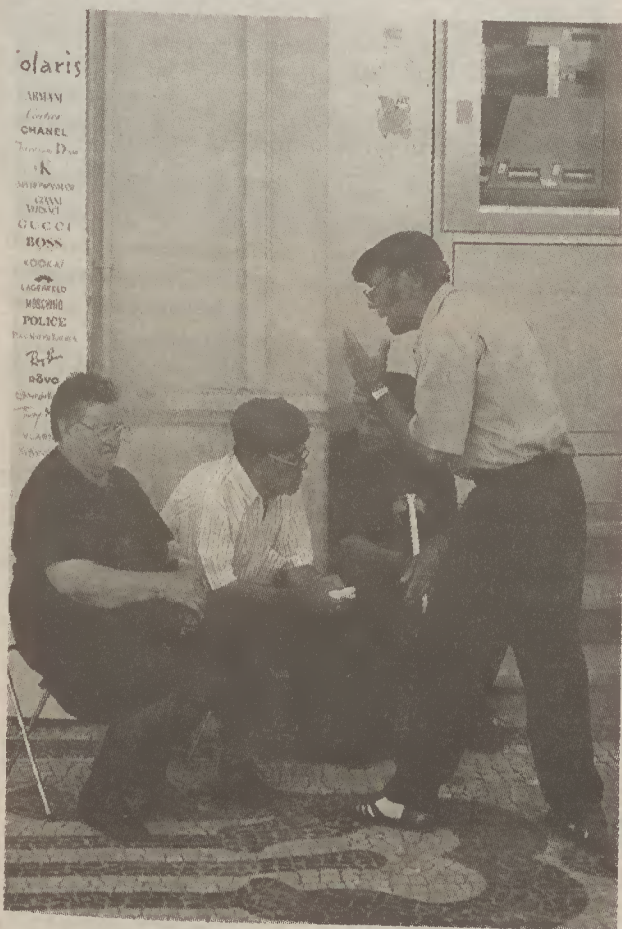
O isolamento é outro problema particularmente sentido, assumindo frequentemente contornos dramáticos e terminando mesmo, nalguns casos, em suicídio, «como se

registou em 2000 – 122, sendo 91 homens e 31 mulheres, e que este ano já vai em 40, 32 homens e 8 mulheres», como vem referido no documento conjunto.

A grande questão de fundo é sempre o montante irrisório das reformas, considerando, como se refere na Moção aprovada, que para «85 em cada 100 pessoas com mais de 65 anos, o seu meio de subsistência são as pensões e os valores estas são miseráveis».

No documento conjunto de análise sublinha-se o quanto é injusto «o aumento das pensões de reforma sobre montantes baixíssimos, o que origina aumentos de miséria como em 2001, que foi de 66 escudos por dia nas pensões sociais».

Já não são tempos da «sopa dos pobres», mas a pobreza generalizada entre idosos e reformados continua a ser a realidade actual. «Um governo que não é capaz de criar pensões e reformas dignas para os seus idosos, não é capaz de governar o país», alertam o MURPI e a Inter-Reformados.



### Os números

- Em 1991 a população idosa (com 65 anos ou mais) representava 13,6% da população do país. Hoje aproxima-se dos 20%, e alguns estudos apontam para que, dentro de duas décadas, a relação será de 112 idosos por 100 jovens;
- 85% das pessoas com mais de 65 anos têm, como meio de subsistência, as pensões de reforma;
- Os reformados, pensionistas e idosos são actualmente 2,5 milhões, representando a população idosa cerca de 1,5 milhões, e 1 milhão é de reformados não idosos;
- Mais de 60% dos idosos são mulheres;
- Segundo números oficiais, existem cerca de 300.000 idosos empregados;
- Mais de 20% dos idosos vivem sós.

A Moção conjunta, apresentada por Herberto Goulart, Coordenador do Secretariado da Inter-Reformados, e aprovada pelos milhares de presentes na concentração, coloca um importante conjunto de reivindicações:

- Pensões e reformas dignas, aproximação da pensão e reforma mínima ao ordenado mínimo nacional;
- Um verdadeiro Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito;
- Um aumento intercalar imediato para todos os reformados, pensionistas e idosos de 3.500 escudos;
- Gratuitidade dos medi-

### As reivindicações

camentos para os doentes crónicos;

- Participação total, por parte do Estado, nos medicamentos para os reformados, pensionistas e idosos com rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional;
- Aumento das participações para próteses dentárias, auditivas, ortopédicas, oftalmológicas e outras;
- Criação de serviços de geriatria nos hospitais, centros de saúde e suas extensões;
- Constituição, pelo Orçamento de Estado, de ajudas específicas às Juntas de Freguesia para reparações e

adaptações necessárias nas casas dos idosos;

- Criação de Centros de Dia sempre que necessário e justificável;
- Como última solução, acesso a lares dignos desse nome, deixando de ser efectuado o pagamento correspondente aos subsídios de férias e de Natal;
- Instituição de serviços de assistência médica e enfermagem domiciliária para idosos em todos os campos de saúde;
- Desconto de 50% nos preços dos transportes públicos, de médio ou longo curso, para todos os reformados, pensionistas e idosos, sem

qualquer limitação de horário;

- Que seja criado um esquema de segurança eficaz, em defesa dos nossos bens e pessoa humana;
- Sermos tratados com a dignidade a que temos direito;
- Pelo cumprimento da Constituição da República e da declaração Universal dos Direitos do Homem;
- Mais e melhor justiça social;
- Defesa e melhoria da Segurança Social;
- Defesa e melhoria do Serviço Nacional de Saúde;
- Reconhecimento do MURPI como parceiro social.

## Ensino especial Fenprof denuncia restrições

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) envia esta semana, a várias entidades internacionais, um dossier onde denuncia as graves restrições impostas pelo Governo ao ensino especial.

O dossier será remetido para a UNESCO, que patrocinou a Conferência Internacional de Salamanca, onde, em 1994, foi aprovada a Declaração sobre a Escola Inclusiva.

O «Fórum Europeu do Deficiente» e a associação «Disable People Internacional» irão também receber o documento, que contém dados sobre todo o país e as tomadas de posição das organizações sindicais de professores, dos deficientes e dos pais.

A FENPROF irá ainda solicitar uma audiência ao presidente da República, pedindo-lhe que intervenha na resolução do problema.

De acordo com a FENPROF, no próximo ano lectivo haverá um corte de 3.714 lugares no ensino especial nas escolas do continente, que será de 396 lugares na Região Centro.

## Saúde Enfermeiros contra Lei de Bases

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) considerou que o anteprojecto de Lei de Bases da Saúde apresentado em Maio pela tutela «retira espaço de acção aos cuidados primários».

Para o sindicato, a questão fundamental é que, perante esta proposta, iniciativas como os sistemas locais de saúde «deixam de fazer sentido», o que indicia «que o Ministério da Saúde está a apostar mais na função curativa e não tanto na preventiva».

Além do parecer individual sobre o anteprojecto de Lei de Bases da Saúde, o SEP apresentou um parecer conjunto com a Ordem dos Enfermeiros (OE) e várias associações de profissionais de enfermagem. As várias entidades transmitiram ao MS um conjunto de preocupações que dizem respeito a todas as organizações envolvidas, com destaque para a centralização das decisões apontada pelo documento e a «ainda pouca participação dos cidadãos no sistema de Saúde», remetidos para «um acompanhamento externo ao Serviço Nacional de Saúde».

## Lisboa Câmara apoia desporto e cultura

A Câmara de Lisboa discutiu ontem a atribuição de 3.000 contos a diversas instituições para a realização de actividades culturais e desportivas, segundo propostas da vereadora do Desporto, Rita Magrinho.

Uma das propostas apresentadas visa a realização de um protocolo e a atribuição de 1.000 contos ao Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, «dado o trabalho meritório que tem desenvolvido no campo social», como frisou a autarca.

As associações de estudantes de Direito do Núcleo de Lisboa da Universidade Católica, dos institutos superiores de Matemática e Gestão e de Ciências Sociais e Políticas, a Faculdade de Ciências de Lisboa e associações culturais da cidade, deverão também ser contempladas.

Rita Magrinho defendeu também a atribuição de 350 contos à Junta de Freguesia de Santos-o-Velho para a realização de um programa de Estímulo a Novas Actividades Juvenis.

## Porto Pobreza nos bairros sociais

A pobreza é um dos traços dominantes dos bairros sociais do Vale de Campanhã, indica um estudo incluído no relatório final do projecto URBAN, divulgado a semana passada no Porto.

Os resultados do estudo indicam que dos 2.511 agregados familiares abrangidos pelo projecto, 893 não têm qualquer membro activo a trabalhar, enquanto cerca de metade dos arrendatários são reformados ou pensionistas.

Metade da população dos bairros sociais do Cerco do Porto, Lagarteiro e Machado Vaz vive em situação de particular carência abaixo do nível de pobreza, sendo este nível definido por um rendimento mensal de 35.516 escudos para cada adulto.

O estudo refere que os índices de pobreza atingem 53,7 por cento no Bairro do

Lagarteiro, 62,6 por cento na ampliação deste mesmo bairro, 45,5 por cento no Bairro do Cerco do Porto e 45,9 por cento no Bairro de Machado Vaz.

O documento debruça-se ainda sobre a composição da pobreza, a caracterização de cada agregado (com o número de pessoas e respectiva situação socioeconómica) e de cada arrendatário, discriminando a idade, o nível de instrução, a sua ocupação e categoria profissional.

## MDM toma posição

Em comunicado de imprensa em que refere a entrega de Milosevic, o MDM lembra o «nunca concretizado julgamento de Pinochet» e sublinha que as suas preocupações em relação à situação nos Balcãs se prendem com o crescente campo de manobra de que dispõem os bandos do UCK, e com a difícil situação das populações, que «continuam a ser vítimas da guerra, dos efeitos directos e radioactivos dos bombardeamentos da NATO».

O MDM denuncia ainda a intensificação da corrida aos armamentos, enquanto se reduzem os gastos sociais e o número de pessoas em situação de pobreza não pára de aumentar.

## Lançamento de livro

No próximo sábado, pelas 21.30 horas, no salão nobre da Câmara de Sines, vai ter lugar o lançamento do livro «A rua da felicidade», de Alberto Silva.

Conferência Nacional dos Baldios reuniu em Vila Real

# Povos dos baldios criam federação nacional

**A constituição de uma Federação Nacional dos Baldios – Baladi, com o objectivo de coordenar e dirigir a acção do movimento associativo dos baldios, foi uma importante decisão da Conferência Nacional dos Baldios, realizada domingo passado em Vila Real.**

«Desenvolvimento para os baldios, baldios para o desenvolvimento» foi o lema da IV Conferência Nacional dos Baldios, que teve lugar, dia 1 de Julho, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real.

Organizada pelo Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro, em colaboração com os Secretariados dos Baldios de Viseu, Coimbra, Aveiro, Braga, Viana, Porto e a CNA – Confederação Nacional da Agricultura, a conferência teve como finalidade promover «uma discussão interdisciplinar e multifuncional no quadro do aproveitamento dos recursos endógenos das terras comunitárias, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável».

A criação de uma Federação Nacional de Baldios – Baladi, surge como uma decisão fundamental desta Conferência, e vem na linha da defesa dos baldios, que deverão continuar a estar «na posse, uso e fruição, dos povos e sujeitos a leis que garantam formas de administração democrática pelos seus legítimos donos – os Povos dos Baldios».

Na Proclamação aprovada no encontro, sublinha-se que os baldios estão longe de se esgotar «no aproveitamento das ditas utilizações tradicionais» e que «contêm recursos e potencialidades que podem e devem ser desenvolvidos de forma elevar o rendimento das populações e melhorar as condições de vida nas zonas rurais».

O Orçamento Rectificativo representa «um brutal corte na despesa com o Ensino Superior, nada mais do que 11 milhões de contos», denuncia a Comissão Política da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa.

Em nota de imprensa, o organismo de direcção da JCP classifica a política de educação desenvolvida pelo governo do PS como desastrosa, e lembra o «insucesso escolar galopante (mais de 40% dos estudantes não terminam os seus cursos)», as insuficiências da acção social escolar, a ausência de objectivos e estratégia para o Ensino superior Público.

A JCP considera que esta

Com este mesmo objectivo é exigido apoio técnico, jurídico e financeiro para implementação de novos projectos e salientada a importância dos Planos de utilização dos Baldios, para um aproveitamento racional deste território.

O documento destaca a «extrema importância» da cartografia e da delimitação dos

meira intervenção no início do foco de incêndio.

### Mais apoios para os baldios

No fim da Conferência, meio milhar de compartes manifestaram-se, pelas principais artérias da cidade de Vila Real, reclamando do Governo mais apoios para os baldios e apoiando a constituição da Baladi. Ao toque de concertinas e bombos, os compartes percorreram as principais artérias de Vila Real

matas comunitárias tenham a participação do movimento associativo, foi criada uma estrutura no segredo dos gabinetes ministeriais, à revelia de qualquer processo de discussão com as estruturas de coordenação dos baldios», frisou.

### A recém-criada Coflorgest não prevê a participação de qualquer representante dos baldios

Manuel Rodrigues referiu que a recém-criada Co-

missão Permanente para a Gestão das Matas Públicas e Comunitárias – Coflorgest, que tem como objectivo estabelecer orientações de aplica-



Os baldios estão longe de ter esgotado as suas potencialidades

baldios, trabalho em que devem ser apoiados os órgãos gestores dos baldios «no sentido de regulamentar os usos e costumes com o objectivo de, por um lado, satisfazer as necessidades das populações e, por outro, preservar o meio ambiente».

Ao nível dos fogos florestais, os participantes no encontro defenderam a necessidade de «integrar as populações como agentes activos na prevenção/combate», para que seja possível intervir, tanto ao nível da prevenção como de combate numa pri-

e aprovaram uma moção em prol do mundo rural e do desenvolvimento para os baldios.

A manifestação representou uma crítica ao Estado porque, como afirmou Manuel Rodrigues, presidente do Secretariado de Baldios do Distrito de Viseu - Balflores «este insiste em prosseguir uma acção relativamente aos baldios que suscita a discordância dos compartes».

«Apesar dos vários apelos feitos ao Ministério da Agricultura pelos secretariados dos baldios para que as soluções a encontrar na gestão das

ção geral relativamente aos cortes e utilização dos recursos financeiros da exploração de matas, não prevê a participação de qualquer representante do movimento associativo dos baldios. Os manifestantes protestaram contra «qualquer tentativa de entrega a interesses privados de gestão de baldios» e exigiram total liberdade para as assembleias de compartes para se candidatarem aos apoios comunitários tendo em vista a elaboração e execução de projectos para o desenvolvimento dos baldios.

## JCP denuncia orçamento rectificativo

política, múltiplas vezes repudiada pelos jovens comunistas e pelos estudantes, «é a concretização de um conjunto de orientações de sucessiva desvalorização e desresponsabilização sobre a educação, e revela-se absolutamente incapaz de corrigir o grande atraso estrutural, ao nível da formação e qualificação da população activa portuguesa».

Em comentário à remodelação ministerial, a JCP considera que «mais não passa de uma troca de caras, mantendo-se os traços essenciais de uma política injusta para os jovens e para quem trabalha».

«Só uma mudança estrutural na actual política para a educação solucionará os pro-

blemas existentes», defende a direcção da JCP. «Uma mudança que responda às reivindicações e anseios dos estudantes, uma mudança que inclua, entre outras medidas, a suspensão desta Revisão Curricular, a aplicação efectiva da educação sexual nas escolas do ensino secundário, a eliminação progressiva do *numerus clausus*, a revogação da Lei de Financiamento e uma política de financiamento que responda às reais necessidades das instituições do Ensino Superior, mais e melhor Acção Social Escolar, medidas de fundo que visem combater o insucesso escolar e uma política que permita aos jovens licenciados terem perspecti-

vas de emprego e emprego com direitos».

### Iniciativas

«Juventudes Comunistas – 80 anos com a luta dos trabalhadores» for o lema de uma iniciativa de debate e convívio realizada, dia 23 de Junho, no Auditório da Junta de Freguesia da Amora, Seixal.

O debate contou com a participação de Jaime Serra, do PCP, e Fátima Silveirinha, da JCP. No passado fim-de-semana, realizou-se, no Centro Cultural de Santo Isidro, um torneio de futebol organizado pelo Colectivo da JCP de Marco e Canaveses, com a participação de sete equipas de todo o concelho.

## Festivais em Almada e no Alentejo Cultura e desporto em festa

O Verão é também tempo de festas. Ontem foi o primeiro dia do Festival de Almada. Domingo, os Jogos do Alentejo terminaram em festa.

Começou ontem, e prolonga-se até dia 18 de Julho, a 18.ª edição do Festival de Almada. Uma iniciativa que irá contar com um total de 29 companhias, que apresentarão 32 produções, em 46 espectáculos, e inclui ainda 11 sessões musicais. Serão utilizados 11 espaços diferentes, dois dos quais em Lisboa.

Um dos aspectos mais salientes da

**Festival de Almada apresenta cinco produções em estreia absoluta**

um sector de leituras de textos teatrais é outra das novidades deste ano. A programação estrangeira, como é habitual, cruza a apresentação de companhias e artistas de grande reputação com grupos menos conhecidos dos circuitos internacionais.

No programa de acontecimentos paralelos, destacam-se um ciclo sobre surrealismo e

para a estreia europeia do seu novo espectáculo, «Le petit arlequin».

As outras quatro são portuguesas e incluem textos inéditos de três autores portugueses contemporâneos: Virgílio Martinho, Teresa Rita Lopes e Carlos Pessoa.

### Jogos do Alentejo acabam em festa

Milhares de pessoas participaram no encerramento dos primeiros Jogos do Alentejo. Dois mil jovens atletas estiveram envolvidos no festival, participando em actividades diversificadas, do voleibol à corrida de cântaros, e em exhibições de ginástica, que precederam o espectáculo multimédia e fogo de artifício e o concerto dos Silence 4.

O balanço dos jogos é muito positivo. Ao longo de cinco meses realizaram-se milhares de provas e jogos em 32 modalidades, envolvendo 25 mil atletas de todas as idades. Um em cada 20 alentejanos, como salientam os organizadores.

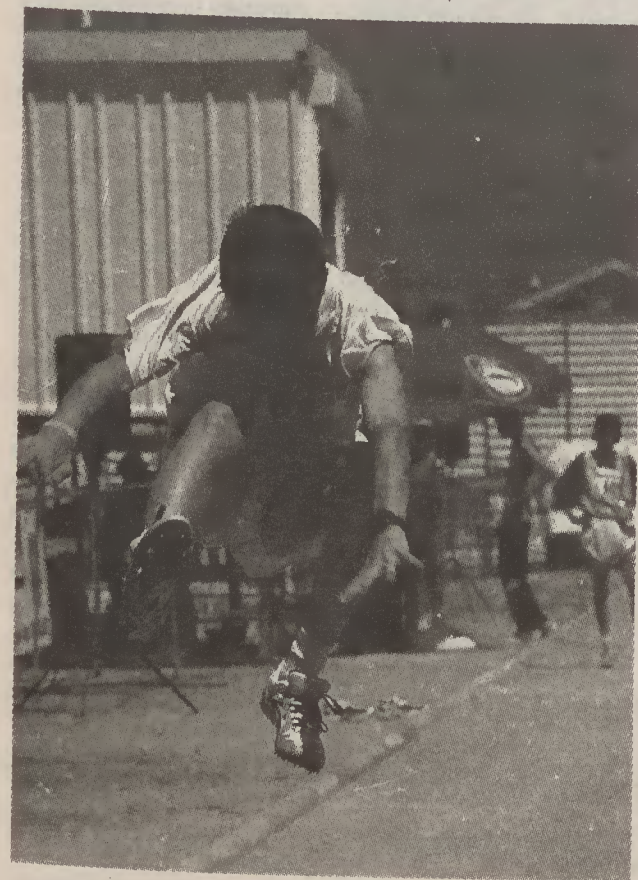
Participaram no evento 42 dos 47 municípios da região e centenas de clubes, colectividades e escolas.

Os jogos foram organizados pelas quatro associações de municípios do Alentejo e contaram nomeadamente com o apoio do Comité Olímpico de Portugal, do Instituto Nacional do Desporto e da Fundação do Desporto.

Os promotores da iniciativa destacam, com particular ênfase, que é a primeira iniciativa com esta dimensão no nosso país, a primeira vez que uma região se organiza em torno de um objectivo desta natureza. Na hora do balanço, e apesar das dificuldades sentidas nalguns municípios, pelo facto de ser uma iniciativa inovadora, todos os autarcas e técnicos envolvidos querem a sua continuação nos próximos anos.

os tradicionais Encontros da Cerca, com diversos colóquios e exposições. A música mantém a sua presença com pequenos espectáculos de esplanada.

Das cinco produções em estreia absoluta, uma é de Didier Galas, que escolheu o palco grande em Almada



Os Jogos do Alentejo envolveram centenas de clubes, colectividades e escolas

mostra de 2001 é a apresentação de cinco espectáculos em estreia absoluta. O teatro português reforça a sua participação, a dança conta também com mais espaço, mantém-se a representação da ópera e da poesia e posta-se, este ano, fortemente, no teatro de rua. A inauguração de

## Homenagem a Bento Caraça Novas iniciativas

Realiza-se hoje, pelas 21.00 horas, na sala de conferências do Fórum Romeu Correia em Almada, uma sessão comemorativa dos 100 anos sobre o nascimento de Bento de Jesus Caraça.

Esta iniciativa, que se insere no Programa Nacional de homenagem, é promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Cívicos das Forças Armadas, Estabelecimentos Fabris e Empresas de Defesa (STEF-FAS) e Comissão Sindical do Arsenal do Alentejo, e conta com a presença de Manuel Carvalho da Silva, secretário-

geral da CGTP-IN, a presidente da Câmara de Almada, Maria Emília de Sousa, o escritor António Modesto Navarro e Regina Marques, vice-presidente da Universidade Popular de Setúbal.

Também no âmbito do Programa de homenagem, terá lugar na próxima segunda-feira, dia 9 de Julho, pelas 21.30 horas, no auditório 2 da Gulbenkian, Lisboa, um colóquio sobre o tema «Trabalho e Sociedade».

É convidado especial nesta iniciativa Amartya Sen, Prémio Nobel da Economia. Par-

ticipam igualmente Manuel Carlos Silva, sociólogo, João Ferreira de Amaral, economista, e Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN.

Com esta iniciativa, e em ligação com o «legado cívico e intelectual» de Bento Jesus Caraça, a CGTP-IN propõe-se contribuir para «uma vasta e aprofundada reflexão sobre o lugar e o papel do trabalho, dos trabalhadores e dos seus direitos no desenvolvimento e no progresso de Portugal e, em geral, das sociedades humanas».

## Os governos descartáveis do capitalismo

• Sérgio Ribeiro

Fala-se de «poder político» e de «poder económico» como se fossem realidades diferentes e estanques.

O «poder político» seria, directamente, o dos «políticos» e, indirectamente ou por delegação, o dos cidadãos que, em democracia, têm o direito (e o dever!) de escolher que cidadãos os representem em mandatos que dão poder... aos «políticos» para fazerem as leis, as normas, as regras por que se rege a vida social, dos problemas do quotidiano e da vizinhança - ao nível da freguesia - aos do planeta, do espaço e da sua exploração - ao nível das instâncias inter e supranacionais. O «poder económico» seria o das gentes e dos agentes do capital, que tomariam legitimamente iniciativas ao serviço dos seus interesses, isto é, da acumulação dos haveres privados, com a função social de multiplicarem riqueza<sup>(1)</sup>. E tal fariam no estrito respeito pelas regras definidas no outro

conservador, criou e protegeu grupos económicos para que estes o protegessem. Quando se lhes pôs fim havia 7 grandes grupos a dominarem a economia (e a política) portuguesa, a serem o sustentáculo do fascismo e da guerra colonial.

O Governo PS, este e o anterior, desde o primeiro dia se tem mostrado atento, venerador e obrigado perante o capital transnacional. Contribuiu alegremente para a destruição do aparelho produtivo, privatizou quanto pôde e mais do que podia, desmantelou serviços públicos, obedeceu respeitosa a ditames de Bruxelas que faziam pelo menos refilar poderes de lá de fora, cumpriu critérios nominativos a ferro e fogo, encantou-se com encantatórias «novas economias» manipuladas pelo grande capital financeiro, esteve sempre na «primeira linha» - na esteira da ridícula colocação no «pelotão da frente» - do servilismo do «poder político» ao «poder económico». Sempre, sempre, contra os trabalhadores e a trazerem-nos para a luta.

### O capital exige mais

Apesar de todo esse esforço (na cerviz), os resultados começaram a deixar a desejar. Apareceram vozes isoladas e depois coros afinados.

O Governo do PS começava a não servir. Teria cumprido o seu papel de «poder político» ao serviço do «poder económico».

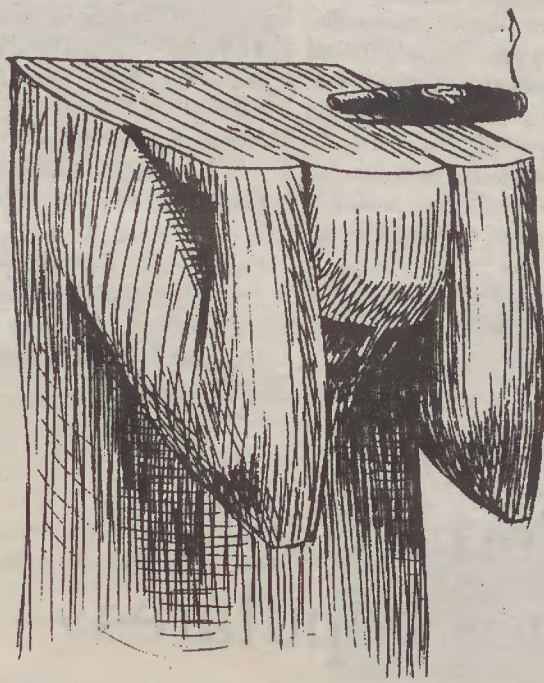
E, de repente, entre outras efabulações, argumenta-se que a reforma fiscal, que a taxação das mais-valias, que a «socialismo» em suma, era responsável pela fuga de capitais, pela queda da bolsa, pelas fraquezas da economia,

se calhar pelo desastre da evolução da cotação do euro e da recessão nos Estados Unidos.

O que, de várias origens, pretende ter efeitos e endereços. O capital, o dito «poder económico», exige mais.

O «poder político» executivo sangra-se em vida para sobreviver, queixa-se de ser atacado pelo «poder económico» em que sempre se apoiou e reclama apoios sociais que sempre preteriu, ao mesmo tempo que vai tomando medidas que apenas confirmam que não tem a intenção de mudar de políticas... e de apoios. A fórmula é reduzir despesas... sociais, com os trabalhadores, começar pela função pública.

O «poder económico» tira o tapete a este Governo? Ou estará só a dar um puxãozinho para melhor aproveitar os restos deste exercício do «poder político» enquanto não aparece alternância que o satisfaça? **Uma coisa é certa: para o capitalismo todos os governos são descartáveis.** Sobretudo... os que o são. Como a amostra.



«compartimento», o do «poder político», para cuja definição eles - os detentores do «poder económico» - teriam, evidentemente, o direito de participar enquanto cidadãos, mas despidos (nuzinhos!) da condição de detentores do «poder económico». Teríamos o quadro cor-de-rosa, com meninos a aprenderem, adultos a trabalharem, doentes a curarem-se, idosos a reformarem-se e a terem todas as devidas atenções, artistas a criarem, futebolistas a meterem golos<sup>(2)</sup>. E cavalos a correr, como costumam fazer para acompanhar meninas a aprender...

### Na «primeira linha» do servilismo

Salazar teria sido o vértice de um «poder político» não democrático independente do «poder económico». Hoje, o ainda Governo do PS seria a expressão de um «poder político» democrático «à pega» com um «poder económico» que estaria a procurar substituí-lo por o julgar ineficaz, não produtivo, não competitivo, sem as virtudes do «poder económico».

Nem uma coisa nem outra! O fascismo não foi um poder político indiferente e/ou exercido à margem do poder económico. O poder político ditatorial escorou-se no capital mais

(1) Função social muito apregoada, mesmo que só se some alguma pouca riqueza à riqueza colectiva enquanto se multiplica (ou potencia) a riqueza que o poder económico reserva para si.

(2) Ambos os últimos, artistas e futebolistas, a fazerem publicidade a bancos, com o Figo sempre a facturar (mas não só... infelizmente!).

## Torres Novas «Somos Alternativa!»

Na passada quinta-feira, dia 28 de Junho, no Jardim de Torres Novas, foram apresentados os candidatos à Câmara e Assembleia Municipal, um clima de grande expectativa.

Carlos Trincão Marques, mandatário concelhio da candidatura da CDU, apresentou Carlos Tomé, advogado, 43 anos, actual vereador da CDU, como cabeça de lista à Câmara Municipal e Vaz Tei-



Carlos Tomé

xeira, médico, 56 anos, como cabeça de lista à Assembleia Municipal. A Câmara de Torres Novas é gerida por uma maioria PS que, além do presidente António Rodrigues, conta com mais três vereadores. O PSD tem dois e a CDU elegeu nas eleições de 1997 o agora candidato Carlos Tomé.

Luísa Araújo, membro da Comissão Política e responsável pela Organização Regional de Santarém do PCP, esteve presente na apre-

sentação das candidaturas, tendo usado da palavra para reafirmar a valiosa obra da CDU no poder local e fazendo a análise da actual situação política nacional.

A aposta num aumento de votação e num aumento do número de eleitos são os grandes objectivos da CDU para o concelho de Torres Novas.

No manifesto apresentado à comunicação social e distribuído pelos presentes, a CDU salienta a necessidade de alterar a gestão e a política seguida para o concelho pela actual maioria PS.

Reafirmando a CDU como alternativa de poder o manifesto salienta ainda que é necessário perceber que crescimento não é sinónimo de desenvolvimento e que é necessário uma outra visão para o concelho. Uma visão mais adequada à realidade, mais séria, mais planificada, com outro estilo de gestão, outro rigor, outra seriedade, outra responsabilidade.

O manifesto termina afirmando que «hoje a CDU está preparada para provar a qualidade e a coerência da nossa intervenção na gestão do Município. Por tudo isto, nas próximas eleições autárquicas, a CDU é a única alternativa séria e de confiança em Torres Novas. Queremos provar que merecemos essa confiança».

António Mendes, actual presidente da Câmara de Constância, é novamente o candidato apontado pela CDU para o cargo

## «Uma mudança gigantesca!»

Carlos Carvalhas esteve presente na sessão de apresentação dos candidatos à Câmara Municipal de Constância, realizada anteontem perante largas dezenas de autarcas, candidatos e activistas da Coligação Democrática Unitária.

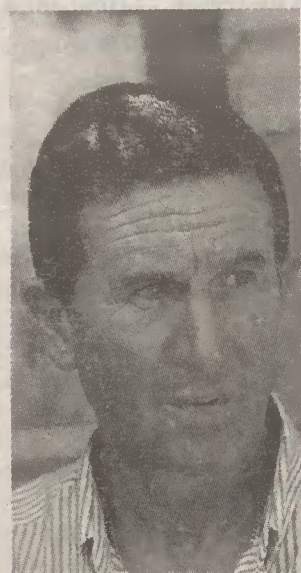
Numa bela paisagem à beira-rio, decorreu a apresentação das candidaturas da CDU aos órgãos municipais do concelho ribatejano de Constância. A equipa é a mesma do que a que foi eleita há quatro anos: António Manuel Santos Mendes, para a Câmara Municipal, e Sandra Alves, de 28 anos, novamente candidata à Assembleia que já preside. Quanto às freguesias, os nomes foram também divulgados. Adulcelina Alves recandidata-se à presidência da Junta de Freguesia de Constância e Artur Antão à de Montalvo. Manuela Arsénio é a candidata à Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada.

O mandatário é Máximo Ferreira, de 54 anos e professor de Física. Natural de Constância, é astrónomo amador, responsável pelo sector de Astronomia do Museu de Ciência da Univer-

sidade de Lisboa e ainda coordenador científico do Observatório Astronómico e da Natureza de Constância.

Começando por declarar que aceita recandidatar-se ao cargo que desempenha há quase dezasseis anos, o presidente da autarquia considerou que o projecto que abraçou deu grandes resultados mas está, ainda, por concluir.

Apelando à memória dos presentes, António Mendes lembrou a Constância de 1985 e afirmou, não tendo quaisquer dúvidas, que a mudança operada foi «gigantesca». «Para isso contribuiu, sem dúvidas, o trabalho de equipa (porque somos uma equipa e é assim que sabemos funcionar) desenvolvido por todos os órgãos autárquicos – Câmara e Assembleia Municipal, juntas e assembleias de freguesia –, com o contributo empenhado dos nossos técnicos, funcionários e colaboradores e a confiança, o apreço e o incentivo da população do concelho.»



António Mendes

«O futuro somos nós»

O candidato afirma que o concelho se encontra numa encruzilhada, «em que não pode haver enganos, desvios ou ilusões», pois o processo de desenvolvimento que o concelho atravessa é muito influenciado pelo actual Quadro Comunitário de Apoio que não deixa lugar para «qualquer procedimento menos fundamentado, menos reflectido ou menos acertado» que poderá pôr em risco o muito que foi feito.

António Mendes está certo que tal não irá acontecer enquanto a CDU for força maioritária no concelho. Porque, afirma, «Constância tem futuro, mas esse futuro somos nós!».

Os estrangulamentos existentes devem-se à inacção do poder central

Lourinhã

## «Porta-voz dos anseios populares»

Hernâni Mergulhão é o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal da Lourinhã. Apresentado no passado dia 30 de Junho, este professor universitário do Instituto de Engenharia de Lisboa, ISEL, tem ligações ao sindicalismo dos professores, sendo subcoordenador do Departamento do Ensino Superior do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e membro do Conselho de Departamento do Ensino Superior da FENPROF. Licenciado em Engenharia pela Universidade Técnica da Checoslováquia, tem também ligações aos movimentos de pais e de moradores da zona de Telheiras.

Na sua intervenção, o candidato, apresentado juntamente com o cabeça de lista à Assembleia Municipal, António Jorge, destacou a sua juventude vivida na Lourinhã, de onde é natural, e o papel que essa vivência teve na sua formação de comunista.

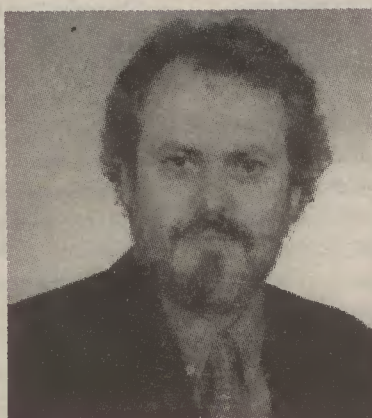
«Afirmar na Lourinhã ideias progressistas consequentes, tem levado, mesmo depois do 25 de Abril, a despertar reacções próprias de uma sociedade local tantas vezes dominada pelo obscurantismo, necessariamente marcado pela pequenez de princípios e pela pobreza de espírito», confirmando o empenho da CDU em tudo fazer para que o debate, a contradição e a irreverência saiam

desta campanha como principais vencedores.

«O que vos propomos é a garantia de uma gestão autárquica transparente, democrática, competente e participada, como é apanágio e marca da CDU, lá onde temos tido o privilégio de ser escolhidos pelas populações», declarou o candidato afirmando que o programa eleitoral que irá, em tempo oportuno, ser apresentado, vai ser resultado «das ideias próprias que outras vezes vos temos apresentado, mas vai também colher enriquecedores contributos de variados concetranos que a tal se nos vêm propondo, reconhecendo na CDU um interlocutor fiável e o porta-voz credível dos anseios e contestações que há muito carecem de ser ouvidos e atendidos».

Acusando o executivo autárquico da Lourinhã de fazer uma política de «animação social e cultural», preferindo grandes momentos de visibilidade a um trabalho constante e coerente, o candidato comparou este tipo de política com aquela que é realizada pelas maiorias CDU, afirmando que a diferença se pode resumir na constatação de que «lá o trabalho se faz. E faz-se bem».

A Lourinhã é gerida por um executivo municipal de larga maioria PS. A outra força representada na Câmara é o PSD.



Hernâni Mergulhão

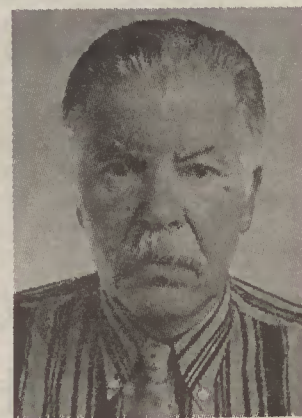
Monchique

## «Devolver a Câmara à população»

A apresentação de José Varela, candidato da CDU à Câmara Municipal de Monchique, decorreu no passado dia 28, num restaurante do concelho, com a presença do membro da Comissão Política, José Neto.

O candidato considerou que a gestão socialista da autarquia «tem vindo a apresentar cada vez mais sintomas de incapacidade, de intolerância, arrogância, ignorância e autoritarismo para além de modos de actuação que ficam a dever muito à seriedade e transparência». É para contrariar esta tendência que a CDU se candidata, baseando o seu projecto em quatro grandes ideias: «devolver a câmara à população, praticando uma gestão participativa, ouvindo e respondendo com carácter permanente às justas reivindicações dos munícipes; restabelecer a democracia no concelho; promover o desenvolvimento integrado do concelho, respeitando os seus recursos históricos e naturais; eliminar os favoritismos e os medos, tornando a convivência de todos os monchiquenses fraterna e solidária».

A partir destas ideias base, o candidato apresentou as características que terá um mandato CDU em Monchique, destacando a



José Varela

participação da população na gestão e no levantamento dos problemas, o papel dos trabalhadores da autarquia – «permitindo-lhes que exerçam as suas funções em condições normais e tomando o aspecto das carreiras em especial atenção, pois este tem sido ignorado – e os aspectos da educação e cultura, «sistematicamente ignorada pelas sucessivas administrações PS».

O candidato da CDU é militante do PCP desde 1963 e tem 57 anos de idade. Ao longo da sua vida, teve diversas tarefas e responsabilidades, das quais se destacam o seu envolvimento activo nas lutas académicas de 1963 e 1964, a sua participação nas primeiras reuniões que deram origem ao MFA – na altura, encontrava-se a prestar serviço militar na Guiné, onde era capitão – e, uma vez deficiente das Forças Armadas, fez parte do Secretariado Nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Bancário reformado, exerceu, enquanto trabalhador no activo, as funções de delegado sindical. Dirigente de várias associações populares de carácter recreativo e desportivo, foi candidato em 1997 ao mesmo cargo que agora se candidata.



## ALCABIDECHE Assegurar o essencial

A Assembleia de Freguesia de Alcabideche, por iniciativa da CDU, aprovou por unanimidade uma proposta exigindo à Câmara Municipal de Cascais a paragem imediata dos trabalhos que estão a ser efectuados até que todos os requisitos reivindicados pela população estejam assegurados.

A principal exigência dos fregueses de Alcabideche prende-se com a questão do realojamento. A CDU «afirmou no passado e reafirma a necessidade do realojamento das famílias nas áreas onde residem», lembrando que nos PER construídos em Manique, Abuxarda e Cruz Vermelha, «num total de 162 fogos, apenas 66 foram ocupados por famílias desta freguesia» e que se esta diferença não é maior, isso deve-se à intervenção da CDU.

## SINTRA Parque abandonado

A CDU acusou, no passado dia 29 de Junho, a Câmara Municipal de Sintra de abandonar completamente o Parque Urbano da Quinta da Bela Vista, o que, na opinião da estrutura local das freguesias de Aqualva e Cacém da CDU mostra a incompetência da autarquia na gestão dos espaços verdes. Estas acusações vieram a propósito da Câmara Municipal de Sintra não ter autorizado que a iniciativa de apresentação de candidatos da CDU às duas freguesias, realizadas no domingo, se desse no Parque, tendo sido necessária a sua transferência para o Salão da actual Junta de Freguesia de Aqualva-Cacém.

Para a CDU local, esta atitude mostra que a Câmara pretende esconder da população e da comunicação social a realidade de degradação de «um espaço único, na jovem cidade, tão carenciada de espaços e infra-estruturas de lazer».

## CARCAVELOS Moção de paz recusada

A moção, apresentada pela CDU na Assembleia de Freguesia de Carcavelos na sessão de dia 28 de Junho, que acusava o governo israelita, liderado por Ariel Sharon, de ter desencadeado «uma brutal ofensiva repressiva que envolve tanques, navios, aviões e mísseis contra a população palestina indefesa», foi chumbada pelos três votos do PS e o voto do eleito do PP. A CDU votou favoravelmente à moção, mas os seus dois votos somados às quatro abstenções do PSD não foram suficientes para que a moção passasse. A CDU propunha condenar Israel por estas violações e exigir a retirada das tropas israelitas dos territórios ocupados, o reconhecimento de Jerusalém como capital do futuro estado palestino e o reconhecimento dos direitos nacionais do povo da Palestina.

# Candidato afirma ser questão de tempo até CDU ganhar Coimbra «Estamos prontos!»

**Jorge Gouveia Monteiro e Mário Nogueira, candidatos da CDU aos órgãos municipais do concelho de Coimbra, estiveram presentes na Festa da CDU local, que decorreu no dia 29 de Junho e contou com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.**

A iniciativa, baptizada «A Esquerda é uma Festa!», decorreu no Jardim da Sereia e contou com a participação de largas centenas de pessoas. Para além dos

Câmara. Ambas as listas são bastante abrangentes no que diz respeito à faixa etária dos candidatos, as suas experiências e vivências e formações profissionais.

culturais e desportivos, aos pólos de animação e juventude». A atracção de novos moradores e a garantia de um futuro de qualidade para novos e antigos habitantes, proporcionada pela qualidade do ar, da água, da higiene urbana e a eficiência energética, é outra das grandes prioridades. «Um município solidário, que intervém

a avaliação anual» são as outras duas ideias avançadas.

**«Onde estão os meus mil contos?»**

**A CDU acusa o PS de fazer uma coisa na Assembleia e outra na Câmara**

Intervindo na iniciativa, Jorge Gouveia Monteiro, candidato à Câmara Municipal, acusou o executivo municipal, e o seu presidente, o socialista Manuel Machado, de tentar «comprar candidatos nas freguesias que sabe que vai perder» e de ter gasto mal o dinheiro dos contribuintes. «A Câmara dispôs nestes quatro anos de 42 milhões de contos, o que significa, em números redondos, que cada família de Coimbra deu à Câmara mil contos para fazer o que tinha de ser feito», disse o candidato, antes de considerar legítima a pergunta que cada família pode, justamente, fazer: «Onde estão os meus mil contos empata-dos?» O resultado, considera, é arrasador. Uma cidade suja e entupida, falha de espaços verdes e de equipamentos culturais e desporti-

vos, um concelho desordenado que repele o emprego e «uma Câmara barricada contra os cidadãos, desconfiada e hostil a todos» é o resultado final das contas.

Considerando que a «CDU está onde sempre tem estado e onde deve estar: nos bairros, nas freguesias, com as populações, com os trabalhadores, os jovens, abrindo o caminho para a alternativa». Para o candidato, o que está em causa é o tempo que levará «até que esta alternativa CDU chegue à presidência da Câmara de Coimbra». Quem decide, afirma, é o povo, mas a «CDU está pronta a assumir as máximas responsabilidades».

Mário Nogueira, candidato à Assembleia, entende ser fundamental o reforço da CDU no órgão ao qual se candidata, porque «apenas houve um momento em que, por iniciativa dos nossos representantes, (o PS) ousou defender o concelho e afrontar o poder central». Foi na questão da co-incidência e, é bom não esquecer, esta posição foi «traída pelas posições do presidente da Câmara», também do PS.



*Ao apresentar as suas listas de candidatos, a CDU de Coimbra afirmou, perante centenas de apoiantes, estar pronta a assumir as mais altas responsabilidades na gestão do município*

momentos de música e animação, as muitas pessoas presentes tomaram contacto com o documento de apresentação dos candidatos aos órgãos autárquicos do concelho de Coimbra. Nesse documento, para além dos cabeças de lista, Jorge Gouveia Monteiro e Mário Nogueira, são apresentadas ambas as equipas propostas pela coligação, tanto para a Assembleia como para a

Porque «por esta cidade tudo vale a pena», a CDU de Coimbra, após quatro meses de profunda auscultação aos munícipes, apresenta, desde já, quatro ideias para a sua candidatura. A primeira grande preocupação da coligação é trabalhar para «uma cidade de encontro das pessoas», servida por uma rede de transportes «que liga a casa aos

trabalho, aos novos espaços no preço da habitação e na atracção de emprego qualificado, investe em escolas de qualidade e na rede de associações, cuida com especial atenção das condições de vida e de segurança dos mais frágeis e dos mais sós» e «uma Câmara aberta aos cidadãos, que discute publicamente os seus planos, partilha com as associações e os cidadãos a definição das prioridades e

Amadora

## PS não cumpriu

A CDU da Amadora acusa a maioria socialista da Câmara Municipal e o seu presidente de não ter cumprido as promessas que fez à população na campanha eleitoral de 1997. Esta acusação veio expressa numa nota de imprensa de dia 28, a propósito das declarações de Joaquim Raposo, presidente da autarquia numa conferência de imprensa onde «informou» das realizações deste mandato e divulgou projectos para o futuro.

«Independentemente de, como não podia deixar de ser, se terem realizado algumas realizações, maioritariamente aquelas que a CDU tinha em curso ou estavam contidas em planos e projectos já aprovados até Dezembro de 1997, a verdade é que Joaquim Raposo não cumpriu, nem cumprirá o essencial das promessas eleitorais», afirma a coordenadora local da CDU. Para mostrar a veracidade destas acusações, comparou as promessas do Partido Socialista com a realidade: «o Metro

não chegará à Falagueira até final de 2001», nem será construído até final do ano o Túnel do Alto Maduro.

O prometido «Auto-Parque Delfim Guimarães, com 500 lugares de estacionamento» não será construído, nem, tão-pouco, os «doze parques de estacionamento subterrâneos ou em silos». O mesmo se passa com as propagandeadas «vias circulares e radiais» que, ainda por cima, «mais não eram do que as previstas no Plano Director Municipal».

Também (e sobretudo) no que respeita às obras sociais, o executivo rosa da Câmara amadoreense não deu cumprimento ao que prometera. A disponibilidade das alegadas 70 novas salas de pré-escolar não se concretizaram e «o que se tem verificado é o encerramento, sem contrapartida, de dezenas de salas da rede de Centros de Infância Municipais que deixam os pais e as crianças utentes desesperados por falta de vagas». Ao nível do realoja-

mento, a CDU lembra que, «neste mandato, por iniciativa do PS, só foram realojadas 12 famílias, a este número acrescem mais algumas dezenas de fogos que estavam praticamente concluídos no final do mandato passado». A CDU afirma que Raposo «afirma agora que vai fazer o sorteio para os fogos da Boba destinados a jovens casais e trabalhadores autárquicos, mas omite que os 700 fogos estão prontos há mais de um ano e continua a não referir e a deixar centenas de famílias nas barracas das Fontainhas, Alto dos Trigueiros e Bairro Azul».

Estas foram apenas algumas das acusações feitas (e comprovadas) pela CDU ao edil amadoreense que afirmam estar apenas interessado, em pleno ano eleitoral, em «renovar o stock de realizações virtuais e de se afirmar como o impulsor de projectos para o futuro da cidade». Projectos, em grande parte, projectados pela CDU.



*Carlos de Sousa, aqui com o mandatário da candidatura, conta com dezenas de nomes prestigiados que o apoiam na luta pela conquista da Câmara de Setúbal*

Setúbal

## Apresentada comissão de apoiantes

A CDU realizou, no dia 28 de Junho, a apresentação da comissão de apoiantes da candidatura da CDU à Câmara de Setúbal, bem como a do mandatário concelhio. Na iniciativa, em que participaram mais de cem pessoas, ficou patente o compromisso de lutar por «uma Setúbal mais justa e solidária, mais bela e mais cuidada», sem excluídos nem deserdados. Quanto ao mandatário, Machado Luciano, foi considerado pela estrutura local da Coligação Democrática Unitária como alguém cuja «vida e sentido de serviço público são o exemplo maior de quem é portador de princípios e valores capazes de, honrando a nossa candidatura, honrar a cidade e o projecto que convosco queremos sonhar e realizar».

A comissão de apoiantes apresentada – composta por homens e mulheres que «subscrevem o inalienável princípio de fazer já hoje um amanhã melhor para a cidade» – conta nas suas fileiras com o cantor Paulo de Carvalho, o grupo musical Hands on Approach, o futebolista Hernâni, o treinador Quinto, o coordenador da Direcção Regional de Setúbal do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, um dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos e vários outros sindicalistas, músicos, artistas, professores, médicos, desportistas, operários e empresários.

CDU mostra trabalho no Barreiro e afirma ter as soluções para dirigir os destinos do concelho

## Continuar a responder aos desafios

A CDU lançou, na passada semana, o documento de prestação de contas à população do Barreiro que mostra o que foi feito ao longo deste mandato pela coligação, que tem a maioria na Câmara. «Cumprimos – e, por vezes, fomos mais longe – em relação aos nossos compromissos», afirma a CDU.

Intitulado «CDU e o Barreiro – uma relação para continuar», o documento dá conta do que foi feito pela coligação em prol do Barreiro. A CDU

**As obras da competência do Poder Central continuam sem fim à vista**

está ciente de que, para continuar a ser merecedora da confiança dos munícipes, deverá dar respostas aos enormes desafios que o Barreiro já está a enfrentar, tendo que encontrar novas soluções e realizar grandes projectos, entre os quais se destaca a candidatura ao Programa

POLIS para a requalificação de toda a frente ribeirinha e Barreiro antigo.

Do que já está feito, a CDU destaca a construção do Parque da Cidade, «espaço ganho pela população», constituindo esta zona um magnífico exemplo da recuperação que é possível efectuar num antigo espaço industrial.

O Fórum Cultural do Parque da Cidade, o Pavilhão do Carvalho, preparado para grandes competições, e os

mercados municipais, são algumas das grandes obras da autarquia.

No que respeita aos transportes, a CDU destaca que os Serviços Municipalizados de Transportes Colectivos do Barreiro «prestam um inestimável serviço à população», com uma taxa de cobertura de rede na ordem dos 100 por cento, «funcionando 23 em cada 24 horas e prestando cerca de 1100 serviços por cada dia útil, num total de 9800 quilómetros». Os TCB transportam por ano cerca de 22 milhões de passageiros.

### Sem apoios

Além de dar nota de outras realizações da autarquia, a CDU barreirense acusa o Governo do PS de estar contra o Barreiro, pois cabe ao poder central a resolução de muitos problemas sentidos. A CDU lembra que a travessia do Tejo em barcos rápidos, a ETAR Barreiro/Moita, os centros de saúde do Alto Seixalinho/Verderena e de Santo António e as instalações definitivas da Escola Superior de Tecnologia não foram resolvidas pelo PS, tendo apenas nos autarcas da CDU «incansáveis defensores». O Governo «só se lembrou do Barreiro para aqui tentar instalar a Estação de Tratamento de Resíduos Industriais Perigosos, acusa a CDU que lembra que o Governo só fracassou nessa intenção devido à luta das populações e das autarquias locais.

Os trabalhadores foram igualmente lembrados pela CDU, que afirmou que também estes «constituem um factor determinante para a eficácia dos serviços, para a qualidade de trabalho de uma autarquia».



O Parque da Cidade transformou uma zona industrial abandonada num espaço de lazer para usufruto das populações

Porto

## CDU tem propostas para desburocratizar serviços

A CDU do concelho do Porto realizou na segunda-feira uma conferência de imprensa sobre a desburocratização dos serviços camarários e a aproximação dos eleitos aos eleitores, na qual estiveram presentes Rui Sá e Emídio Ribeiro, cabeças de lista à Câmara e Assembleia, Cristina Pimenta e Teresa Medina, também candidatas.

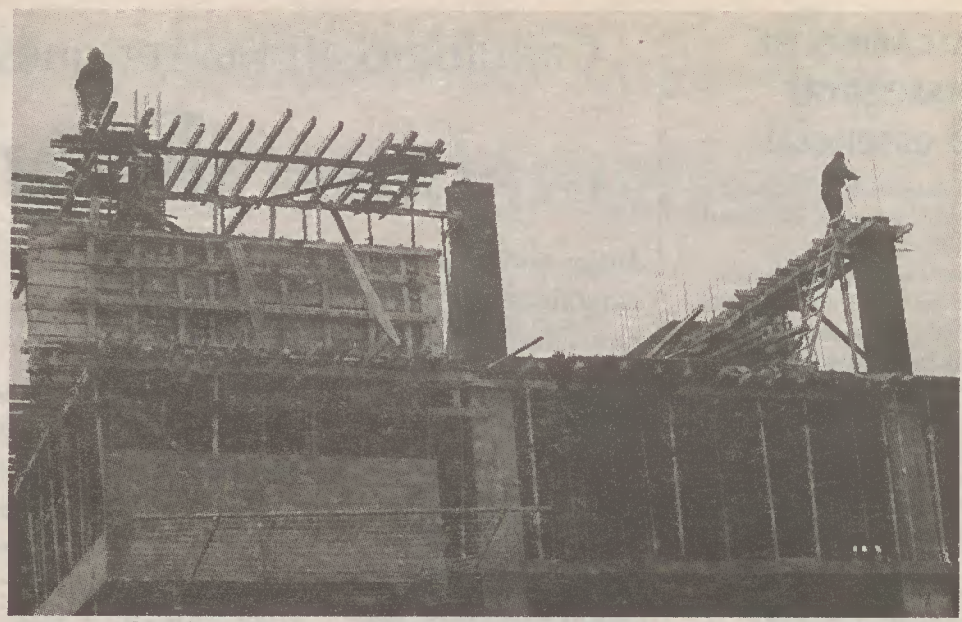
A CDU considera que os serviços camarários do município do Porto «foram criando uma inadmissível imagem de falta de eficiência, de burocratização, de insensibilidade, de tratamento desajustado dos munícipes», ressaltando que «esta imagem, que

em muitos aspectos tem correspondência real com a realidade, não pode fazer esquecer o enorme profissionalismo de muitos funcionários camarários, nem as responsabilidades que para a mesma têm uma estrutura administrativa desadequada e um edifício legislativo ultrapassado e caduco».

A realização de uma sindicância aos serviços municipais responsáveis pela fiscalização das obras de construção de novos bairros camarários – que permita identificar as razões a apurar responsabilidades pelo facto de «bairros construídos recentemente como o da Mouteira, Pasteleiri-

ra (novo), Condominhas e Choupas apresentarem tantos problemas e tantas evidências de desleixo na fiscalização da sua construção» – e outra, com os mesmos «objectivos moralizadores», ao sector de Urbanismo da autarquia que «permita, designadamente, analisar se há ou não conluio de interesses com agentes imobiliários», foram algumas das medidas anunciadas.

A descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, a transformação de empresas e associações em que a Câmara participa em Empresas Municipais fazem também parte do pacote de medidas defendidas pela CDU.



Nos níveis de sinistralidade laboral, Portugal ocupa lugar cimeiro entre os Quinze e a construção civil é o sector com mais acidentes e mais mortes

«Chumbo» do PS contra acidentados do trabalho

## Desprezo lamentável

**A CGTP lamenta o voto contra do PS, que «chumbou» o projecto de lei do PCP, enquanto a federação sindical da Construção e Obras Públicas acusa os deputados de conivência com os homicídios voluntários no sector.**

Os deputados do PS, depois da votação de dia 26 de Junho, deveriam abdicar da imunidade parlamentar, «para assim poderem ser processados por conivência nos homicídios voluntários que ocorrem nos «acidentes» da construção civil», desafiou a estrutura sectorial da CGTP.

Para o Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção, o Grupo Parlamentar do PS, «ao votar contra o projecto de lei apresentado pelo PCP, que mereceu a concordância dos trabalhadores portugueses, juntou-se ao Governo no desrespeito por quem trabalha e mexeu com os sentimentos dos milhares de sinistrados do trabalho e de familiares de vítimas mortais».

A CGTP, numa nota do seu Departamento de Informação, critica «a hipocrisia que rodeia as afirmações do PS», pois este «considera que os trabalhadores e as suas organizações têm razão nas suas exigências, para, de seguida, ceder aos patrões e às seguradoras».

O projecto levado a plenário pelos comunistas pretendia proceder à revalorização das pensões, ao aumento do capital de remição e à melhoria de outras prestações, corrigindo injustiças

que persistem na lei aprovada em 1997 – que, como o *Avante!* noticiou na semana passada, não fez justiça às vítimas de acidentes laborais ou doenças profissionais e chegou

mesmo a retirar direitos, como o recebimento do 13.º mês.

Para a Intersindical Nacional, a atitude da maioria parlamentar (prevalecente devido à abstenção do PSD e do CDS) é «inadmissível» e «os trabalhadores que ficam incapacitados ou morrem vítimas do laxismo das entidades patronais e públicas mereciam outro respeito por parte do Partido Socialista».

Recordando que luta «há mais de duas décadas» para melhorar as pensões e outras prestações dos sinistrados do trabalho, a CGTP nota que «a falta de resposta a este problema social deve-se ao facto de os governos do PS e do PSD cederem às pressões das seguradoras, cujos lucros anuais ascendem a dezenas de milhões de contos de lucros por ano, à custa de valores miseráveis das pensões». «Não deixa de ser ridículo que as seguradoras, que ainda há pouco tempo diziam que os seguros de acidentes de trabalho estavam a dar prejuízos, vejam agora neles a sua sobrevivência», comenta a *Inter*.

Com o combate da CGTP, salienta-se no comunicado que leva o título «PS despreza acidentados do trabalho», foi possível alterar o regime jurídico que vigorava havia 35 anos, introduzindo melhorias em alguns aspectos. Só que o novo regime, que entrou em vigor no ano 2000, «trouxe um problema inaceitável para os sinistrados do trabalho», protesta a central, indicando duas razões para aquela qualificação:

- a remição das pensões (pagamento de uma só vez, em vez das mensalidades) tornou-se obrigatória para níveis de incapacidade iguais ou inferiores a 30 por cento;

- as melhorias na forma de cálculo das pensões só são aplicadas aos novos sinistrados do trabalho.

A CGTP apoiou o projecto do PCP porque este procurava consagrar o princípio geral da remição facultativa e porque ia ao encontro da reivindicação de revalorização de todas as pensões.

A atitude do PS é considerada «grave» pela central, uma vez que «coincide com o ataque vergonhoso e chantagista que as seguradoras estão a fazer em tomo desta matéria». A *Inter* alerta que «o Governo ainda não pôs a funcionar o Grupo de Estudo, previsto em despacho, com a função de analisar a integração da reparação dos acidentes de trabalho no sistema da Segurança Social, e já as seguradoras ameaçam despedir 4 mil trabalhadores do sector e encerrar os hospitais que têm para assistir aos sinistrados».

## Mais fiscalização para prevenir

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul exigiu da Inspeção do Trabalho maior fiscalização das condições laborais nas empresas. O STIMMS/CGTP, em comunicado citado pela Agência Lusa, acusa as empresas contratantes de não concederem informação e formação para prevenção de acidentes de trabalho.

«Muitas vezes, senão quase sempre, a ignorância

da natureza e condições em que o trabalho é prestado está na base dos acidentes e não há quem obrigue as empresas a prevenir e a formar os trabalhadores ao seu serviço – tanto os efectivos como os contratados ao dia e à hora – para os riscos do seu trabalho», lê-se no documento, divulgado em reacção ao acidente ocorrido na manhã de 28 de Junho, na Siderurgia Nacional Longos.

Segundo os Bombeiros

Voluntários do Seixal, o trabalhador acidentado sofreu queimaduras de terceiro grau em 90 por cento do corpo, devido a uma descarga eléctrica, tendo sido transportado para a Unidade de Queimados do Hospital de Santa Maria, em Lisboa. De acordo com a mesma corporação, que esteve no local, o operário encontrava-se a trabalhar com uma máquina eléctrica de cortar ferro (rebarbadora) quando se deu o acidente.

## Demitida

Agastada com Guterres, a ministra da Saúde revelou que pediu a demissão no dia 4 de Junho, a qual foi aceite uma semana depois; mas Manuel Arcanjo reuniu dia 19 de Junho com a Federação da Função Pública, que aguardava a reunião havia ano e meio (desde 15 de Dezembro de 1999), para discutir o caderno reivindicativo dos trabalhadores do sector (nomeadamente o suplemento de risco, as carreiras, o abono para falhas, o emprego precário e situações atípicas). No entanto, Manuela Arcanjo apenas quis debater as questões que se prendem com a proposta de Lei de Bases da Saúde. Havia 8 dias que estava demissionária, mas ainda agendou nova reunião para dia 3 de Julho, data em que já estaria de papéis arrumados e secretária vazia...

## Equívoco

A saída de Manuela Arcanjo da pasta da Saúde é atribuída pela Federação Nacional dos Médicos às contradições políticas da própria ex-ministra. Em declarações à Lusa, Cílio Correia sustentou que Manuela Arcanjo «cometeu um equívoco desde o início», pois «não deu corpo ao desenvolvimento das políticas da sua antecessora, nem assumiu uma ruptura» face às mesmas. Na perspectiva da FNAM, Manuela Arcanjo «não soube assumir uma postura de diálogo». Quanto a António Correia de Campos, o presidente da FNAM considera-o «uma pessoa que pode fazer diminuir a conflituosidade no sector» e diz que contará com a federação «na revitalização do Serviço Nacional de Saúde».

## Compromissos

A Fenprof vai exigir o cumprimento dos acordos com o Ministério da Educação, mantendo para tal as suas posições de «dureza e exigência», independentemente do titular da pasta. António Avelãs disse à Lusa que a Federação Nacional dos Professores pretende reafirmar ao novo ministro, Júlio Pedrosa, a exigência do escrupuloso cumprimento dos prazos do protocolo assinado com o Ministério da Educação, a uma semana de uma greve dos docentes. O acordo respondia às reivindicações sindicais no que se refere à aposentação dos professores e ao regime de colocações e concurso, e comprometia o governo a negociar todas as questões relativas às condições de trabalho e à redução do tempo de serviço para aposentação.

**Depois de uma remodelação «desastrosa» e «50 medidas» contra os trabalhadores, a CGTP acusa o Governo de agravar a opção pelo interesses do capital financeiro. O caminho apontado é a luta e já ficaram acções marcadas para os próximos dias.**

Manuel Carvalho da Silva, Ulisses Garrido e José Carlos Martins expuseram à comunicação social as conclusões da reunião de segunda-feira da Comissão Executiva da CGTP, que analisou as consequências que as «50 medidas» para redução da despesa pública, o orçamento rectificativo e a remodelação governamental vão ter nas políticas sociais. Em discussão estiveram também as grandes linhas da resposta da central, ao nível da política reivindicativa.

O secretário-geral da CGTP começou por lembrar que o cenário macroeconómico dos últimos anos «propiciava um ritmo de crescimento económico muito mais acelerado do que o conseguido e perspectivava um desenvolvimento efectivo, com equilíbrio do económico e do social». Contudo, «perante as expectativas e as promessas feitas, a situação actual traz frustração, desencanto e grande revolta, que crescentemente se vai tornando visível», notou Manuel Carvalho da Silva.

A direita social e política,

em particular os grandes grupos económicos e financeiros, são acusados pela Inter-sindical de se terem alimentado desse cenário favorável, em que também pesou a entrada de fundos comunitários. A central considera que «foram os benefícios por eles recebidos a primeira causa de grande parte dos problemas estruturais do País», mas nota que os mesmos grupos «estão hoje a transformar-se em vítimas e a aumentar a reclamação de aprofundamento dos problemas que limitam as condições de vida dos portugueses, fazendo um jogo duplo de que o País precisa ter percepção em profundidade».

Afunilar os problemas do País na despesa pública e na moderação salarial constitui «um escândalo», pois os problemas estruturais do País são outros.

A CGTP entendeu por bem denunciar a pressão que está a ser feita sobre o Presidente da República, «tentando que ele seja instrumento da voz do poder económico e financeiro e não o garante dos anseios dos portugueses e,

## Exigir e denunciar

A CGTP recusa «abdicar de exigir respostas aos problemas» sociais e económicos e reafirma que vai «denunciar a chantagem e o oportunismo que o poder económico e financeiro e a direita social e política que o representa vêm apresentando na sociedade portuguesa».

Em relação ao Governo remodelado, pretende ter «uma intervenção crescente de pronunciamento, exigência e propostas concretas em questões da Segurança Social, da Saúde, da fiscalidade».

Já amanhã tem lugar uma reunião das organizações sindicais da Administração Pública, para analisar os impactos das chamadas 50 medidas sobre os trabalhadores e o funcionamento da Administração Pública. Um grande plenário nacional de dirigentes e activistas sindicais de todos os subsectores da Administração Pública terá lugar a 12 de Julho, no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa. Em marcha vai ser

postada uma grande acção de esclarecimento dos trabalhadores da Administração Pública e da opinião pública. Destas reuniões deverão sair medidas concretas, procurando conjugar reivindicações dos trabalhadores do Estado e do sector privado.

O plenário nacional de sindicatos, sobre questões da Segurança Social e últimas propostas da CGTP, está convocado para 18 de Julho, na Praça de Londres.

Ao mesmo tempo, vão continuar outras iniciativas e lutas sectoriais, preparando o período a seguir às férias. A Comissão Executiva adiantou, desde já, que a 20 de Setembro reunirá uma conferência nacional «para concretizar conteúdos reivindicativos e estratégia de acção e luta».

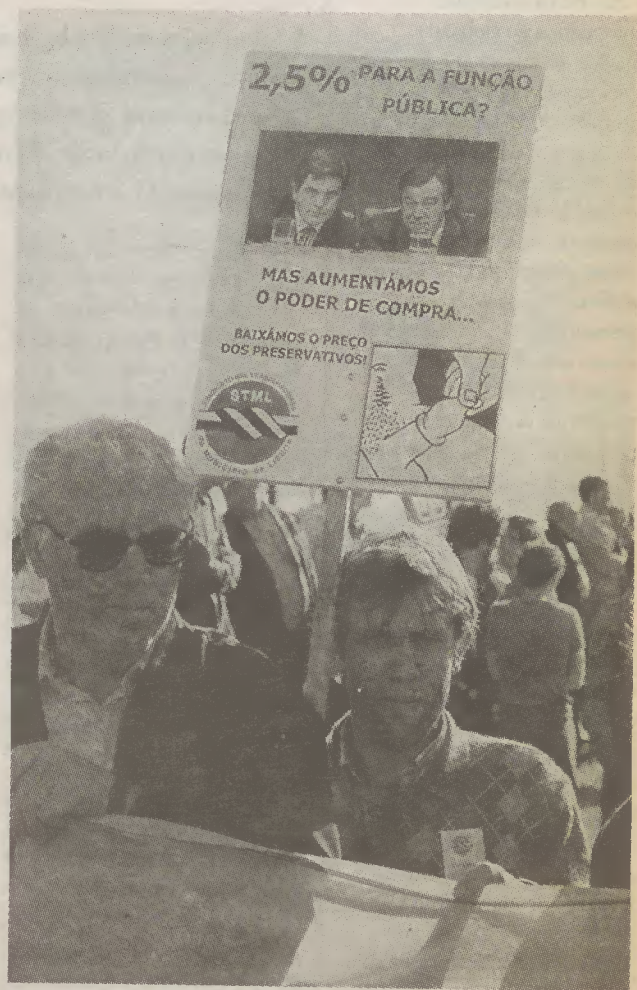
«Não vamos baixar os braços, nem calar a nossa voz, não permitiremos que a realidade do País seja resumida às considerações tecnocráticas ou de grupos económicos e financeiros», concluiu Carvalho da Silva.

## CGTP reage à remodelação do Governo

# Persistir na luta

em particular, dos que são a maioria da população: trabalhadores, reformados, camadas da população que têm menos rendimentos». Carvalho da Silva disse que a central espera do PR «uma reflexão sobre o País real, e não sobre os interesses e pressões dos grupos financeiros e económicos que tentam instrumentalizar a sua acção».

Quanto à remodelação governamental, a Inter considera que ela «foi feita de forma absolutamente desastrosa e negadora da afirmação de valores e princípios que têm de presidir à estruturação e organização do poder político». Pelo seu conteúdo, «não confirma, antes desmente, afirmações do secretário-geral do PS» e «não mobiliza a sociedade, nem sequer o partido que dá apoio ao Governo, antes mostra linhas de cedência indiscutíveis», que não indiciam uma ruptura com a política até agora seguida, antes revelam «uma clara marca de direita».



Os trabalhadores recusam que lhes sejam imputados os custos de opções políticas contrárias aos interesses do País

## Razões e responsabilidades

A CGTP recusa as análises em tons negros e alarmistas, afirma que não estamos perante um cenário de crise económica e, reconhecendo que o País tem atrasos estruturais, recorda que há razões para as actuais dificuldades, o que também aponta responsabilidades a quem tem dominado o poder político. Os motivos da actual situação são alinhados pela central em 8 pontos, expostos por Carvalho da Silva:

1. O esgotamento da matriz de desenvolvimento assente em baixos salários – mas o Governo e a direita insistem neste caminho, pelo que «dos trabalhadores, com certeza, vão ter uma posição de rechaço inequívoco desta insistência».

2. A secundarização do aparelho produtivo, muitas vezes destruído de forma leviana. «Há encerramentos de empresas que são autênticos crimes contra o interesse nacional e tantas vezes o OE foi utilizado para benefícios de processos de desactivação do aparelho produtivo», o que levou o secretário-geral da CGTP a situar em tais ataques a origem de muitos dos problemas dos défices das receitas do Estado.

3. A destruição e entrega irresponsável do sector empresarial do Estado a privados, muitas vezes estrangeiros, com prejuízos para o Estado e o País.

4. A quebra do poder de compra dos portugueses e, em particular, dos trabalhadores, que «diminui a procura e desacelera o crescimento» e que resulta «de medidas de moderação salarial e de agravamento de encargos sobre os trabalhadores e as famílias, como as taxas de juro e o escândalo de pagarmos os serviços mais caros a nível da UE». «Estamos com dificuldades económicas, mas as empre-

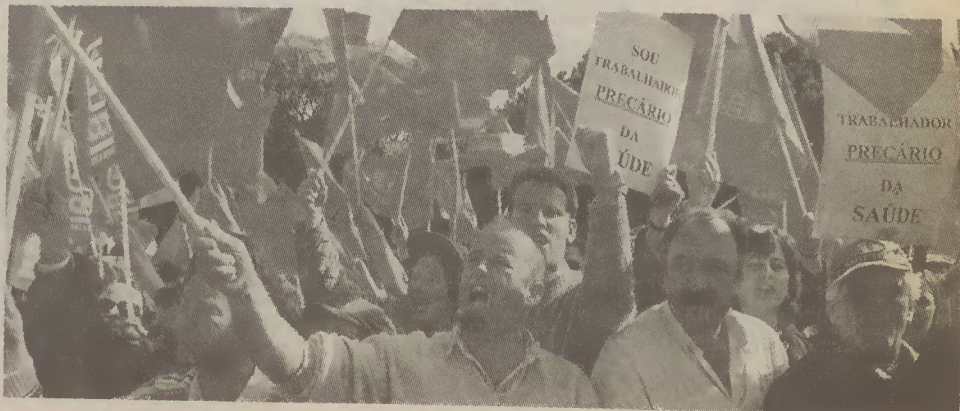
sas que dão grandes lucros são os bancos e as empresas de serviços, pagamos taxas de telefones, electricidade e outras que são as mais elevadas na UE» – protestou Carvalho da Silva.

5. Um ataque «fortíssimo» e «leviano» ao papel do Estado e da Administração Pública, que «gerou descrédito e desconfiança e, naturalmente, desleixo». Há «falta de responsabilização e os primeiros exemplos vêm sistematicamente de cima, com a constituição de um Estado paralelo, de institutos, fundações, etc.»

6. O «simplismo com que se afirma que Portugal está numa política de pleno emprego, quando o que temos é uma significativa ocupação, assente em precariedade, baixos salários, condições atípicas de trabalho e muitos trabalhadores ocupados sem valorização do seu trabalho, mesmo em relação à função que desempenham». Associado à falta de reestruturações, este comportamento «produz uma situação de sectores amplos que não são produtivos, baixando a média nacional, quando temos sectores com níveis de produtividade idênticos aos dos demais países da UE».

7. Uma «política imediatista, como se todos os dias o Governo estivesse às portas de eleições, arrastando as reformas estruturais e permitindo ao sector económico e financeiro que vá chantageando, uma atrás de outra, todas as medidas que possam apontar sentido positivo».

8. Por fim, o poder político está hoje, mais do que nunca nos últimos 15 a 20 anos, dependente do poder financeiro, que detém um domínio estratégico, situação que explica «algumas das remodelações que foram feitas no Governo».



## Tribunais

Estiveram sexta-feira em greve os funcionários judiciais, em protesto contra a situação dos tribunais, incluindo a forma como está a ser feita a informatização global da Justiça. Contrariando as declarações optimistas oriundas do Ministério da Justiça, o SFJ alega que «basta de propaganda» e que a realidade dos tribunais é preocupante, a começar pela informatização, que suscita «as maiores dúvidas e preocupações». «O Ministério insiste em informatizar os tribunais à custa do voluntarismo e da carolice dos oficiais de Justiça», referia um comunicado sindical, citado pela Lusa, em vésperas da greve, realizada igualmente por questões salariais e de carreira. Os oficiais de Justiça esperam «há 10 meses por uma assinatura numa portaria de extensão remuneratória», «há cinco anos a actualização do suplemento de fixação», «há 15 anos pela regulamentação do subsídio de risco» e «há quatro anos a publicação da portaria sobre revisão de carreiras do pessoal auxiliar». Alegam ainda que o vencimento de ingresso é de apenas cerca de 105 contos líquidos.

## Sindicalismo na PSP

Com o título «Sindicalismo na PSP - Medos e Fantasmas em Regime Democrático», foi editado pela Cosmos um trabalho de investigação sobre a luta e o processo de conquista do direito constitucional do associativismo sindical na Polícia de Segurança Pública. A obra é da autoria de António Bernardo Colaço - magistrado no Supremo Tribunal de Justiça, que tem acompanhado o processo do associativismo sindical na PSP, mandatado pelo Sindicato dos Magistrados do Ministério Público - e de António Carlos Gomes, jornalista desde 1960, que desde 1980 trabalha no Jornal de Notícias.

Ao longo de 600 páginas de texto anotado, é oferecida uma resenha de factos, documentos e análises, cobrindo o período de 1974 a 2001 e abrangendo todo o processo da luta (incluindo os seus meandros e bastidores), e ainda uma notação biográfica e a biografia das personalidades envolvidas nas decisões jurídicas e institucionais nesta matéria. A obra foi lançada dia 31 de Maio, numa sessão pública na Associação 25 de Abril, em Lisboa, na qual interveio Meneres Pimentel, ex-Provedor de Justiça, e em que estiveram presentes muitos destacados lutadores do sindicalismo policial e muitos magistrados e cidadãos que os têm apoiado ao longo dos anos. O livro assume-se como um testemunho dum luta importante pela liberdade sindical e pelo direito democrático à segurança, que perpassa pelo último quartel do século XX e, nesse sentido, é um contributo significativo para a história recente do nosso país.

CT da TAP exige «mudar para melhor» e contesta insistência do Governo e CA

# Privatizar não é solução

**A Comissão de Trabalhadores recorda os «abundantes» exemplos de grandes empresas que não sobreviveram à entrega ao capital privado e exige «uma atitude firme de defesa da companhia nacional e dos interesses do País».**

A CT, em comunicado aos trabalhadores, recorda que «a estratégia da entrega da TAP ao SAir Group acabou da forma vergonhosa que todos conhecemos, com a delapidação das mais-valias resultantes dos sacrifícios dos trabalhadores com a aplicação do PESEF» (plano de saneamento financeiro). No entanto, «depois do rompimento» do negócio pelos súcos, o ministro da tutela foi a Bruxelas apresentar o «plano de reestruturação da TAP» que, mais uma vez, também prevê a privatização da transportadora aérea nacional.

A este propósito, a CT reafirma o seu protesto, por - ao contrário do exigido pela Lei 46/79 - não ter sido previamente informada e ouvida, para emitir parecer, e declara que irá acionar «todos os meios ao nosso alcance, para repor a legalidade neste processo».

### Panaceia fatal

O Governo, protesta a CT, «escondendo-se atrás do Conselho de Administração, aparece novamente com a panaceia da privatização, como única solução para os problemas da TAP», apesar de serem «abundantes os exemplos de grandes empresas que não sobreviveram à entrega ao capital privado» (a CT refere a Cometna, a Siderurgia e a Lisnave).

Para os representantes dos trabalhadores da TAP, esta, «como companhia aérea de bandeira de um país na perife-

ria da Europa, com um mercado diminuto, não teria condições para aguentar a concorrência, tal como ela vem sendo praticada no âmbito europeu e mundial». Como «factores que justificam e exigem a manutenção da TAP como empresa pública», a CT aponta o serviço público às regiões autónomas e a necessidade de manter laços privilegiados com os países lusófonos e com as comunidades de emigrantes.

### A Comissão de Trabalhadores afirma que vai manter-se vigilante

constam ajudas do Estado, nem a participação de empresas públicas no capital da TAP.

No comunicado questiona-se ainda o alargamento da administração da empresa. Segundo um boletim interno da TAP, há agora 5 membros do CA e 6 vice-presidentes executivos, o que leva a CT a perguntar «que necessidade tem a TAP de suportar os encargos elevadíssimos com tão grande número de administradores, se nem sequer é visível uma melhoria dos resultados da empresa». A própria meta de redução dos prejuízos, prevista para o corrente ano, é «demasiado ambiciosa» e

nossa convicção de que é um projecto falhado deste o início»;

- os custos para a TAP da cedência de tripulações à YES;

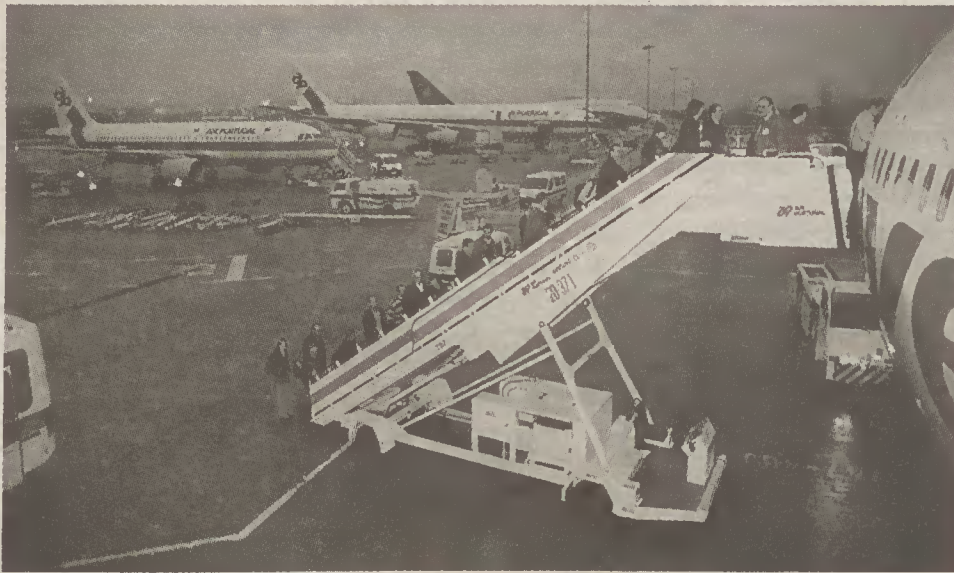
- o «aumento desmesurado» das taxas da ANA, para utilização dos aeroportos, no ano passado;

- a «sobrecarga de sectores ligados à operação, para cumprir a programação de verão»;

- a «aposta exagerada» nas linhas do Brasil;

- a escolha do avião A340 para a carreira de Nova Iorque (JFK), em detrimento de Caracas (onde opera em A310).

Exigindo «mudar para melhor», a CT declara que «não se pode continuar a defraudar o empenhamento dos trabalhadores», «não se pode continuar a desmotivar



O novo plano insiste na privatização, sem tirar conclusões nem apurar responsabilidades pelas perdas resultantes da opção estratégica anterior e sem prever medidas efectivas de redução de custos

A CT acha incompreensível por que motivo aquele «plano de reestruturação» teve que ser submetido à aprovação da Comissão Europeia, «uma vez que dele não

difficilmente será concretizada, até porque «continuam sem solução à vista» algumas questões colocadas pela CT: - o endividamento da YES à TAP, que «só comprova a

os trabalhadores» e «há que pôr cobro ao desperdício, eliminar a incompetência, imprimir justiça à política de recursos humanos, rever os custos de comercialização».

## Têxteis exigem melhores salários

No dia 27 de Junho, por iniciativa da Fesete/CGTP-IN, teve lugar no Porto um encontro nacional de representantes dos trabalhadores do sector dos têxteis, vestuário e calçado, com o objectivo de protestar publicamente contra o «escândalo» e a

«vergonha nacional» que constitui o nível salarial do sector e a posição dos representantes patronais nas negociações com os sindicatos.

Após a reunião de dirigentes e delegados sindicais, que decorreu no Seminário de Vilar, realizou-se uma con-

centração, na Rotunda da Boavista, seguida de desfile pela avenida do mesmo nome.

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Vestuário, Calçado, Lanifícios e Peles de Portugal chama a atenção para o facto

de os salários praticados em Portugal variarem entre 2 e 2,5 euros por hora (400 e 600 escudos por hora, pouco mais de 60 contos líquidos por mês), enquanto nos restantes países da UE se situam entre 11 e 27 euros (2200 e 5400 escudos).

Aos argumentos repetidamente invocados pelos patrões, que alegam dificuldades económicas e um quadro internacional de grande competitividade, a federação contrapõe que os lucros de 8 milhões de contos, contabilizados por apenas três empresas nos últimos 3 anos, davam para aumentar 4 por cento nos salários de 250 mil trabalhadores.

As associações patronais decidiram unilateralmente fazer um «ajustamento» de vinte escudos por hora, enquanto os trabalhadores e as estruturas da CGTP exigem uma subida de 46 escudos por hora, equivalente a 8 contos por mês.



Os problemas e reivindicações dos trabalhadores, analisados de manhã no encontro nacional, foram trazidos depois para a Boavista, onde teve lugar uma concentração, seguida de desfile

## Consequências nefastas na GDP/GDL e na Petrogal

«Nas mais diversas vertentes empresariais, estão a ressaltar consequências nefastas da política de privatização», afirmam as comissões de trabalhadores da Petrogal e da Gás de Portugal (que integra a Gás de Lisboa). Num comunicado conjunto emitido após uma recente reunião, aquelas estruturas representativas afirmam que «impõe-se evitar o descalabro, cabendo urgentemente ao Governo tomar medidas que garantam ao Estado o domínio da Petrogal/GDP/Galpenergia, e exigir simultaneamente às administrações uma gestão que contribua para salvaguarda dos interesses económicos do País, com pleno respeito pelos trabalhadores e pelos seus direitos».

Na reunião, a 22 de Junho, foi analisado o processo de construção da Galpenergia, «completamente subordinado aos interesses dos grandes grupos económicos», e que, «quer numa, quer noutra empresa, continua a reflectir-se negativamente». As CTs denunciam que «a procura do domínio do sector energético nacional, em que está enquadrada a Galpenergia e toda a política de privatização, continua a ser acompanhada internamente por várias lutas pelo poder pessoal e de lobbies». As empresas não têm «várias estruturas», as responsabilidades não estão «claramente definidas» e «o desenvolvimento de diversas actividades e funções é inconsequente, envolvendo mesmo acontecimentos nefastos, nomeadamente em casos de entregas de serviços a terceiro». Isto provoca «situações de grande instabilidade laboral» e «situações de risco, como as difundidas a propósito da substituição do «gás de cidade» pelo gás natural».

Na gestão de pessoal, as CTs afirma que «o pandemónio é generalizado, centrando-se as preocupações na distribuição de tachos e benesses a amigos, em vez da definição de uma clara política sociolaboral», a qual deveria contribuir «para o desenvolvimento económico e, simultaneamente, para a melhoria das condições de vida e de trabalho». É o que sucede também com o pagamento de «bónus», prática que «vem abrangendo alguns» e que as CTs desejaria ver substituída pela «generalização, a todos os trabalhadores no activo e reformados, de descontos nos produtos Galp, particularmente na aquisição de gasolinas, gasóleo, lubrificantes, garrafas de GPL e gás natural».

## Carlos Carvalhas, nas Caldas da Rainha

# Acentua-se a política de direita

**Caldas da Rainha foi palco, no domingo, de mais um mercado festa promovido pelo PCP na Mata do Hospital. Visitado por muitas centenas de pessoas, o mercado comportou, como habitualmente, a venda de produtos agrícolas, uma quermesse, um bar, e, ainda, um almoço regional com a participação de mais de 150 pessoas.**

O clima era de festa. Aliás, a animação não faltava, bem como a música, a cargo do grupo «Erva de Cheiro». Procedeu-se, também, à venda de rifas para uma bicicleta de manutenção (1.º prémio - n.º 934), uma garrafa de cristal (2.º prémio - n.º 008) e 2 EPs para a Festa do Avante (3.º prémio - n.º 802).

Mas muitas das pessoas que se deslocaram, no domingo, à Mata do Hospital, fizeram-no, também, para ouvir o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, no comício que decorreu após o almoço e onde o cabeça de lista à Câmara Municipal de Caldas da Rainha, Joaquim Paulo da Silva Barros, interveio sobre os problemas do concelho e as propostas da CDU.

Mais de três centenas de pessoas acompanharam atenta-

mente este comício, onde se verificou, ainda, a apresentação dos cabeças de lista às Assembleias de Freguesia da cidade - N.º Sr.º do Pópulo e St.º Onofre -, respectivamente, Teresa Caldeira e José Fernandes Sousa.

A intervenção final coube a Carlos Carvalhas que, depois de se referir à importância das eleições autárquicas e à necessidade de reforçar a CDU, se debruçou sobre a situação política actual, nomeadamente o «Orçamento Rectificativo» recentemente apresentado pelo Governo.

### Operação de cosmética

«Não é com viragens à direita, como o exemplifica o

«Orçamento Rectificativo», as cinquenta medidas de contenção da despesa e a remodelação governamental, que o PS resolve os problemas e apazigua os grandes interesses e os sectores mais conservadores da sociedade portuguesa. Pelo contrário», afirmou Carlos Carvalhas. Aliás, para o secretário-geral do PCP, «o próximo orçamento está praticamente condicionado pelo Orçamento Rectificativo, pelas

50 medidas e pelo «Pacto de Estabilidade»». Razão por que considera que deverá ser «quem aprovou o Orçamento Rectificativo e o «Pacto de Estabilidade»», que «tem a obrigação de viabilizar o próximo Orçamento». Concretamente o PSD, «não pode continuar a fazer de conta de que no essencial está de acordo com a política do PS, não pode continuar a fazer de conta que viabilizou o Orçamento Rectificativo e que esteve de acordo e saudou o «Pacto de Estabilidade»».

### O grande capital começa a ver que o PS «já desempenhou o seu papel»

A propósito da remodelação ministerial, Carlos Carvalhas diz que, «com aquela composição, traduz a manutenção e acentuação da política de direita», sendo «autenticamente uma operação de cosmética que ainda por cima

decorreu em termos éticos e de respeito pelas instituições democráticas, de forma inaceitável. Foi um processo que criou um quadro de degradação política que atinge as instituições e o regime democrático».

A verdade é que o PS, com a sua política, «deu um importante impulso aos factores que têm determinado o crescente domínio do poder económico sobre o poder político e tem aberto as portas ao regresso das forças de direita», disse, por fim, Carlos Carvalhas. Entretanto, «o grande capital começa a ver que o PS já desempenhou o seu papel» pelo que, «agora, desacreditado, é tempo de o deixar cair e apostar abertamente nos partidos de direita».



Carlos Carvalhas desmontou, nas Caldas da Rainha, a «remodelação governamental»

mente nos partidos de direita».

Ao fim da tarde, o secretário-geral do PCP deslocou-se,

ainda, a Évora, onde visitou a Feira de S. João e participou no encerramento dos Jogos do Alentejo.

## Mal-estar nas Forças de Segurança

A situação existente na segurança interna está a preocupar o PCP. Em nota à comunicação social, o Gabinete de Imprensa do PCP aponta o crescente «clima de inquietude» nas populações e o sentimento de «mal-estar» que existe nas Forças de Segurança (expresso na manifestação dos profissionais da PSP de dia 26) como responsáveis, a par da incapacidade do MAI e do Governo para corporizar uma política de segurança interna sustentada, pela criação de uma situação de «grande instabilidade e conflitualidade nesta área».

Assim, dizem os comunistas, «assume particular gravidade» a postura do MAI em «não dar resposta às justas aspirações dos agentes» e, no que se refere à «arquitetura» das Forças de Segurança, «defender que a GNR se mantenha sob um rígido enquadramento militar», atribuindo-lhe um estatuto militar «incompatível» com as suas responsabilidades na segurança dos cidadãos.

Entretanto, «a instauração ilegítima», na GNR, de processos disciplinares a dirigentes associativos e a «continuada recusa em dar satisfação às legítimas reivindicações sócio-profissionais dos agentes, com destaque para o associativismo na GNR e de liberdade sindical para a PSP», apenas «pode contribuir para agravar o mal-estar nas Forças de Segurança».

Ora, para o PCP, uma polícia com direitos «está mais perto dos cidadãos e das suas preocupações», sendo «condição indispensável para a defesa dos seus interesses e para a prevenção da criminalidade». É, pois, tempo de Portugal, em matéria de direitos e liberdades, acompanhar os outros países da União Europeia, prossegue o PCP que avançou já, na Assembleia da República, com os projectos de lei sobre associativismo sócio-profissional para a GNR e de liberdade sindical para a PSP, de forma a garantir aos profissionais das Forças de Segurança «o exercício da plena cidadania», a que têm direito.

A apresentação pelos comunistas, na Assembleia da República, do seu projecto de lei de Grandes Opções de Política de Segurança Interna constitui, assim, segundo o Gabinete de Imprensa do PCP, um «decisivo contributo para a definição dos princípios, orientações e medidas que há muito se tornam necessárias para uma eficaz e equilibrada política de segurança das populações e dos cidadãos e de dignificação das condições de trabalho e de vida dos profissionais das Forças de Segurança».

## Carlos Carvalhas visita IPDT

Na terça-feira, o secretário-geral do PCP, acompanhado de Francisco Lopes, da Comissão Política, e de Carlos Gonçalves e Natália Filipe, do Comité Central, visitou o Instituto Português da Droga e Toxicoddependência, onde foi recebido pela presidente, Elsa Pais, e

outros elementos da direcção.

Com esta visita, que ocorre no momento em que se inicia a aplicação da nova legislação sobre despenalização/descriminalização do consumo de droga, o PCP pretendeu inteirar-se sobre a forma como esta está a ser implementada, designada-

mente sobre o funcionamento das comissões de dissuasão, e, em geral, sobre a acção do IPDT no âmbito da prevenção da toxicoddependência, da redução de riscos e dos sistemas de informação relativamente a estas matérias.

Por seu lado, o PCP subli-

nhou a importância da aplicação prática, no terreno, para o êxito da nova legislação, chamando a atenção para a necessidade de uma actuação que assegure uma efectiva resposta na ajuda aos consumidores ocasionais e no encaminhamento dos toxicoddependentes para soluções de tratamento. O que implica, em sua opinião, uma atitude humanista e processos céleres e eficientes na ligação com os serviços de saúde.

Por fim, o PCP colocou a importância de integrar as acções de prevenção locais num plano nacional e a urgência da elaboração de estudos sobre a incidência da toxicoddependência na população portuguesa.

Estas são preocupações que se associam à urgência de medidas efectivas para elevar a eficácia do combate ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais.



Delegação do PCP no Instituto Português da Droga e Toxicoddependência

JCP

## Festival de Bandas

Como todos os anos, a Juventude Comunista vai ter um palco na Festa do Avante!, onde promove e divulga a música portuguesa e os novos «talentos» que entretanto vão surgindo. E, como todos os anos, as organizações de jovens do PCP e da CDU começam com antecedência a realizar nas respectivas regiões festivais de bandas cujos vencedores irão, depois, actuar no Palco da Festa.

No Algarve, começou já a preparação do Festival, cuja eliminação se verificará a 28 de Julho, em Monte Gordo.

No Festival de bandas dos jovens algarvios podem participar músicos e agrupamentos profissionais ou amadores de todas as correntes musicais, devendo as suas candidaturas incluir a ficha de inscrição, uma maquete (k7, CD) com três temas que não excedam 15 minutos e as letras dos temas dactilografadas.

A data de entrega destes requisitos deverá ser até 15 de Julho, no CT do PCP de Faro (R. de Portugal, 44 - 8000 Faro) ou em qualquer outro, desde que tenha a indicação expressa de ser dirigida à organização regional da JCP.

Na eliminatória, que se verifica após a audição prévia e selecção de agrupamentos/músicos, o júri valoriza especialmente a criati-

dade, a execução musical, a mensagem veiculada e a prestação em palco.

### Seixal

Também a Juventude CDU do Seixal realiza este ano mais uma edição do Festival de Bandas de Garagem «Seixal a Abrir P'ro Avante», como forma de difundir a Festa e, simultaneamente, promover e divulgar a música produzida para e pelos jovens do concelho, proporcionando, ainda, à equipa vencedora a oportunidade de actuar no Palco da Juventude na Festa do Avante.

Nesta primeira fase, a organização dos jovens do Seixal está a reunir as maquetes das bandas, que poderão ser entregues, até 15 do corrente, em qualquer Centro de Trabalho do PCP no concelho ou no stand da Juventude CDU nas Festas Populares de Arrentela que decorrem entre 7 e 15 de Julho.



# Não há direito!

## O Governo anunciou uma série de medidas

As orientações que são um ataque frontal ao poder de compra dos salários e representam uma descarada tentativa de impor um aperto do cinto aos trabalhadores, aos reformados, aos pequenos e médios empresários, fazendo-os pagar nas suas condições de vida os erros e incompetências da política governamental.

Que nenhuma introdução ou mudança de regras e de regras, não revideiras do estado 1 que chegou o Governo PS, nos distritos do que é mais importante e mais grave.

Os trabalhadores e os reformados à espera de sofrer este ano a fraude comanda pelo Governo que reduzirá salários e actualizações de reformas como se a criação fosse 2,8% quando está já val em 4% (e muito melhor bem, no dia-a-dia, que o aumento real do custo de vida é ainda maior).

Em vez de repôr esta injustiça, como o PCP tem reclamado, o Governo quer impor nos próximos 4 anos uma redução dos salários reais dos trabalhadores da administração pública (que seriam também afectados nas carreiras e em outros sectores).

E o Governo sabe muito bem (e por isso que o grande capital agitado neste momento) que a redução dos salários reais dos trabalhadores da administração pública, em todos os outros sectores da actividade, impõe aumentos salariais insustentáveis e abalo da inflação.

## É preciso derrotar esta política!

É possível resistir! É preciso lutar!

Toda a atenção é posta: grande parte da população que para si se chama "de esquerda" e se acha "de esquerda" do "país" não é parte de movimentos populares políticos e soluções para resolver os problemas e abalos que marcam a vida nacional.

É necessário para resolver, para criar emprego e dinamizar e para levar à recuperação e à melhoria de uma política urgente e de pontos essenciais para a população.

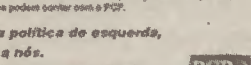
A verdade é que nenhuma problema real do país se resolve... agravando as condições de vida dos portugueses, e aumentando as desigualdades e o desigual social.

A verdade é que, pelo contrário, pela mobilização e pela luta é possível fazer recuar os ataques contra os salários e os direitos dos trabalhadores, contra os interesses de maioria da população, contra os interesses fundamentais da justiça social.

Nesta acção, que é o único caminho que pode fazer frente à política de um Governo crescentemente desorientado e à incapacidade, os portugueses podem sentir com o PCP.

Para uma política de esquerda, junta-te a nós.

**Apoia o PCP!**



## Preparação das listas da CDU para as autarquias no Porto já se encontra em fase adiantada

# Candidatos que «marcam a diferença»

O PCP e a CDU reafirmam o seu propósito de crescer nas próximas eleições autárquicas e contribuir para a alteração do quadro político existente no distrito. Para isso, contam com candidatos e programas que «marcam a diferença».

Segundo o apuramento a que a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP procedeu relativamente à preparação das eleições autárquicas no distrito, a CDU definiu já os primeiros candidatos às listas municipais de 16 concelhos, onze dos quais já foram apresentados publicamente.

a alteração do quadro político do distrito, já que, para isso, contam com candidatos e programas que «marcam a diferença». Na fase actual, a CDU tem promovido um conjunto de iniciativas públicas, designadamente inúmeros contactos com as populações e visitas que serviram para pôr em evidência alguns dos problemas mais sentidos, apontando medidas para os resolver e dinamizando a intervenção das pessoas nessa luta.

## Campanha serena da CDU contrasta com a de forças políticas

## Sem escândalos

Enfim, uma campanha serena, «sem escândalos ou tricas

Mas a escolha de candidatos às Assembleia de Freguesia prossegue, até porque a CDU prevê concorrer nas eleições de Dezembro a uma número mais elevado de órgãos autárquicos do que nas eleições de 1997, estando o trabalho de preparação das listas adiantado em 270 das 384 freguesias do distrito.

Trata-se de um trabalho que, para a DORP, se reveste de uma «inegável» importância política, uma vez que o Poder Local assume papel relevante enquanto «factor de participação democrática e cívica», envolvendo milhares de pessoas. Só no distrito do Porto, por exemplo, são mais de 6 mil os candidatos necessários para concorrer a todos os órgãos autárquicos.

O PCP e a CDU estão confiantes em que irão crescer nas próximas eleições autárquicas e, desta forma, contribuir para

partidárias», que contrasta com as das forças políticas dominantes no distrito, designadamente com a do PS que, tentando contrariar a crescente oposição à sua política, coloca «meios e recursos públicos» ao serviço da sua estratégia eleitoral, ou com a do PSD que, «sem qualquer projecto alternativo» à gestão PS, «brande» o seu poder maioritário na Área Metropolitana, «em guerras de palavras, numa disputa do poder pelo poder, que contribui ainda mais para a descredibilização da política e dos políticos».

Por fim, os comunistas criticam as candidaturas dos actuais presidentes de Câmara de Marco de Canaveses e de Felgueiras, a primeira já anunciada, a segunda com disponibilidade já manifestada. Para eles, tendo em conta a gravidade das acusações que pesam sobre estes autarcas e os relatórios das inspecções realizadas pela IGAT que, num e noutro caso, apontam para a perda de man-

dato, «é moralmente inaceitável (mesmo que legalmente possível) que uma tal situação não faça recuar os propósitos de recandidatura daqueles dois autarcas». É que, para além dos prejuízos causados aos órgãos autárquicos e populações daqueles concelhos, estão em causa «princípios de ética política», sendo que o PS e o PSD, partidos a que aqueles autarcas estão vinculados, «não podem de forma alguma desresponsabilizar-se» da situação.

Entretanto, o Grupo Parlamentar do PCP fez já seguir para a Procuradoria Geral da República o dossier entregue por cidadãos de Felgueiras, contendo elementos comprovativos dos actos de corrupção denunciados, tendo também o deputado Honório Novo requerido na AR ao Ministério do Ambiente e Ordenamento informação sobre o resultado das inspecções realizadas pela IGAT à gestão da Câmara de Felgueiras.



O contacto com as populações permite pôr em evidência os problemas mais sentidos

## 10, 11 e 12 de Julho Acção de esclarecimento

Concretizando uma decisão da última reunião do Comité Central, o PCP promove nos próximos dias 10, 11 e 12 de Julho uma acção nacional de informação e esclarecimento sobre as recentes medidas e orientações anunciadas pelo Governo e que representam uma séria ameaça para os salários e condições de vida da população laboriosa.

Nesta acção será distribuído um volante (formato A4), com o título «Não há direito!», que sintetiza as posições do PCP.

## CAMARADAS FALECIDOS

### Eduardo da Silva e Sousa

Faleceu, no dia 27 de Junho, vítima de doença prolongada, o camarada Eduardo da Silva e Sousa, do Pinhal Novo, Óbidos. Camarada muito dedicado e sempre disponível para as tarefas do Partido, foi membro da Comissão Concelhia de Óbidos.

### Fernando Sobral Rodrigues

Faleceu, recentemente, com 68 anos de idade, o camarada Fernando Sobral Rodrigues. Membro do Partido já antes do 25 de Abril, foi presidente da Federação Distrital de Setúbal dos Bombeiros e membro de vários órgãos sociais da Liga dos Bombeiros. Era muito respeitado no movimento dos bombeiros, ao qual dedicou grande parte da sua vida.

### Matias Rogado Grenhas

Faleceu o camarada Matias Rogado Grenhas, natural de Pias. Membro do Partido desde 1974, fez parte da célula da Setenave e estava, actualmente, organizado na freguesia de St.º António da Charneca, Barreiro.

### Virgílio Francisco

Faleceu o camarada Virgílio Francisco, de 76 anos de idade. O camarada pertencia à organização da Freguesia de S. Julião do Tojal.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## CDU solidária com a luta na NORPORTE

A eleita da CDU Carolina Medeiros apresentou, na sessão da Assembleia Municipal da Moita que se realizou na última sexta-feira, uma moção de solidariedade com a luta dos trabalhadores da NORPORTE para que a empresa retome a sua laboração, que colheu a generalidade dos votos favoráveis (15 votos a favor da CDU, 3 do PS e um do PSD, e apenas duas abstenções da bancada socialista).

Segundo a moção, «só em subsídios de desemprego já foram pagos pela Segurança

Social mais do dobro dos 150 mil contos que, em 1999, eram necessários para evitar que a NORPORTE parasse a sua produção». A exigência, agora, é de que o Governo assumira as suas responsabilidades, de forma a conseguir-se uma rápida solução do processo «que se torna desesperante para todos os interessados na viabilidade da empresa», que vêem a situação agravada pela decisão da Assembleia de Credores, recentemente realizada, de «tudo adiar para Setembro».

A solidariedade dos eleitos da CDU com esta luta, designadamente ao nível dos presidentes das Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Moita, ou da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, onde se situam as instalações da empresa, foi por diversas vezes manifestada, quer na participação em plenários ou concentrações de trabalhadores, quer na sua deslocação pessoal ao Tribunal do Comércio, em Lisboa, conjuntamente com as mesmas.

Concelhia da Moita do PCP lembra o facto de a Câmara Municipal da Moita não aceitar qualquer perspectiva de alteração do Plano Director Municipal (PDM), o que, elimina, à partida, quaisquer expectativas de transformar os terrenos NORPORTE noutra estatuto que não o de área industrial, «pondo assim cobro a eventuais apetites de especulação fundiária» que choquem com a defesa da manutenção de postos de trabalho e do desenvolvimento económico do concelho.

## Militantes do Seixal na Atalaia



Cerca de 100 militantes da Câmara do Seixal juntaram-se, na Atalaia, num almoço organizado pela SIP da Comissão Concelhia do PCP. Foi esta a forma encontrada para sensibilizar os camaradas para as jornadas de trabalho da Festa do Avante que se avizinhava a passos largos e alertar para a necessidade da aquisição das EP's o

mais cedo possível, reforçando assim o fundo de financiamento da grande Festa de Setembro. Antes do almoço, foi proporcionada uma visita ao recinto da Festa a quem ainda não o conhecia, o que serviu também para apurar o apetite para umas febras à maneira e sardinhas a pinçar, tudo regado q.b. com um tinto da região.

## SANTARÉM Desenvolvimento em debate

A Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP realiza hoje, na Sede da Associação dos Municípios da Lezíria do Tejo, a partir das 15 h, um debate subordinado ao lema «Distrito Santarém - Pensar Desenvolvimento».

Com base nas reflexões que os participantes se preparam para levar, seja ao nível do conhecimento da realidade seja do respectivo diagnóstico, os comunistas vão sistematizar e enriquecer as propostas do PCP com vista ao desenvolvimento integrado que defendem para a região e que os agentes sociais, económicos e culturais igualmente reclamam.

## MOITA Contra extradição de Milosevic

No decurso de uma reunião realizada no sábado, os comunistas da freguesia da Moita manifestaram a sua «profunda indignação» pela entrega/extradição forçada do antigo presidente da Jugoslávia, Solobodan Milosevic, ao Tribunal Penal Internacional *ad-hoc* de Haia.

Tal como o Secretariado do PCP, os militantes da Moita consideram que a referida «entrega/extradição» é o resultado do «longo, sofisticado e violento» processo de ingerência imperialista sobre a Jugoslávia que se seguiu à agressão da NATO, constituindo razão acrescida para a retirada das tropas portuguesas dos Balcãs e o não envolvimento de Portugal no processo de militarização da União Europeia.

## AVEIRO Actividade intensa

O PCP prossegue na Assembleia da República intensa acção em defesa do distrito de Aveiro. Ainda há pouco, o deputado João Amaral apresentou cinco requerimentos, resultantes das preocupações com que ficou, após uma visita que realizou ao distrito.

Um dos requerimentos diz respeito à defesa do traçado original do IC 1, no lanço Angeja/Maceda, e um outro à frequência dos comboios em Sernada do Vouga e à prática de horários «que não se adequam às necessidades» dos utentes.

O deputado comunista denunciou, ainda, o «péssimo estado de conservação da ponte rodoferroviária de Sernada», querendo saber quando serão feitas as necessárias reparações, defendeu a construção do troço do IC 2 entre Arrifana e Carvalhos - hoje com um tráfego caótico -, e retomou a questão da Ponte do IC 2 sobre o rio Águeda, pretendendo ser informado sobre o início de obras.

## AÇORES ... em todo o lado

A acção parlamentar dos comunistas é igualmente intensa nas Ilhas, concretamente nos Açores, onde o Grupo Parlamentar do PCP, através da figura de requerimento ou de declaração política, questiona com frequência o Governo Regional sobre aspectos negativos da sua política.

É o caso da reconstrução nas ilhas atingidas pelo sismo de 9 de Julho de 1998 que mereceu recentemente uma declaração política do deputado e coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota. Entre as várias questões levantadas, Decq Mota refere a necessidade de dar prioridade à instalação digna dos idosos atingidos, à reconstrução da cidade - que impõe projectos para haver subvenção mas avalia, depois, esses projectos a preços totalmente desfasados dos preços do mercado -, e à compensação dos sinistrados que, por razões de risco, tiveram de abandonar os seus locais.

Governo PS responsável por falta de medidas

# Novamente os incêndios florestais

**Os fogos do fim-de-semana por todo o País constituem «uma condenação brutal da política florestal e da política destinada a combater os fogos florestais do Governo PS», considerou, na terça-feira, em conferência de imprensa, Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, sobre o reinício dos incêndios florestais.**

«Bastou que a temperatura subisse» para que, de novo, os incêndios florestais de grande dimensão assolassem o País, devorando a floresta portuguesa e causando impactos e prejuízos avultados, alguns irrecuperáveis», lamentou Agostinho Lopes. Assim, as chamas voltaram, do Minho ao Algarve, do interior ao litoral, «consumindo pinheiros, eucaliptos e outras espécies da flora e fauna», «levando a desolação a serras e aldeias».

Parece até que a vaga de incêndios que se desencadeou, «como que preparou a operação mediática» promovida na segunda-feira pelo Governo, no Parque de Monserrate/Sintra, para abrir a «Época dos Fogos Florestais», ironizou Agostinho Lopes. Porém, apesar da «pompa» com que o ministro da Administração Interna lançou a campanha «Prevenção na Floresta», orçada em 130 mil contos, dita para envolver a «sociedade civil», a «cruel realidade» dos últimos fogos representa uma clara condenação da política florestal do Governo PS, responsável «pelos atrasos, insuficiências, e mesmo incongruências, na concretização das adequadas e atempadas medidas de prevenção dos fogos florestais».

Diz o PCP que, em primeiro lugar, o Governo continua a «confundir prevenção com detecção e combate aos incêndios», quando a prevenção, como o PCP insiste, tem de «começar quando o Verão acaba». Por outro lado, os acessos e caminhos para a chegada célere dos meios de combate aos locais de incêndios, os aceiros e pontos de água, a limpeza das matas e das infra-estruturas já

existentes, «continuam longe das necessidades». Entretanto, o Programa Comum no âmbito dos fogos florestais para o ano 2001, aprovado pelos Ministério da Administração Interna e da Agricultura, em Março passado, revelou-se uma «decisão tardia» e longe do necessário. Em segundo lugar, o Governo, «embrulhado

Ao mesmo tempo, a constituição das Comissões Mistas de Acompanhamento dos PROF só em Fevereiro passado foi assente e a definição de um conjunto de «acções com carácter prioritário está no essencial por concretizar. O sistema de seguros florestais não existe. A criação do fundo financeiro e de incentivos fiscais, as acções de emparcelamento e o autofinanciamento estão «no ponto zero». O Conselho Consultivo Florestal «não teve nenhuma acção relevante

ca» - onde tem particular responsabilidade e forte intervenção administrativa - «é desenvolvida uma acção florestal exemplar da prevenção, que acautele riscos e impeça a destruição que vai continuando todos os anos, do importante património natural das áreas protegidas».

«Bem pode», pois, «o Governo falar de reforço de meios humanos e materiais, e lançar como propaganda os milhões que são gastos nesta interven-

**O Governo  
confunde  
prevenção  
com detecção  
e combate  
aos incêndios**



Os últimos fogos representam uma condenação da política florestal do Governo

nas suas contradições» e «guerrilhas» e fundamentalmente pelas suas opções políticas prioritárias, «atrasou-se irremediavelmente na regulamentação e desenvolvimento da Lei de Bases da Floresta», aprovada em 1996, sendo que os decretos regulamentadores só foram publicados três anos depois e, até ao momento, «não passaram do papel e do site na Internet».

até ao momento». A reestruturação fundiária e das explorações «marca passo».

Em terceiro lugar, «o Governo não dá o exemplo», demonstrando o incêndio que neste fim-de-semana devastou 400/500 hectares de floresta no Parque Natural da Peneda, Soajo, Gerês, que «nem naquelas áreas de particular sensibilidade ambiental e paisagística»

ção», que nada «pode substituir-se a uma efectiva e rigorosa» acção de prevenção, que «começa no ordenamento florestal integrado», passa pela «participação de agricultores, povos dos baldios e outra população na defesa do que é seu» e acaba «na disponibilização pelo Estado dos meios financeiros necessários», afirma o PCP.

## De costas para os povos dos baldios

Os problemas que afectam regularmente a floresta portuguesa não podem ser desligados das políticas económicas levadas à prática pelos governos do PSD e, agora, do PS. De facto, é nas dinâmicas económicas em curso, «fundadas nas opções neoliberais do Governo», que se radicam os processos de desertificação do mundo rural e de extensas áreas do interior do País, acusam os comunistas, referindo os primeiros dados do Censo Geral da População que evidenciam, «de forma categórica», a gravidade da situação.

Acresce, assim, a ausência de medidas de recuperação do património florestal ardido e cresce o comportamento de um governo que, na continuidade dos seus antecessores, «continua de costas para os povos dos baldios, detentores de cerca de 10% da área florestal

do País». A verdade, porém, é que o Governo tem há muito «um adequado quadro legal e os meios financeiros para fazer frente a este flagelo», nada, «a não ser incapacidade, incompetência e incúria, e muito particularmente outras prioridades políticas» justificando «a insuficiência de medidas adequadas e atempadas na redução significativa da área florestal ardida».

Responsabilizando o Governo pelo mal que se passa nesta matéria, o PCP acusa-o de «preferir a propaganda ao trabalho e às medidas estruturantes» e exige dele «medidas sérias e de combate» mas, prioritariamente, «medidas de prevenção no âmbito da política florestal nacional e da necessária regulamentação e execução no terreno da Lei de Bases da Política Florestal».

«Sem esquecer», também, a importância económica e social da floresta e o seu papel no quadro de uma agricultura em mudança e os dramáticos acontecimentos deste ano na maior parte das bacias hidrográficas, o PCP chama a atenção «para o papel que a cobertura florestal desempenha na regularização dos regimes hidrológicos».

Por fim, os comunistas defendem uma maior intervenção governamental «na defesa e promoção de uma floresta que responda às necessidades do País, que contribua para a economia nacional e para o rendimento dos agricultores, que cumpra o seu papel na conservação da natureza e como suporte da vida e da biodiversidade, e que se constitua como elemento preponderante na manutenção e restabelecimento dos equilíbrios ecológicos».



A Festa do Avante! é já a 7, 8 e 9 de Setembro

• Isabel Araújo Branco  
texto

# 25 edições de inovação e cultura

**F**ernando Vicente, membro da direcção da Festa do Avante!, levanta o véu sobre a edição deste ano, recorda o percurso da FIL à Atalaia e fala do significado da Festa e das inovações no plano cultural introduzidas ao longo dos anos.

**“Temos de «arriscar», de ser inovadores, sem medo do novo. Pessoas que nunca tinham ouvido música erudita ficaram fascinadas com os espectáculos da Festa”**

– Quais são as grandes apostas da Festa deste ano?  
– Vamos voltar a ter a bienal e o Avanteatro vai ter um programa diversificado e melhores condições. Vai haver novamente a divulgação da ciência e da técnica, particularmente com um observatório astronómico e a colaboração de Máximo Ferreira. Serão apresentadas uma série de exposições, entre as quais sobre o Bento de Jesus Caraça, os 80 anos do Partido, as 25 edições da Festa e as eleições autárquicas.

– Quais são as grandes diferenças entre as primeiras festas e as actuais?

– Há sempre diferenças. Há pessoas que dizem: «Já fui à Festa, este ano não vou.» Mas, ir à Festa é em primeiro lugar um acto de militância. Num momento em que a comunicação social faz um silenciamento de toda a actividade do Partido, a Festa é o «relatório e contas» da actividade partidária e uma espécie de programa do ano que se vai iniciar. Por outro lado, a Festa é sempre diferente. Enquanto mudámos de sítio, a mudança era ajudada pela alteração física. Agora estando na Atalaia, a Festa continua a ser diferente: a disposição das organizações, o conteúdo...

Mas há uma diferença fundamental: nos primeiros anos, a Festa era sobretudo construção e as vedetas foram as que a

conseguiram erguer do chão raso. Na Atalaia, muitas coisas vão ficando de ano para a ano: redes eléctrica, de água, de esgotos, os relvados... Hoje estamos numa outra fase. A Festa é permanentemente a afirmação de uma diversidade formal, de conteúdos, de discussão, de ideias, de propostas...

A Festa tem um grande prestígio em largas camadas sociais. Há muita gente que não é do Partido que vai à Festa porque encontra um espírito diferente. Por outro lado, desde as bandas de garagem aos grupos de teatro, todos os artistas dão grande importância à sua participação na Festa, porque são confrontados com plateias que nunca tiveram. Há uns anos, o maestro Graça Moura contava que recebia telefonemas de pessoas contra a participação da Orquestra Metropolitana de Lisboa numa festa de comunistas, mas dizia que nunca se sentiu tão bem à frente de tanta gente e lamentou as pessoas que julgam que o caminho que deve ser seguido não é o da divulgação e do alargamento do campo cultural.

– Hoje a Festa amadureceu e ficou com uma personalidade própria em relação a outras festas como a do L'Humanité?

– Penso que sim. A Festa tem uma grande identidade, até porque passou por



A enorme massa de pessoas que acorreu à primeira Festa do «Avante!», realizada em 1976, no espaço da FIL, surpreendeu o País

vicissitudes que outras festas passaram há muitos anos. Há pessoas que se autointitulam «os amigos da Festa» porque a construíram a partir do zero. Isto marca. A passagem pela Festa é determinante, porque, de uma forma livre e participada, as pessoas sentem que estão a construir algo.

– Isso não aconteceu em outras festas?

– A nossa Festa tem um maior conteúdo político e cultural. Não é por acaso que uma das primeiras coisas que fizemos foi uma bienal, que permitiu a muita gente pela primeira vez ser confrontada com um conjunto de obras de arte. As pessoas exprimiram-se perante os artistas, deu-se uma troca de sentimentos entre o artista e o fruitor da obra.

– A chamada interactividade...

– ... de que agora tanto se fala e que nós começámos há 25 anos. Isto foi extremamente importante, tal como é importante apresentar no palco central música erudita. Não sendo um papel político, é um papel de divulgação cultural que faz parte do nosso projecto. Daí a Festa ter uma identidade própria e haver uma grande preocupação de não deixar cair a Festa numa feira.

– Quando são apresentados espectáculos «diferentes», como a música clássica, sentem o risco?

– Esse é o papel de um partido de vanguarda. Temos de «arriscar», de ser inovadores, sem medo do novo. O que verificámos é que pessoas que nunca

tinham ouvido música erudita ficaram fascinadas.

– A Festa tem também um grande prestígio internacional. Como é que os artistas estrangeiros reagem quando são convidados para participar? E os que ainda não conhecem que reacções têm quando cá chegam?

– Normalmente têm uma reacção extremamente positiva. Há casos de pessoas que dizem que querem voltar no ano seguinte. Há um grande entusiasmo e uma grande surpresa perante este tipo de realidade. Há grupos de jovens espanhóis e alemães que vêm militantemente participar na construção da Festa. Há pouco tempo recebemos um e-mail de Madrid de um

grupo de 50 pessoas para reservar EPs e saber informações. O ano passado foi um grupo mais restrito, com 18 pessoas. A Festa é, no essencial, um grande momento de camaradagem, de reafirmação dos valores ideológicos do Partido, de amizade.

– Como é que a Festa lida com a «concorrência» dos festivais de Verão?

– Os festivais têm características diferentes e são dedicados a uma faixa etária muito definida. Lá, a palavra liberdade se calhar não tem o conteúdo do da Festa. Vamos vencendo com alguns rombos, daí que seja extremamente importante a venda militante. Mais de 50 por cento dos visitantes da Festa é gente com menos de 23 anos.

## A construção Escola de militância e amizade



Tanto no Jamor, em 1977 e 1978, como depois na Ajuda (foto da direita), Loures e Atalaia, só foi possível superar as enormes adversidades na construção da Festa graças ao trabalho voluntário de muitos milhares de militantes e simpatizantes comunistas

– Como surgiu a ideia da Festa do Avante!?

– No início da contra-revolução, libertaram-se energias para uma outra questão: fazer avançar a revolução noutros domínios, para além do político. Por isso é que a Festa só aparece em 1976. É uma festa que naturalmente só é possível depois do 25 de Abril e aparece um pouco a exemplo do que se fazia nos outros jornais comunistas da Europa. É um período em que os comunistas têm necessidade de manifestar capacidade e impor o respeito que a contra-revolução nascente punha muitas vezes em causa. A Festa é desde o princípio um marco de prestígio, porque fomos para sítios onde ninguém imaginava que se pudesse fazer qualquer coisa. Ainda hoje a Festa tem um prestígio próprio, decorrente de, nas maiores adversidades, ter conseguido fazer uma realização que deixou boquiabertos muitos.

– Como se passou do espaço da FIL para os grandes terrenos?

– Eu não estive na primeira Festa, mas esta foi um êxito que deixou toda a gente surpreendida. Havia pessoas que diziam que se circulava na FIL sem pôr os pés no chão, eram deslocadas pela massa de gente. Um êxito político deste peso, imediatamente a seguir ao 25 de Novembro, tinha de concitar os seus inimigos. O Jamor surge depois da Associação Industrial Portuguesa deixar de ceder as instalações da FIL. Pensou-se então numa Festa totalmente ao ar livre. No Jamor não havia nenhuma infra-estrutura. Tinha havido há 30 anos um arruamento, de resto era tudo mato e desleixado. Não havia água ou esgotos, não havia rigorosamente nada.

– Na Ajuda as condições eram as mesmas?

– Essas ainda eram piores, mas tínhamos a grande vantagem de estarmos mais perto do centro de Lisboa e de ficarmos num cenário paradisíaco, o do estuário do Tejo. Mas tanto no Jamor como na Ajuda, como depois em Loures e na Atalaia, a transformação de condições tão adversas é conseguida à custa de uma militância, sem a qual a Festa não seria possível.

Aliás, neste período a Festa tem uma grande componente de construção.

– E, na altura, passados três dias era tudo desmontado.

– Sim. Uma vez, no Jamor, o general Vasco Gonçalves foi visitar a construção da Festa e disse: «Para construir isto, quantos generais eram precisos!» Era chegar a um sítio completamente inóspito e construir. Depois do êxito da FIL, havia muita gente que dizia: «É aqui que eles se vão afundar e acabar.» Na realidade, não foi assim e a Festa foi conseguida à custa de uma grande determinação e estoicismo. Na véspera da inauguração da primeira Festa do Jamor, houve um vendaval tremendo que rasgou uma série de coberturas e estragou algumas estruturas. As oito da manhã estávamos a telefonar para uma série de centros de trabalho e fábricas onde havia um particular número de comunistas e, antes do meio-dia, entre duzentos e trezentos camaradas estavam pendurados nas estruturas a verificar cada uma das braçadeiras.

– Como foram os primeiros anos, quando ainda não havia uma tradição de mobilização para a construção da Festa?

– A vontade de «fazer o impossível» foi determinante para uma mobilização que era espantosa. A militância não é só de trabalhadores habituados ao trabalho manual. Há muitos empregados bancários, homens dos seguros, empregados de escritório, técnicos de saúde que vão trabalhar para a Festa e pela primeira vez tomam contacto com o trabalho manual, aprendem o que é uma chave de bocas, uma braçadeira, um martelo... E não o fazem de uma forma relutante, mas de maneira afinçada.

Não posso esquecer outro aspecto: há uma militância específica de intelectuais, de quadros técnicos e artistas. As primeiras festas ficam marcadas por grandes intervenções de artistas plásticos e aqui há que não esquecer um homem que esteve no cerne do pensamento de todas as festas até Loures: Rogério Ribeiro.



## Jornadas de trabalho

As jornadas de trabalho para a construção da Festa já começaram. Desde 23 de Junho que a Atalaia tem camaradas e amigos a manejar martelos, chaves, serras, alicates e pincéis. Eles estão à tua espera. Ferramentas há, só falta a tua mão. Aparece!



# A luta pelo sindicalismo policial

• António Filipe

Grande número de profissionais da PSP manifestaram, na passada semana, junto da Assembleia da República, a sua indignação pela demora do reconhecimento legal do direito à constituição do seu sindicato. O caso não é para menos. A luta pelo direito à constituição de um sindicato da PSP desenvolve-se há mais de vinte anos e Portugal é hoje o único país da União Europeia onde os profissionais de polícia vêem negada a liberdade sindical. É uma evidência que a luta dos profissionais da PSP pela constituição do seu sindicato se aproxima da vitória. Já vão felizmente longe os tempos em que o

ainda não existe um sindicato na PSP, é porque o Partido Socialista, antes de afirmar a sua concordância com o reconhecimento da liberdade sindical nesta força de segurança, deu de bandeja ao PSD a possibilidade de a inviabilizar. É que convém lembrar que a disposição constitucional que exige maioria de dois terços para a aprovação de uma lei relativa à liberdade sindical na PSP só foi aprovada na revisão constitucional de 1997, por acordo entre o PS e o PSD. Ou seja: enquanto tal decisão dependia exclusivamente de si, conhecida a posição favorável do PCP, o PS nunca aceitou reconhecer o direito dos profissionais da PSP à constituição do seu sindicato. E só depois de ter oferecido ao PSD um verdadeiro direito de veto na matéria, é que o PS começou a afirmar a sua concordância com a criação do sindicato da PSP, passando a criticar a partir de então – e só a partir de então – a posição do PSD, que era, de há muito, sobejamente conhecida. A partir do momento em que “a bola passou para o campo do PSD”, este, crescentemente isolado na sua posição de obstrução ao sindicalismo policial, passou a usar os mais espantosos subterfúgios para a manter, culminando na tese da necessidade de uma revisão constitucional que a viabilizasse. Assim, considerando o PSD que a Constituição não permite a existência de sindicatos sem direito à greve, só aceita o sindicato da PSP se o direito à greve lhe for constitucionalmente vedado. Ora, tal raciocínio é absurdo por

várias razões: desde logo porque o direito à greve é um direito constitucional dos trabalhadores, mesmo que não sejam sindicalizados. A intervenção dos sindicatos no exercício do direito à greve pelos trabalhadores resulta do seu estatuto legal. Mas também, porque, mesmo admitindo como justa a restrição do direito à greve dos profissionais da PSP – restrição que os próprios parecem admitir na actual fase – não há necessidade nenhuma de inscrever tal restrição no texto constitucional, bastando a sua consagração por via legal. A posição do PSD, de se refugiar na pretensa necessidade de uma revisão constitucional para viabilizar o sindicato da PSP, não passa portanto de um subterfúgio. Porém, comporta perigos. Comporta desde logo o perigo de se inscrever na Constituição, injustificadamente, e com tudo o que isso implica, uma restrição de direitos de uma categoria de trabalhadores que, aliás, não abrange apenas a PSP. Mas comporta também o perigo de, consagrada a restrição do direito à greve, e continuando a futura “lei sindical” para a PSP a carecer de maioria de dois terços, aparecer um novo subterfúgio destinado a inviabilizar a criação legal do sindicato. Em suma, o caminho para a constituição do sindicato da PSP está ainda semeado de perigos e incógnitas. Mas duas coisas são certas: o sindicato será uma realidade, e a concretização desse objectivo depende acima de tudo da luta dos profissionais da PSP que continua, mais forte que nunca.



ministro Eduardo Pereira, do PS, puniu o Comissário Joaquim Santinhos com a transferência forçada da Amadora para Bragança devido ao seu activismo socioprofissional; em que o ministro Silveira Godinho, do PSD, mandou lançar polícias contra polícias no Terreiro do Paço; ou em que o ministro Dias Loureiro, também do PSD, mandou instaurar processos disciplinares a dirigentes da ASPP. Se há uns anos atrás o PCP e o PEV eram os únicos partidos parlamentares a defender a liberdade sindical na polícia e existiam na sociedade portuguesa alguns preconceitos em relação à sua consagração, actualmente a situação é inversa. A liberdade sindical na polícia não é “papão” para ninguém. Toda a gente sabe que, por exemplo, a Polícia Judiciária tem o seu sindicato, e esse facto é unanimemente aceite como pacífico. Nos últimos anos, a luta dos polícias e a sua crescente aceitação na opinião pública, isolou completamente os que ainda se opõem à liberdade sindical na PSP e tornou a sua consagração uma mera questão de tempo. Estamos, segundo parece, em vias de chegar a um ponto em que todos se afirmarão favoráveis à liberdade sindical na PSP e em que aqueles que têm inviabilizado, por todos os meios, essa conquista democrática (não apenas dos polícias, mas da sociedade portuguesa no seu conjunto), tudo farão para ocultar as suas responsabilidades e as suas posições anteriores. Convém por isso lembrar algumas evidências. A primeira evidência é a de que, se hoje

PS conta com PSD para aprovar orçamento rectificativo

## Queijo virou estrelícias madeirenses

A bancada do PS, contando com a preciosa ausência do PSD (todos os restantes partidos votaram contra), aprovou o orçamento rectificativo apresentado pelo Governo.

Foi a versão revista e actualizada do triste episódio protagonizado o ano passado, em nome de um queijo, por um deputado do CDS/PP. Com a particularidade de este debate ter ainda um outro acontecimento pouco edificante a marcá-lo: o de ter decorrido sob o signo de uma remodelação que, veio a revelar-se depois, foi a todos os títulos desastrosa.

«Há seis meses meteu-se uma fatia de queijo limiano no orçamento; hoje ornamenta-se o orçamento com umas estrelícias madeirenses», observou Octávio Teixeira, numa referência à decisão governamental de assumir as dívidas das Regiões Autónomas no valor de 24 milhões de contos. Um facto que ajuda certamente a explicar o sentido de voto do PSD, em relação ao qual o líder parlamentar comunista foi muito crítico. Falou mesmo em «manobra politiqureira» e considerou inadmissível que as «finanças públicas, o dinheiro dos contribuintes e os salários dos trabalhadores da função pública possam continuar a ser, respectivamente, degradadas,

desbaratado e sacrificado, em nome e ao serviço de meras táticas de jogos partidários».

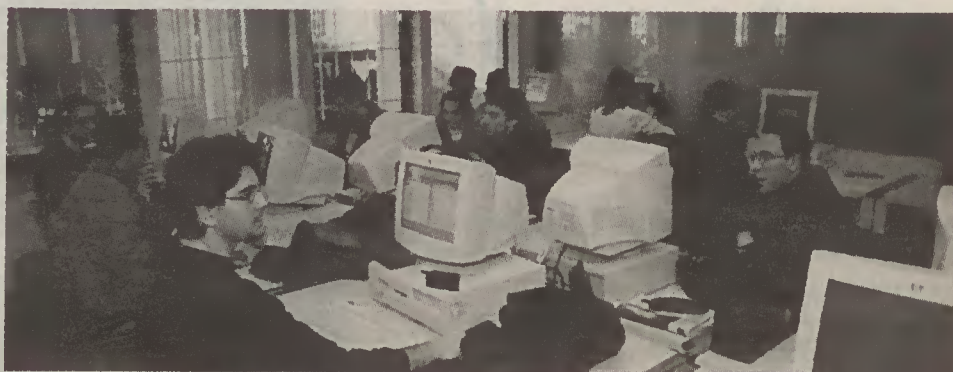
A falta de seriedade técnica e política constitui, aliás, segundo a bancada comunista, a marca de água desta alteração orçamental. Sobretudo porque não corresponde a qualquer intuito de reorientação do sentido da política económica. Pelo contrário, o que indicia é a persistência nas

mesmas práticas. Como demonstrou o presidente da formação comunista, dando, como exemplo, o caso dos 290 milhões de contos de dívida vencida e não paga de atrasados do Serviço Nacional de Saúde. Há menos de dois anos, lembrou, o Governo procedeu a idêntica operação, comprometendo-se então a não repeti-la, isto é, a não suborçamentar as dotações do SNS. «Bastou que passassem 18 meses para todos termos a comprovação de que o Governo não foi então sério, não falou verdade, prometeu com a intenção de não cumprir», sublinhou o líder parlamentar do PCP, antes de advertir para a circunstância de o Executivo encontrar nesta

nova aprovação orçamental boas razões para «continuar a suborçamentar, para continuar a não tomar medidas no sentido de mais rigor, mais exigência, mais eficiência, encontrar razões para não combater os interesses ilegítimos que se alimentam deste desastroso estado de coisas».

Verberada com particular veemência foi ainda a alteração das dotações da despesa corrente primária. Inserindo-a no programa de redução da despesa pública aprovado pelo Governo, Octávio Teixeira alertou para o facto de o aumento nominal neste capítulo para o próximo ano ser de apenas 56 milhões de contos – e não 210 milhões como seria se a inscrição do actual não fosse alterada –, o que significa que, mesmo que essa verba fosse toda canalizada para despesas com pessoal, a evolução dos salários da função pública em 2002 não poderia ultrapassar os 1,5 por cento.

«Uma enorme e insuportável diminuição dos salários reais», advertiu o deputado comunista, para quem é igualmente inaceitável que mais de 52 por cento dos cortes orçamentais incidam nas funções sociais, como é o caso dos estabelecimentos de ensino superior, espoliados em 11 milhões de contos ou da acção social onde o Governo cortou cinco milhões de contos.



O Ensino Superior é espoliado em 11 milhões de contos

## Apoio social a pais adolescentes

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, em votação final global, o projecto de lei do PCP que define medidas de apoio social às mães e pais adolescentes. Nele se estabelece um conjunto de direitos e garantias no sentido de evitar que os pais e mães adolescentes tenham insucesso escolar ou abandonem a escola. Não menos importantes são os apoios específicos previstos no diploma dirigidos aos pais e mães que, decidindo sê-lo antes da conclusão da sua formação, carecem dessa ajuda para melhor conciliarem a paternidade e a maternidade com o prosseguimento da sua formação.

Recorde-se que Portugal ocupa o segundo lugar em matéria de mães adolescentes. Em 1999, segundo dados do INE, ocorreram 104 partos de raparigas com menos de 15 anos (mais 9,5 por cento do que em 1998) e cerca de 7300 nados vivos de mães entre os 15 e os 19 anos. Para o Grupo Parlamentar do PCP, como salientou há três semanas no debate na generalidade a deputada Margarida Botelho, esta é uma realidade que tem de ser «encarada de frente», garantindo a estes jovens «direitos e apoios específicos que interrompam o ciclo de exclusão social que tantas vezes se inicia ou agra-

va com uma gravidez adolescente».

Entre as medidas propostas para os estudantes menores de idade, emancipados ou não, e especialmente as jovens grávidas, puérperas ou lactantes, conta-se, por exemplo, um regime especial de faltas, a possibilidade de adiar avaliações e uma época especial de exames para acompanhamento médico nas consultas pré-natais, no parto, na doença e assistência a filhos. Previsto é também que as grávidas e mães tenha direito a ser transferidas de estabelecimento de ensino, fora da sua área de residência, se assim o entenderem.

## Combate à Sida

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um projecto de resolução sobre política de cooperação no combate à Sida. No texto, da autoria do PCP, é feita a recomendação ao Governo no sentido de uma activa intervenção no plano internacional com vista à disponibilização dos meios necessários ao combate eficaz a esta epidemia. O acolhimento dos princípios das Nações Unidas para o combate à Sida na intervenção do Estado português, constitui outra das orientações preconizadas no texto, que sugere, por outro lado, a «criação de um programa específico» no âmbito do CPLP para o combate à Sida que inclua, designadamente, um «fundo multilateral de apoio financeiro», que envolva os estados e outras entidades públicas e privadas, a par do apoio das instituições públicas de saúde às estruturas de saúde dos PALOP, e, bem assim, a promoção do acesso aos meios científicos e técnicos, incluindo medicamentos necessários para a prevenção e tratamento da Sida. Recorde-se que a Assembleia Geral das Nações Unidas levou no final do passado mês de Junho a efeito uma sessão extraordinária dedicada à questão da Sida, tendo na ocasião sido divulgados dados que testemunham a gravidade do alastramento da epidemia. Calcula-se que existam no mundo 36,1 milhões de pessoas atingidas pela Sida, dos quais 25,3 milhões vivem no continente africano, onde esta doença é já considerada a primeira causa de morte.

## Projectos do PCP aprovados

A Lei de Enquadramento Orçamental, que estabelece as regras de elaboração e controlo das contas públicas, foi aprovada no Parlamento com os votos a favor do PS, PCP e BE e os votos contra do PSD e CDS/PP. O Grupo Parlamentar comunista condicionou o seu sentido de voto favorável à aceitação pelo PS de nova votação na especialidade de três pedidos de alteração. Os deputados comunistas conseguiram ver assim introduzidas a repartição regionalizada dos programas e medidas do investimento público e também limites aos compromissos do Estado. Votado favoravelmente foi também o projecto de lei do PCP, entregue em Março de 2000, que estabelece a igualdade de condições de financiamento a todas as freguesias abrangidas pelo regime de permanência. Um outro diploma do PCP — este na área laboral — mereceu igualmente neste final da sessão legislativa a aprovação do Parlamento. Trata-se do projecto de lei que institui um sistema de reparação aos trabalhadores pela morosidade da Justiça em processos de falência e que reforça os privilégios dos créditos laborais.

**A condução dos destinos do País não vai bem. Em rigor, vai mesmo muito mal, a avaliar pelo debate sobre o estado da Nação que marcou o final da sessão legislativa.**

Foi um debate que revelou um Governo encurralado sob o fogo das críticas provenientes de todos os quadrantes. Embora por diferentes motivos, esquerda e direita apontaram o dedo ao Governo, responsabilizando-o pelos problemas do país. Perante a dura realidade, o Primeiro-Ministro, numa ligeira inflexão ao discurso, viu-se impossibilitado de o recheiar com a habitual prosápia sobre a «modernização» ou a «nova economia». O tempo de semear ilusões passou. Confirmou-o o diagnóstico feito no decurso do debate, a vários títulos arrasador. Sobretudo o que partiu da bancada comunista, pela voz de Carlos Carvalhas, pondo em evidência a justeza das insistentes denúncias desde há muito feitas pelo PCP quanto ao descabro a que a política do Governo PS está a conduzir o País. Por si demonstrado foi, designadamente, como nestes últimos anos Portugal viu agravadas as «debilidades estruturais e a sua crescente dependência e subordinação ao estrangeiro», em paralelo com o «abrandamento económico», o aumento dos défices externos, o endividamento dos cidadãos e do País. Tudo isto em simultâneo com uma crescente concentração da riqueza.

### Guerra aos trabalhadores

Mas a mais clara confissão da falência de uma «política que liquidou oportunidades e meios consideráveis», segundo o Secretário-Geral do PCP, está no orçamento rectificativo e nas recentes cinquenta medidas aprovadas pelo Governo que, disse, «representam uma verdadeira declaração de guerra aos trabalhadores».

Matéria que serviu de mote para o líder comunista recordar que, ao contrário do que afirma o Governo, o apertar do cinto não se dirige a todos os portugueses. «É, sim, sempre para os mesmos. Para os trabalhadores da Função Pública e por arrastamento para os outros assalariados, para os reformados e de forma indirecta para os pequenos e médios empresários», acentuou, antes de concluir que «para os grandes senhores do dinheiro e para os grandes senhores do capital financeiro o apertado passa ao lado».

O que é perfeitamente coerente com uma política que tem acentuado a subordinação do poder político ao

poder económico. «Foi a política do Governo PS que fortaleceu o poder económico e acentuou a subordinação do poder político ao poder económico, e foi a mesma política que permitiu o revivalismo do cavaquismo reaccionário e de má memória», acentuou o líder comunista.

### Política de direita

Antes, o Secretário-Geral do PCP criticara a «crescente dependência e subordinação ao estrangeiro». «Quando o vento já não sopra de feição e quando as pratas para leilão já estão a chegar ao fim, vê-se que o montante das facturas por pagar é astronómico, ameaçando estoirar com o festim», sustentou, referindo-se às consequências negativas que a conjuntura económica internacional está a ter no País.

O deputado comunista destacou a «frustração e insatisfação» em áreas como a saúde, a educação, o trabalho, e as forças armadas, recusando que sejam os trabalhadores «a pagar a factura das demandas governamentais».

«O primeiro-ministro tenta demarcar-se do discurso da direita, mas as suas palavras não correspondem aos actos», frisou ainda o líder do PCP, afirmando que «a sensibilidade do governo indicia a disponibilidade para alterar gravosamente a lei da contratação colectiva e a lei dos despedimentos».

Na área da educação, o deputado comunista reivindicou a «aplicação concreta» da educação sexual nas escolas, considerando que o país «está a perder tempo no combate à gravidez indesejada e à propagação de doenças sexualmente transmissíveis».

Tema que mereceu igualmente a atenção de Carlos Carvalhas foi a barragem do Alqueva. «A sete meses do enchimento da barragem estão ainda por definir os planos de ordenamento, a reorganização fundiária e o preço da água», denunciou.

Tocando no que considerou a questão central — o conteúdo concreto da política — o dirigente do PCP reiterou a ideia de que o «País precisa de de outra política que tenha a coragem de fazer a ruptura com a política de direita, de um governo que tenha a coragem de enfrentar os grandes interesses e que não se constipe mal aqueles comecem a espirrar».

# Debate sobre o estado da Nação

## O festim acaba mal



O apertar do cinto é sempre para os mesmos: os trabalhadores

Carlos Carvalhas

## Combater as opções de direita do Governo

(...) Enquanto a envolvente externa foi favorável, enquanto o leilão das empresas públicas e a especulação bolsista foi soprando o bom vento, enquanto as benesses e os dinheiros públicos foram engrossando os grandes grupos económicos, foi-se vivendo em maré de rosas, não faltando os jobs para os boys, nem o laxismo nos gastos.

Mas agora quando o vento já não sopra de feição e quando as pratas para leilão já estão a chegar ao fim vê-se que o montante das facturas por pagar é astronómico, ameaçando estoirar com o festim. (...)

Num país que, de um dia para o outro lhe foi dito que a despesa tinha de ser travada a quatro rodas, que vinha af a austeridade, não pela areata do FMI, mas pela «mão de veludo» do «pacto de estabilidade» e dos constrangimentos de Maastricht cozinhados e aceites pelo PSD e pelo PS.

E em vez da célebre Teresa Ter-Minasean, do FMI, dos tempos de Cavaco ouvimos agora a voz de um Comissário Europeu, Pedro Solbes, dando sentenças como se estivesse em sua casa, sobre a economia portuguesa e sobre a excelência das medidas de contenção.

Em vez da desvalorização da moeda temos as medidas directas de diminuição dos salários reais.

Ao velho estilo, procura-se fazer crer que o apertado do cinto é para todos os portugueses. Não é para todos. É sim, sempre para os mesmos, para os trabalhadores da Função Pública e por arrastamento para os outros assalariados, para os reformados e de forma indirecta para os pequenos e médios empresários.

Para os grandes senhores do dinheiro e para os grandes senhores do capital financeiro o apertado passa ao lado.

As cinquenta medidas agora aprovadas bem como o Orçamento rectificativo são a confissão clara do fracasso de uma política que liquidou oportunidades e meios consideráveis. (...)

### Restringir direitos e salários

Temos das mais altas taxas de lucro do capital financeiro e dos mais baixos salários e pensões e reformas de todos os países da União Europeia. Apesar disso quer-se criar o clima psicológico para que os trabalhadores paguem a factura dos desmandos governamentais. (...)

Rasgando compromissos estabelecidos no célebre Acordo de 1996 com a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (na

altura agitado como grande bandeira da capacidade de diálogo e negociação), o Governo vem agora tentar impor de forma draconiana a restrição de direitos e dos salários.

As medidas que propõe nesta área consubstanciam uma autêntica declaração de guerra aos trabalhadores colocando mesmo uma nova e ameaçadora questão: e que é o da própria liberdade de negociação e de contratação colectiva.

Estamos em Portugal, Senhor Primeiro-Ministro, estamos num país de baixos salários, num quadro de grande precariedade, numa situação em que se anunciam mais despedimentos colectivos e encerramento de empresas, vivendo os dramas da sinistralidade do trabalho que durante os seus mandatos já atingiu mais de um milhão de trabalhadores a receberem pensões miseráveis. (...)

O Senhor Primeiro-Ministro quis fazer aqui um discurso de demarcação da direita. Mas infelizmente as palavras não correspondem aos actos.

Ao contrário, a sensibilidade do Governo indicia a sua predisposição para alterar gravosamente duas leis estruturantes do direito do trabalho — a lei da contratação colectiva e a lei dos despedimentos — que ficaram congeladas perante a derrota do Pacote Laboral por força da luta dos trabalhadores. (...)

A situação a que se chegou deve-se no fundamental a orientações da política económica que nas questões mais decisivas são idênticas às que foram prosseguidas pelos anteriores governos do PSD — nomeadamente, no que respeita ao processo de privatizações, à subalternização e enfraquecimento de importantes sectores produtivos, às benesses dadas aos grandes grupos económicos, à estratégia de sustentar a «competitividade» das empresas numa prática inaceitável de trabalho precário e baixos salários, à delapidação de recursos com a criação de institutos e mais institutos, dos jobs for de boys. À perda de milhões pelo erário público em várias negociações, como as da Siderurgia Nacional, ou as da Partest em que o Governo do Partido Socialista, de acordo com a auditoria do Tribunal de Contas «entregou» 50 milhões de contos a grupos privados na Lisnave, na EDP, na Seguradora Trabalho, no Hospital da Cruz Vermelha, na Soporcel....

Numa semana anunciou-se propagandisticamente projectos megalómanos, apesar das dificuldades já serem conhecidas. Na semana seguinte toca-se o sino a rebate e apresenta-se nesta Assembleia um Orçamento

Carlos Carvalhas

## Combater as opções de direita do Governo

rectificativo, seis meses após o início da execução orçamental e cinquenta medidas de cega contenção de despesa.

Perante esta situação mais necessário se torna rever os projectos anunciados e dar eficácia económica e social a outros grandes empreendimentos em curso.

O que se passa por exemplo, com o projecto de Alqueva deve ser motivo para a maior das preocupações. Projecto essencial como componente de uma estratégia global de desenvolvimento do Alentejo, a sete meses do início do seu enchimento (a cumprirmo-se os novos prazos oficiais) tudo ou quase tudo está por definir. Planos de Ordenamento; reorganização fundiária; definição dos novos sistemas culturais; revisão dos constrangimentos da PAC; sistema de rega e preço da água; formação dos agricultores; organização do escoamento das produções; apropriação das mais valias. Está tudo na estaca zero ou pouco mais. (...) A atitude do Governo é também aqui claramente irresponsável e incompetente perante um investimento que envolve mais de 350 milhões de contos de dinheiros públicos e que corre o risco de não atingir os objectivos para que está a ser construída por exclusiva responsabilidade do PS.

### A falência de uma política

Mas não é só na área da macroeconomia e dos investimentos que se exprime o fracasso da política do Governo.

A saúde é justamente considerada como uma das áreas mais críticas da governação do Partido Socialista. Mas as razões que nos levam a fazer este diagnóstico nada têm que ver com a barragem cerrada, feita pelos defensores do neoliberalismo contra o Serviço Nacional de Saúde.

Há razões para que a população se queixe das dificuldades no acesso a importantes cuidados de saúde, como acontece com muitas cirurgias, consultas de especialidade ou simplesmente a ter médico de família. Não é penalizando os trabalhadores que se melhora o funcionamento dos serviços de saúde. O que é preciso é desenvolver um plano urgente para a formação de recursos humanos, exigido por unanimidade em resolução da Assembleia da República e que o Governo se comprometeu em Abril a apresentar até ao final do primeiro semestre.

Se o Governo quer de facto melhorar o funcionamento das unidades de saúde então acabe com o regime de nomeação das suas direcções, tantas vezes orientada por critérios partidários ou outros. E passe a escolhê-las por concurso baseado na competência e na capacidade dos profissionais.

Se o Governo que de facto racionalizar a despesa na saúde, então que aproveite a capacidade instalada dos serviços públicos, comprando menos ao sector privado. Que tome as medidas da política de medicamento necessárias à redução dos custos para o Estado e para a população porque os genéricos não são tudo, embora sejam uma importante medida sobretudo se tiverem força e coragem para vencer a resistência à sua prescrição. (...)

Uma outra área, a da educação, fundamental para o nosso desenvolvimento, sofre agora no sector decisivo do ensino superior público um corte de 11 milhões de contos, o que só por si é revelador da prioridade que lhe é atribuída.

E isto depois da contestação que a política do Governo tem tido por parte dos professores, pais e alunos. (...)

### Amplas camadas atingidas

Mas a frustração e o mal-estar com a política que vem sendo seguida atinge hoje as mais diversas camadas e grupos sociais e áreas socio-profissionais.

É notório por exemplo, o sentimento de profundo mal-estar existente nas forças de segurança, a par das grandes dificuldades do Governo para corporizar uma necessária, verdadeira e sustentada política de segurança interna, nomeadamente na vertente da segurança das populações.

Não é compreensível, nem justificável para os cidadãos e para o País e representa um escândalo nacional que nas forças de segurança que gastam dos contribuintes 225 milhões de contos e que contam nas suas fileiras com cerca de 50 mil agentes, somente 45% estejam afectados à patrulha e a funções ligadas à segurança dos cidadãos.

Também assume particular gravidade a posição pública do Ministério da Administração Interna, quanto à arquitectura das Forças de Segurança, ao defender que a GNR se mantenha sob o rígido e desadequado estatuto militar, incompatível com as suas responsabilidades e atribuições na segurança pública das populações e dos cidadãos.

Na mesma lógica se insere a restrição de direitos fundamentais dos profissionais das forças de segurança com o desenvolvimento de uma linha repressiva que tem expressão na GNR, com a instauração inaceitável e ilegítima de processos disciplinares a dirigentes associativos e a continuada recusa em dar satisfação às legítimas reivindicações dos agentes, com destaque para o associativismo socioprofissional para a GNR e de liberdade sindical para a PSP. O Primeiro-Ministro e o ministro da Administração Interna não podem lavar as mãos como Pilatos desta situação, passando para os comandos a responsabilidade. Estes têm que se conformar com o regime democrático e a Constituição da República. E se não se conformam devem ser prontamente demitidos. (...)

Também a situação existente nas Forças Armadas se caracteriza, como temos vindo a alertar por um grande descontentamento resultante da acumulação de expectativas e problemas não resolvidos, acompanhados da degradação de diversos factores ligados com a situação social dos militares de que são exemplo, a forma como foi revisto o seu Estatuto e a desvalorização funcional que consagrou; o bloqueamento das carreiras; o não cumprimento de direitos consagrados para os militares em regime de contrato; a manutenção e insistência em opções no plano externo contrárias aos interesses e prioridades nacionais. (...)

Do que o País precisa não é de orçamentos rectificativos, nem do corte abrupto e cego de despesas em que mais de 50% incide sobre áreas sociais, para cumprir as imposições dos critérios monetaristas de Maastricht e do Pacto de Estabilidade, nem de remodelações ministeriais, no «faz de conta» de que é preciso mudar de caras para que tudo fique na mesma. Nem a questão está em o Primeiro-Ministro dar a cara em vez de se esconder atrás de tal ou tal ministro. E também não está nas declarações eventualmente para satisfazer camaradas de que irá «às fuças» à direita.

A questão central está no conteúdo concreto da política.

Do que o País precisa é de outra política que tenha a coragem de fazer a ruptura com a política de direita, de um governo que tenha a coragem de enfrentar os grandes interesses e que não se constipe mal aqueles comecem a espirrar. (...)

É necessário sublinhar e relembrar que foi a política do Governo do PS, designadamente através do saque das privatizações, que fortaleceu consideravelmente o poder do grande capital e acentuou factores de subordinação do poder político ao poder económico.

E é neste clima que o PSD apresenta aqui um elaborado programa de governo de revivalismo do cavaquismo reaccionário e de má memória.

Pela nossa parte prosseguiremos com a nossa firme atitude de oposição de esquerda ao Governo do PS, dando combate às suas opções de direita e prosseguiremos ao mesmo tempo com uma atitude responsável e construtiva com as nossas próprias propostas e pelo apoio a propostas alheias para alcançar medidas, decisões e linhas de orientação positivas ainda que pontuais e parcelares e a batermo-nos, e com renovado vigor, pela intensificação da luta social, pela resposta eficaz a sentidas reivindicações e aspirações dos trabalhadores e da população, por uma vasta agregação do descontentamento popular e forte mobilização dos cidadãos em torno da exigência de uma política de esquerda para melhorar o estado da Nação.

## Tráfico de humanos e prostituição

Fátima Garcia

Nos passados dias 7 e 8 de Junho, o Grupo da Esquerda Unitária

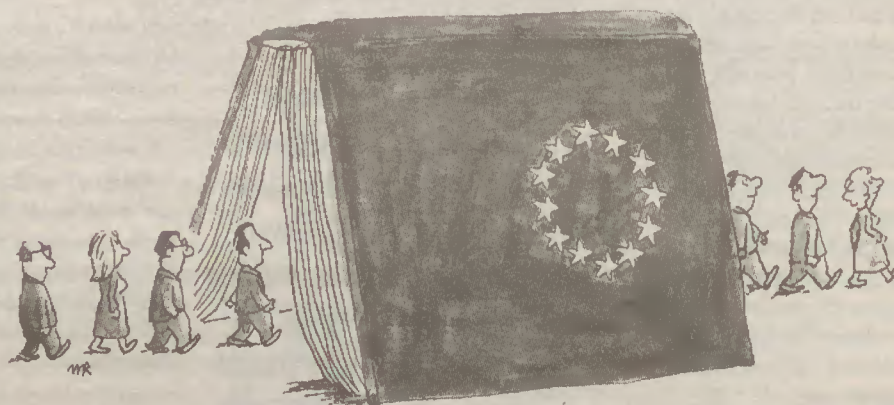
Europeia/Esquerda Verde Nórdica promoveu uma Conferência Internacional sobre «tráfico de seres humanos e prostituição», que contou com a participação de representantes de várias ONG's e instituições que trabalham sobre este tema em diferentes estados-membros, estando presente de Portugal a Dra. Inês Fontinha, directora de «O Ninho». Em pleno século XXI, numa Europa que se diz avançada, defensora dos direitos humanos e um espaço de liberdade e de justiça, deparamo-nos com o desenvolvimento de uma actividade que atinge, da forma mais brutal, a dignidade e os direitos de qualquer pessoa – trata-se do tráfico de seres humanos com destino à prostituição.

Desde há alguns anos que à União Europeia chegam dezenas de milhares

É possível alterar esta situação

Nas várias intervenções apareceu claramente a conclusão de que os direitos das prostitutas não se defendem através da legalização da prostituição como muitos propõem.

A sua defesa passa por se lhes dar a oportunidade necessária à sua reconstrução enquanto ser humano e à recuperação da sua dignidade enquanto mulher. De Portugal e de Itália nos chegaram bons exemplos. As parcerias encontradas com a Câmara Municipal de Lisboa em Portugal e com os sindicatos em Itália para a realização de acções de formação profissional e posterior integração no mercado de trabalho, comprovam que é este o caminho. Mas é também necessário exercer pressão sobre os clientes como nos disseram o Brigadeiro General Fleming Christiansen, das Forças Armadas Suecas, e Lena Medelius, do



de mulheres provenientes dos mais diversos países. Em situação de extrema pobreza e falta de perspectivas quanto ao futuro, elas tentam encontrar trabalho fora do seu país e aceitam contratos de trabalho propostos por gente que as enganam e que de forma alguma as informam de qual será o seu efectivo destino e actividade.

Depois é uma espiral infernal. Durante a viagem, efectuada geralmente de forma clandestina, são obrigadas a prostituir-se e as mais recalcitrantes são punidas severamente. Sem documentação, sem dinheiro, em poder de autênticas mafias que, as vão vendendo em cada fronteira, estas mulheres não têm qualquer hipótese de fuga.

A opinião dos diversos intervenientes convidados nesta Conferência – sociólogos, inspectores de polícia, procuradores ou militares – é que a prostituição representa a anulação da dignidade da mulher e do seu «eu» enquanto ser humano. Não se pode, por um lado, defender o exercício da prostituição e, por outro, excluir estas mulheres da sociedade. Como dizia na sua intervenção a socióloga Julia O'Connell Davidson, da Universidade de Leicester, o recurso às prostitutas é encarado pelo cliente como o acto de levar o automóvel ao mecânico.

A visão de uma mera troca comercial impede o cliente de pensar no lado humano desta relação e, assim, a mentalidade em vigor considera as prostitutas como um grupo equiparado a criminosos que é necessário controlar e disciplinar.

Ministério Público, ao falarem da aplicação da lei sueca – única em todo o mundo. Neste país não é a prostituta que é penalizada, mas sim quem recorre aos seus serviços. Durante estes dois dias de trabalho, ficou clara a necessidade do combate à prostituição e que este combate não pode ser dissociado da luta contra o tráfico de seres humanos. Há anos que a União Europeia vem discutindo o assunto e alguns programas foram aprovados para apoiar a luta contra o tráfico de mulheres. É de lamentar que o Conselho de Ministros tarde em aprovar uma directiva que visa criar um quadro comum para penalizar os traficantes de seres humanos, argumentando com as diferenças existentes entre os vários códigos penais (o que não os impediu de encontrarem soluções no caso de falsificação de dinheiro ou branqueamento de capitais). Como nos dizia Kajsa Wahlberg, detective da Polícia Nacional sueca, no combate ao tráfico de mulheres é necessária a colaboração entre os serviços policiais dos diferentes estados-membros. Mas, – para o prosseguimento dos processos judiciais é também indispensável a permanência das vítimas no espaço da União Europeia e a criação de medidas para a defesa e protecção da integridade física e psicológica da mulher. O seu reenvio ao país de origem, como aconteceu recentemente em Portugal, põe muitas vezes em risco a vida destas mulheres e impede ou dificulta a punição dos culpados. Que os governos ditos «humanistas» da UE assumam as suas responsabilidades.

## Vaga de greves

Com a aproximação das férias, têm-se intensificado as greves dos trabalhadores de companhias aéreas europeias. O pessoal de bordo da Air France terminou na segunda-feira uma paralisação de quatro dias, o que motivou a anulação de dezenas de voos. Também os trabalhadores dos aeroportos de Paris estão em luta, embora aqui os serviços mínimos estejam a ser assegurados.

Em Espanha, nas ilhas de Maiorca e Ibiza, destinos turísticos muito procurados nesta época, os motoristas dos autocarros que fazem a ligação entre os aeroportos e os hotéis estiveram parados durante o fim-de-semana, exigindo aumentos salariais. Na terça-feira, foi a vez dos pilotos da Ibéria paralisarem pelo segundo dia, na sequência de uma greve de dez dias, iniciada em 19 de Junho, e que prosseguirá nos dias 10, 17 e 24 deste mês e em Agosto a 6, 13, 20, 27 e 31.

## Mortalidade juvenil

Os jovens portugueses dos 15 aos 24 anos são os que mais morrem na União Europeia, principalmente devido aos acidentes de viação, segundo um estudo da Eurostat divulgado na passada semana. Portugal surge assim à cabeça com 97 mortes por 100 mil habitantes em média anual (1994-1997), seguido pela Bélgica (73) e Áustria (73).

As menores taxas verificam-se na Suécia (39), Holanda (43) e Reino Unido (51), sendo a média europeia de 59 mortos. Ao nível da UE, os homens (87) têm quase cerca de três vezes mais de possibilidades de morrer do que as mulheres jovens (31), uma relação que ainda é mais acentuada em Portugal, 149 homens para 43 mulheres. Por outro lado, os países do Sul da Europa, entre os quais Portugal, apresentam as taxas mais baixas no que respeita às mortes de jovens por suicídio. O organismo responsável pelas estatísticas comunitárias aponta ainda os jovens portugueses como sendo aqueles que mais morrem devido ao cancro.

## França ratifica Nice

O parlamento francês pronunciou-se definitivamente a favor da ratificação do Tratado de Nice, no dia 28 de Junho, depois da votação do Senado com 288 votos a favor contra oito. O texto, que já tinha sido votado no dia 12 de Junho pelos deputados, mereceu o apoio da direita (RPR-UDF-DL) e do Partido Socialista, no poder, enquanto o Partido Comunista, membro da coligação governamental, se absteve.

# Milhares são vítimas de exploração Equiparar sazonais

**Uma proposta de resolução, apresentada no Parlamento Europeu pelo deputado, do PCP, Joaquim Miranda, pretende equiparar o trabalho sazonal na União Europeia ao trabalho permanente.**

O trabalho sazonal ocupa actualmente centenas de milhares de trabalhadores, que são no essencial migrantes nacionais, comunitários ou de países terceiros, cuja mobilidade no seio da União Europeia tem tendência para aumentar.

Por isso, o eurodeputado comunista solicita que o executivo comunitário elabore um estudo sobre a situação dos trabalhadores sazonais nos diferentes estados-membros, nomeadamente no que se refere aos respectivos regimes jurídicos e de protecção social.

Com esta proposta, Joaquim Miranda pretende que a Comissão Europeia estabeleça um conjunto de regras que visem a igualdade de tratamento entre os trabalhadores sazonais e os trabalhadores permanentes no que se refere à segurança social, remuneração, saúde e segurança, descan-

so semanal e horário de trabalho.

A necessidade de definir regras claras justifica-se, no entender do deputado do PCP, face à deslocação entre países de muitos trabalhadores, em especial jovens, que vão trabalhar em França, na Bélgica ou Inglaterra, nomeadamente para colheitas e outras actividades agrícolas sazonais, com condições deploráveis em matéria de horários, de alojamento condigno e ausência de descontos para os sistemas de segurança social.

No documento dirigido à Comissão Europeia, Joaquim Miranda chama a atenção para o facto de que «a falta de regulamentação e controlo, a nível nacional e comunitário» propicia a existência de redes de intermediários e angariadores de mão-de-obra, contribuindo para «a prática de *dumping* salarial por parte dos empregadores».



Os jovens são a maioria dos que se sujeitam às condições deploráveis das actividades agrícolas sazonais em vários países europeus

## Bruxelas contra lei das privatizações

O advogado-geral do Tribunal Europeu, o espanhol Dámaso Ruiz-Jarabo Colomer pediu, na terça-feira, que seja declarada ilegal a lei que enquadra as privatizações em Portugal (lei-quadro 11/90) por esta permitir que o Governo limite, em cada caso, a participação estrangeira nas acções de empresas em privatização.

A legislação portuguesa (DL 380/93) impõe ainda a necessidade de autorização prévia do ministro das Finanças aos investidores,

nacionais ou estrangeiros, que pretendam adquirir mais de 10 por cento das acções com direito de voto numa empresa em privatização. No entanto, contrariando a opinião da Comissão Europeia, Colomer pede aos juizes europeus que aprove esta disposição, que de resto existe noutros países da UE, considerando que este condicionalismo não é discriminatório, uma vez que se aplica tanto a nacionais como a estrangeiros.

Esta regra impediu, por exemplo, a Sonae de

aumentar a sua participação na Portucel e está na base da investigação movida contra a Teixeira Duarte que excedeu o limite legal na Cimpor.

O advogado-geral nota que a lei comunitária é «neutra no que respeita ao regime de propriedade e ao controlo das empresas» e reconhece a competência aos estados de impor determinados objectivos de política económica que se distingam da procura do lucro máximo que caracteriza a actividade privada.

Este parecer constitui para já um revés para a Comissão Europeia que pretendia eliminar todas as restrições ao controlo capitalista (as chamadas *golden-shares*), existentes também em Espanha, França, Itália ou Bélgica, nomeadamente em sectores estratégicos como o da energia.

Embora o Tribunal Europeu costume seguir as recomendações do advogado-geral, a Comissão aguarda a sentença final para tomar posição, o que deverá acontecer até final deste mês.

## Reforçar a cooperação com a África do Sul

Uma proposta de resolução, apresentada pelo grupo da Esquerda Unitária Europeia, integrado pelos deputados do PCP, considera que as «situações de insegurança» que se verificam na África do Sul se devem fundamentalmente à «grande dimensão

dos problemas sociais existentes, apelando neste sentido aos estados-membros e à Comissão Europeia para que reforcem os programas de cooperação» com este país, nomeadamente nas áreas do emprego, saúde, educação e da habitação.

O texto, que tem entre os seus proponentes o deputado Joaquim Miranda, exorta ao incremento das relações económicas, elegendo como «maior prioridade financeira» a luta contra «a pandemia da HIV/SIDA, ao nível da sua prevenção e da plena

garantia do acesso das vítimas aos medicamentos».

Com este objectivo, a proposta apresentada esta semana no Parlamento Europeu prevê o reforço dos meios para as políticas de desenvolvimento e cooperação na preparação do orçamento comunitário de 2002.

## Manifestantes sitiaram Salsburgo

Milhares de manifestantes antiglobalização capitalista confluíram para a cidade austríaca de Salsburgo, onde se iniciou no domingo uma cimeira económica com a presença de 15 chefes de Estado e de governo e 40 ministros da Europa Central, num total de mil participantes.

A reunião de três dias, organizada pelo Fórum Eco-

nómico Mundial e presidida pelo magnata financeiro George Soros e pelo empresário sueco Percy Barnevik, centrou-se em três grandes temas: o alargamento da União Europeia, Rússia e Europa e a região nórdica e o sueste europeu.

Cá fora, os manifestantes envolveram-se em violentos confrontos com a polícia

quando tentavam entrar no edifício onde decorria a conferência. Noutros locais da cidade realizaram-se desfiles e concentrações contra a globalização e a cimeira, apesar de o governo austríaco ter suspenso por alguns dias o Tratado de Schengen, que permite a livre circulação de cidadãos na UE, e reinstalado o con-

trolo de passaportes nas fronteiras para evitar a entrada maciça de manifestantes.

O Fórum Económico Mundial é um organismo privado que agrupa os maiores empresários e financeiros do mundo, realizando anualmente uma reunião na sua sede em Davos, bem como jornadas noutras cidades.

## Federalismo Bélgica quer novos avanços

A Bélgica pretende que a sua presidência da União Europeia fique marcada pela aprovação de uma «declaração» que delineie a futura divisão de poderes entre estados-membros e as instituições europeias numa União alargada.

Este documento poderá vir a ser o principal resultado da cimeira europeia, a realizar em 15 e 16 de Dezembro próximo, em Laeken (um palácio real com um grande jardim nos arredores de Bruxelas), devendo servir de base à convocação de uma nova conferência inter-governamental, prevista para 2004, numa altura em que se admite que um primeiro grupo de países candidatos possa estar já integrado na UE.

Em conferência de imprensa realizada na segunda-feira, dia em que se iniciou a actual presidência, o primeiro ministro belga, Gut Verhofstadt, manifestou-se, no entanto, disposto a «analisar não só os desafios como também as críticas» feitas ultimamente à UE.

«Depois do não dinamarquês ao euro e irlandês [ao tratado de Nice] não podemos fazer com se nada se tivesse passado. Temos de levar a sério os receios e não sermos arrogantes», declarou Verhofstadt.

Também Romano Prodi, o presidente da Comissão Europeia, reconheceu na ocasião que «não se pode passar de um tratado a outro sem a confiança dos cidadãos». Neste sentido, o chefe do executivo europeu, disse esperar que a cimeira de Laeken ponha termo à «ambiguidade» e defina a base na qual deverá ter lugar o debate sobre o futuro da Europa.

Porém, o primeiro-ministro belga mostrou-se mais ambicioso, acrescentando que se trata não só de examinar o problema da «definição» das competências da UE e dos estados-membros como também os «conteúdos» da União e, designadamente, o financiamento «directo ou indirecto» do orçamento comunitário, que pode significar a criação de um imposto europeu.

Para além do debate europeu, o programa menciona ainda seis grupos de prioridades para o semestre: o aprofundamento do debate europeu, a melhoria do emprego, o regresso ao crescimento económico, a criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça, o desenvolvimento durável e o alargamento.

A Bélgica substituiu a Suécia à frente dos destinos da UE, cuja vigência ficou marcada por violentos conflitos entre manifestantes e forças policiais, durante a cimeira de Gotemburgo, realizada há duas semanas.

## Eleições na Albânia

O Partido Socialista albanês venceu em 31 círculos eleitorais na primeira volta das legislativas que decorreram no dia 24 de Junho, anunciou este domingo em Tirana a Comissão Eleitoral. A União para a Vitória, coligação em torno do Partido Democrático do ex-presidente Sali Berisha, conquistou 16 círculos. As eleições destinaram-se a escolher 100 dos 140 lugares do parlamento albanês de acordo com um sistema majoritário. Os restantes 40 mandatos são escolhidos de acordo com um sistema proporcional. Em 8 de Julho, vai decorrer uma segunda volta em 45 dos 100 círculos eleitorais albaneses.

## Violência no Paquistão

As eleições municipais de segunda-feira no Paquistão ficaram marcadas por uma onda de violência que causou a morte de quatro pessoas. Na véspera, uma bomba explodiu numa sala de cinema em Karachi, provocando a morte a dois espectadores e ferindo outros cinco. A votação faz parte da quarta fase de eleições municipais organizadas pelo regime militar do general Pervez Musharraf.

## Confrontos em Luanda

A Polícia Nacional Angolana deteve terça-feira 13 pessoas e apreendeu 24 armas de fogo numa operação de busca no Bairro da Boavista, em Luanda, onde no domingo ocorreram violentos confrontos entre moradores e forças policiais. No centro da polémica está o facto de as autoridades pretenderem instalar os moradores da Boavista em tendas instaladas em Viena, a cerca de 30 quilómetros da capital angolana, argumentando que se trata de uma situação provisória e que o governo fornecerá todos os materiais necessários para cada família possa construir a sua própria casa.

## Guerra na Macedónia

Um soldado macedónio foi morto e outros dois ficaram feridos na sequência de dois incidentes separados este domingo na região de Tetovo. De acordo com a fonte, registaram-se confrontos entre o exército macedónio e elementos do Exército de Libertação Nacional (UCK) dos albaneses na Macedónia. Num outro incidente no sector da aldeia de Raduse, a 20 quilómetros a Noroeste de Tetovo, «dois membros das forças de segurança macedónia foram feridos». As posições macedónias foram alvo de fogo de morteiros e de disparos de franco-atiradores, referiu a mesma fonte.

Desde a entrada em vigor do «cessar-fogo» já morreram 15 palestinianos e 9 israelitas

# Israel mantém política de assassínio

Apesar das críticas dos Estados Unidos, o governo de Israel decidiu, terça-feira, prosseguir a sua política de assassinar activistas palestinianos.

A decisão foi tomada numa reunião dos principais membros do governo israelita, após dois dias de violência nos quais morreram cinco supostos activistas islâmicos, um motorista de táxi palestiniano e dois civis israelitas.

O Departamento de Estado norte-americano declarou segunda-feira que os palestinianos não estão a fazer o suficiente para deter a violência, mas o porta-voz Richard Boucher também reiterou que os Estados Unidos «se opunham à política de assassinatos de Israel».

O comentário de Boucher foi feito um dia após um helicóptero militar israelita disparar contra um carro, matando os três palestinianos a bordo, identificados por Israel como membros do grupo islâmico Jihad.

A vice-ministra da Defesa de Israel, Dália Rabin-Pelosof, que compareceu na reunião do Gabinete esta terça-feira, defendeu os assassinatos e disse que a prática continuaria se necessário. «É uma política de legítima defesa», declarou a vice-ministra a uma rádio de Israel. «Quando sabemos que um terrorista transporta explosivos a fim de executar um atentado a Israel, é a nossa incumbência evitar o ataque, e é isso que fazemos.»

Quando questionada se confirmava que o primeiro-

ministro israelita Ariel Sharon estava a planear uma investida contra a Autoridade Palestiniana caso o cessar-fogo fracassasse, Rabin-Pelosof respondeu que «o governo deve considerar todas as opções existentes».

Entretanto, Ahmed Abdel Rahman, assessor do líder palestiniano Yasser Arafat, acusou Israel de não desejar um acordo de paz.

«Até o porta-voz norte-americano condenou a decisão do governo israelita de retomar a política de assassinatos. Até agora essa foi a maior violação do cessar-fogo», disse Rahman. «O governo israelita não quer chegar a nenhum acordo, seja unilateralmente

seja com a participação internacional, para implementar o cessar-fogo.»

## Encontro israelo-palestiniano

«Os representantes de Israel e dos palestinianos deverão voltar a encontrar-se sexta-feira para uma nova reunião», afirmou terça-feira um responsável palestiniano que pediu anonimato.

A informação foi divulgada ao mesmo tempo que o primeiro-ministro israelita reunia em Telavive o seu gabinete de segurança, para fazer face ao agravamento das condições em Israel e nos territórios da Cisjordânia e de Gaza.

O chefe da diplomacia israelita, Shimon Peres, o ministro das finanças, Sylvan Sharon e os altos responsáveis do exército e dos

serviços secretos estiveram presentes nesta reunião, adiantou uma fonte oficial.

Desde a entrada em vigor de um cessar-fogo a 13 de Junho, sob a égide dos Estados Unidos, foram já mortos 15 palestinianos e 9 israelitas.

## Juiz belga investiga Sharon

Um juiz da Bélgica iniciou uma investigação, segunda-feira, sobre os alegados crimes contra a humanidade cometidos pelo primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, nos massacres dos campos de refugiados palestinianos de Sabra e Chatila, no Líbano, em 1982.

O magistrado Patrick Collignon decidiu realizar a investigação ao encontrar fundamento em duas queixas apresentadas contra

Sharon, informou Joseph Colpin, porta-voz da Promotoria Pública, em Bruxelas.

As queixas, feitas por sobreviventes palestinianos e libaneses dos dois massacres, têm como base uma lei de 1993 que permite aos tribunais da Bélgica processar estrangeiros por violação dos direitos humanos em qualquer parte do mundo.

Em 1983, um inquérito da justiça israelita determinou que Sharon foi indirectamente responsável pelo assassinato de centenas de civis palestinianos, depois do assassinato do líder falangista e presidente eleito do Líbano, no ano anterior.

Os advogados dos sobreviventes disseram que o caso não é um gesto meramente simbólico, embora admitissem que seria difícil levar Sharon a enfrentar um julgamento na Bélgica.



A violência continua nos territórios ocupados no Israel

## Encontros

De 22 a 24 de Junho realizou-se em Atenas, por iniciativa do Partido Comunista da Grécia, um Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários, subordinado ao tema «Os comunistas e o movimento sindical».

Participaram no encontro 54 partidos de todos os continentes, tendo-se registado uma útil troca de informações e experiências, não apenas sobre problemas do movimento sindical e operário, mas também sobre questões de actualidade em vários países e regiões do mundo, nomeadamente nos Balcãs e Médio Oriente.

Os trabalhos iniciaram-se com uma intervenção de Aleka Papanicolaou, Secretária-Geral do PC da Grécia. O PCP esteve representado por Manuela Bernardino, membro do Comité Central e da Secção Internacional.

## PRD do México

Ainda na semana passada, Carlos Carvalhas, acompanhado por Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado, Albano Nunes e Manuela Bernardino, recebeu uma delegação do Partido da Revolução Democrática (PRD), do México.

A delegação mexicana, composta por Cuauhtémoc Cárdenas, Amália Garcia (Presidente) e Cuauhtémoc Sandoval (responsável internacional), era acompanhada por vários deputados do PRD.



## Carvalhas com Arafat

Durante a sua estada em Lisboa, a semana passada, o presidente da OLP e da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, recebeu o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Durante o encontro, Carvalhas exprimiu a activa solidariedade dos comunistas portugueses para com a luta heróica do povo palestiniano pelos seus direitos nacionais, e confirmou a vontade de estreitar as relações entre o PCP e a OLP. O Secretário-Geral do PCP esteve acompanhado por Albano Nunes, membro do Secretariado do CC, e por Domingos Lopes, membro do CC e da Secção Internacional.

## Saara Ocidental A traição da ONU

O novo plano Baker para o Saara Ocidental, apresentado ao Conselho de Segurança da ONU a semana passada, abandona o plano de um referendo para a autodeterminação, adoptado há dez anos pelas Nações Unidas.

Em lugar do referendo, James Baker propõe agora um estatuto de «ampla autonomia», segundo o qual o território passaria a dispor de um parlamento e de um governo eleitos encarregados da administração, mas sem intervenção em matéria de relações externas, defesa e moeda. Estas questões ficarão na exclusiva dependência do governo de Marrocos.

Baker justificou o abandono do referendo aprovado pela ONU com o facto de não ter sido possível, na última década, organizar o recenseamento que deveria servir de base à consulta popular, devido à sistemática contestação marroquina.

Falando de «conflito intri-

cado, que não pode ser resolvido a não ser pela vontade política das partes», o enviado especial do secretário-geral da ONU para o Saara Ocidental parece agora não ter em conta que «as partes» tinham aceite a realização do referendo.

A Frente Polisário rejeitou o plano, acusou James Baker de ter tomado o partido de Marrocos e ameaça voltar à luta armada.

O embaixador da Argélia na ONU, Abdallah Baali, acusou por seu turno as Nações Unidas de se ter «desviado do seu papel de neutralidade», «truncado os argumentos» e rejeitado «com uma insustentável ligeireza» as posições da Frente Polisário e da Argélia. Recordar-se que este país acolhe, desde há 26 anos, os campos de refugiados saarauis no deserto de Tindouf.

Marrocos invadiu o Saara Ocidental em 1975, após a retirada de Espanha daquele território.

# Milosevic em Haia A agonia da Jugoslávia

**O ex-presidente da Jugoslávia, Slobodan Milosevic, não reconhece legitimidade ao tribunal de Haia para julgar ninguém, considerando-o ilegal e imoral.**

«Considero que este tribunal é um falso tribunal, que a acta de acusação é uma falsa acta de acusação» e que o objectivo do Tribunal penal Internacional (PTI) é «produzir falsas justificações dos crimes cometidos pela NATO», afirmou Milosevic anteontem em Haia, na primeira audiência do seu «julgamento». O TPI entendeu esta atitude como uma declaração de inocência, dispensou-se de ler a acusação e deu por encerrada a sessão. A paródia de justiça segue dentro de um mês.

A entrega de Milosevic ao TPI, na quinta-feira passada, foi feita ao melhor estilo dos filmes americanos da série B.

Fazendo tábua rasa da Constituição do país, que proíbe a extradição de nacionais; da decisão do Tribunal Constitucional jugoslavo, que suspendeu o decreto aprovado pelo governo sérvio autorizando a extradição; da oposição dos seus parceiros de coligação e do próprio parlamento federal; e, aparentemente, sem sequer consultar o Presidente da Federação, o governo da Sérvia entregou Milosevic por um punhado de dólares.

A manobra foi feita pela calada da noite e não dispensou manobras de diversão, como reconheceu Zoran Djindjic, primeiro-ministro sérvio: «Estávamos preocupados com o Exército; não sabíamos como reagiria», pelo que «foram usados três carros» para despistar uma eventual tentativa de

impedir o rapto de Milosevic. Consumado o acto, considerado pelo Presidente Vojislav Kostunica como «anticonstitucional, ilegal e perigosa», Djindjic voou para Salzburgo para assistir ao Fórum Económico Mundial e receber a recompensa pela cabeça de Milosevic. O Banco Mundial (BM) prometeu dar 580 milhões de dólares (150 milhões este ano e 430 milhões em 2002);

os EUA comprometeram-se com 181 milhões de dólares; e a União Europeia com 450 milhões de dólares. Segundo o próprio BM, as necessidades urgentes da Jugoslávia para este ano ascenderam a 1250 milhões de dólares, e a 3900 milhões de dólares para os próximos três a quatro anos.

Segundo dados do programa Mundial de Alimentos da ONU, dois dos oito milhões de habitantes da Jugoslávia, sem contar com o Kosovo, vivem actualmente no limiar ou abaixo do limiar da pobreza. Em dez anos, o Produto Interno Bruto (PIB) reduziu-se a metade, passando de 24 000 milhões de dólares para 12 000 milhões de dólares, e as reservas do Banco Central não vão além dos 600 milhões de dólares.

## NATO quer mais vigor

Em Salzburgo, o secretário-geral da NATO, George Robertson, foi claro: disse a Djindjic que se espera dele

«mais vigor» no contributo para a «estabilidade dos Balcãs».

A NATO espera que nas próximas semanas seja levada a cabo uma iniciativa de Djindjic que mostre aos dirigentes sérvios da Bósnia que «o seu futuro se encontra na Bósnia-Herzegovina, e que não podem aspirar a um futuro com a Sérvia que implique alterar as fronteiras actuais».

Por seu lado, Djindjic garantiu ao Fórum Económico Mundial que continuará a colaborar com Haia e entregará outros acusados pelo TPI, alguns dos quais vivem justamente na Bósnia-Herzegovina.

Entretanto, na Jugoslávia, está instalada a crise política. Zoran Zizic, primeiro-ministro federal, demitiu-se. Os representantes do Partido Democrático da Sérvia (DSS), de Kostunica, abandonaram o grupo parlamentar da Oposição Democrática da Sérvia (DOS).

A Federação está sem governo, e a não ser que Kostunica consiga formar novas alianças, designadamente com os montenegrinos do SNP, a única alternativa é a realização de eleições antecipadas.

Djindjic, o homem de mão da NATO, não está preocupado. Mesmo sem o apoio do DSS, a DOS continua em maioria no parlamento da Sérvia, e o homem forte de Belgrado admite já abertamente a «separação pacífica» da Sérvia e do Montenegro. «A federação está em profunda crise. Precisamos de chegar a acordo para alterar a Constituição», diz Djindjic. Kostunica tornou-se descartável. Na rua, protestando contra o rapto de Milosevic, milhares de pessoas gritaram «Traição!».

## Comentário do PCP

**O Secretariado do Comité Central do PCP divulgou na sexta-feira um comunicado, que a seguir se transcreve na íntegra, em que manifesta a sua «profunda indignação e firme condenação» pela entrega/extradição de Slobodan Milosevic.**

1. É com profunda indignação e firme condenação que o Partido Comunista Português toma conhecimento da forçada entrega/extradição do antigo Presidente da República Federal da Jugoslávia, Slobodan Milosevic, ao «Tribunal Penal Internacional» *ad-hoc* de Haia.

2. Uma tal entrega/extradição é o resultado de um longo, sofisticado e violento processo de ingerências e chantagens imperialistas sobre a Jugoslávia, que se seguiu à ilegal e criminosa agressão da NATO a este país soberano, e prossegue sob as mais diversas for-

mas. O facto de a entrega se realizar por ultimato dos EUA, na véspera da «Conferência de Doadores» sob a chantagem da «ajuda económica», é bem ilustrativo da indignidade e cinismo que caracterizam os protagonistas de tal acto.

3. Afrontando a Constituição da RFJ, as competências do seu Parlamento, a decisão do seu Tribunal Constitucional, a oposição do próprio Presidente Kostunica, a entrega/extradição de Slobodan Milosevic constitui um exemplo vergonhoso e particularmente grave da negação dos mais elementares direitos, liberdades e garantias democráticas, e do espezinhamento da dignidade de um povo e de um Estado soberano. Põe simultaneamente em evidência a verdadeira natureza do «Tribunal Penal Internacional», como instrumento político de vingança e de imposição da «justiça» dos vencedores.

4. O PCP chama a atenção para que um tal acto, a todos os títulos ilegal e ilegítimo, só pode contribuir para agravar ainda mais a situação na Jugoslávia e desestabilizar perigosamente toda a região dos Balcãs. A ofensiva dos bandos do UCK na Macedónia, com a cobertura e apoio dos EUA e das forças da KFOR, pode conduzir a uma tragédia de grandes proporções.

5. O PCP considera que é dever elementar do Governo e do Estado português tomar posição contra tão flagrantes atentados da legalidade internacional. Considera também que esta é uma nova razão para pôr fim à presença de tropas portuguesas nos Balcãs e ao envolvimento de Portugal na política agressiva da NATO e no processo de militarização da UE.. É particularmente importante que os portugueses, pelos meios ao seu alcance, expressem o seu protesto e indignação.

# O rapto de Milosevic

● Rui Paz

Quando, na sequência dos bombardeamentos da NATO contra a população civil na Jugoslávia, os jornalistas colocaram a possibilidade da Aliança ser inculpada por crimes de guerra, o então porta-voz da organização militar, Jamie Shea, respondeu-lhes assim: «A NATO é amiga do tribunal... foram os países da NATO que colocaram à disposição o dinheiro para a instalação do tribunal, nós somos os seus principais financiadores.» De facto, este tribunal, além das armas e do dinheiro das grandes potências, não possui nenhuma legitimidade para julgar o que quer que seja. E se ainda restassem dúvidas a esse respeito, o recente rapto do ex-presidente, Milosevic, perpetrado pela Aliança e pelos seus homens de mão em Belgrado, à revelia do Parlamento, do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e da Constituição jugoslava, acabou por mostrar ao mundo inteiro qual o conceito de legalidade de uma instituição fantoche, que não hesita em praticar actos de terrorismo internacional para satisfazer as exigências dos seus patrocinadores.

Para melhor se compreender a génese deste tribunal *ad-hoc* basta recordar que foi criado por iniciativa dos Estados Unidos e das grandes potências europeias, numa altura em que a NATO já se preparava para lançar as linhas gerais do chamado «novo conceito estratégico». Ao instrumentalizar o Conselho de Segurança, órgão para o qual até hoje nenhum Estado do planeta transferiu quaisquer competências em matéria de direito penal, o imperialismo inventou mais um instrumento de repressão internacional, destinado a dar uma aparência de legalidade à sua nova doutrina política, segundo a qual todo o Estado que se submeta à NATO é uma «democracia», e todo o Estado que lhe resista é uma «ditadura», «um Estado bandido» ou «fora-da-lei».

Foi com base nesta nova doutrina, como denunciou o ex-presidente do SPD, Lafontaine, perante milhares de pessoas, no 1.º de Maio de 1999, que a NATO participou no assassinio dos sérvios da Krajina e na limpeza étnica daquele território, para seguidamente despoletar o conflito do Kosovo onde, ao intervir como a força aérea do UCK, despejou mais bombas sobre a Jugoslávia em 78 dias do que Hitler em quatro anos, durante a Segunda Guerra Mundial.

## O estádio supremo do crime organizado

Apesar do apoio verificado em Portugal à agressão contra a Jugoslávia por parte do Presidente da República e do Governo, não deixa de ser significativo que sejam precisamente os povos de Portugal e da Grécia, vítimas de regimes fascistas membros da Aliança

Atlântica, aqueles que na Europa têm mostrado uma mais elevada consciência democrática e maior capacidade de resistência à manipulação mediática e fascizante a que temos vindo a assistir ao longo de toda a agressão colonial e imperialista nos Balcãs. Quem viveu os tribunais plenários do fascismo e a PIDE não deixará de constatar que hoje a NATO é também simultaneamente polícia, acusador, juiz e carcereiro. Mas a nova ditadura militar supranacional ainda vai mais longe,



ao suspender princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, onde se estipula que «todas as pessoas têm direito a um recurso efectivo diante das instituições jurídicas nacionais... (art. 8)». A confirmação pela inquisidora, Del Ponte, de que contra o ex-presidente jugoslavo o seu tribunal decretará a «prisão perpétua», é mais um exemplo da palhaçada de justiça que reina em Haia, em que ao acusado já lhe foram fixadas a condenação e a pena mesmo antes de se ter iniciado a encenação de julgamento.

Num estudo intitulado «O Moderno Capitalismo - Estádio Supremo do Crime Organizado», o Instituto de Economia Ecológica e Social de Munique, ISW, analisa alguns dos métodos violentos, ilegais e criminosos utilizados pelas grandes potências capitalistas para imporem o seu domínio económico, político e militar, e destruam a soberania dos restantes povos. Por coincidência, o cientista norte-americano Noam Chomsky, professor de linguística no Instituto de Tecnologia de Massachussets em Boston, recorre igualmente à imagem do boss da mafia para explicar o fundamento da estratégia dos Estados Unidos e da NATO nos Balcãs:

«Se alguém recusar contribuir regularmente para a mafia, o padrinho tem de repor a sua autoridade para evitar que outros, seguindo um mau exemplo, passem também a negar-lhe obediência. O que Clinton & Co dizem, é que é preciso que todos tenham medo suficiente do polícia mundial.»

• Lino  
de Carvalho

# Penal de morte

## uma sanção irreparável

**M**enos de 24 horas após o encerramento do I Congresso Mundial para a abolição da pena capital, este debate é, hoje, particularmente oportuno e deverá constituir um novo passo para a pressão que é necessário continuar a exercer sobre todos os Estados que ainda não aboliram a pena de morte, em especial os membros do Conselho da Europa mesmo que tenham o estatuto de observadores como os EUA e o Japão.

o pluralismo político quando são os primeiros a não o fazerem dentro da sua própria casa?

E se, em relação a tal ou tal país – por razões de extrema violência e criminalidade interna ou por razões de defesa da soberania e independência nacional face a agressões externas – ainda se pode fazer um esforço de compreensão, que não de acordo, por manterem a pena de morte, esse não é sequer o caso dos EUA nem do Japão.

Nós sabemos que, muitas vezes, a opinião pública, pensa (por pressão, aliás, de um certo tipo de discurso político demagógico e populista) que o agravamento dos mecanismos de repressão e das sanções penais, *maxime* a pena de morte é o melhor caminho para dissuadir o crime. A vida tem demonstrado que não é assim. Apesar da pena de morte, os EUA mantêm uma elevadíssima taxa de criminalidade com uma cultura de violência e da morte profundamente enraizadas no tecido social. A forma fácil como são vendidas e circulam armas de fogo, mesmo entre adolescentes, é um exemplo desta cultura e de como o negócio da violência e da morte se sobrepõe a uma cultura de tolerância e do direito à vida.

Também no Japão esta cultura de morte faz com que um silêncio ensurdecedor pese sobre a sociedade japonesa.

Neste quadro, o Conselho da Europa não pode guardar, nem por um momento mais, silêncio sobre o que se passa nos EUA e no Japão. E, por isso, apoiamos o relatório de Mme Renate Wohlend exigindo uma moratória e a abolição da pena de morte nestes países e, caso até Janeiro de 2003 esta decisão não seja cumprida, pôr-se em causa o seu estatuto de observador. Mas nós iríamos mais longe. Até àquela data deveriam ser tomadas medidas em todos os fóruns internacionais para limitar a circulação dos representantes destes Estados.

O respeito pelo direito à vida é uma das pedras de toque do Conselho da Europa. Sejam então coerentes por uma vez com os princípios, recusando a presença de países, sejam eles quais forem, tenham eles o peso que tiverem, que não respeitem este princípio fundamental e os seus compromissos internacionais. Contribuamos para que nos EUA e no Japão (mas também na Turquia) se desenvolva um largo debate nacional (que, aliás, tem vindo a crescer) para que a opinião pública seja sensibilizada e se crie um vasto movimento contra a pena de morte que obrigue os respectivos Estados a abolir esta sanção excessiva e irreparável.

(\*) Intervenção na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em representação do Grupo Unitário de Esquerda.

Sabe-se que nos EUA 7% dos executados foram, posteriormente, considerados inocentes. Tarde de mais.

Mas há também uma dimensão discriminatória, de classe e racista na aplicação da pena de morte. Como existe uma dimensão de perseguição política. Veja-se o caso de Abu Jamal que o relatório não refere mas deveria referir como um caso exemplar de como nos EUA o sistema judiciário e a pena de morte são utilizados para silenciar adversários políticos. Mais de 75% dos condenados à morte nos EUA são cidadãos negros e de origem hispânica, entre os quais muitos menores de idade. Nos últimos cinco anos, cerca de 400 pessoas foram executadas nos EUA onde, aliás, o Código Penal não é idêntico em todos os Estados. Para o mesmo crime as sanções são extremamente diferenciadas, sem nenhuma coerência nem lógica interna.

No Japão, o número de execuções atinge as três dezenas. A presunção de inocência não existe. O Conselho da Europa não pode admitir entre os

seus, Estados que não respeitam a Convenção dos Direitos do Homem nem os instrumentos jurídicos que subscreveram quando aceitaram ser membros, observadores ou não, do Conselho.

É assim para os EUA e o Japão. Mas também deve ser assim para a Turquia.

Aliás, os EUA têm revelado muito pouco interesse pelo seu estatuto junto do Conselho da Europa e, com a nova administração Bush, arrogância e menosprezo pelos seus compromissos internacionais. Mais uma vez hoje. Debatendo-se uma questão que é do seu interesse directo, nenhuma delegação do Congresso está entre nós.

### Quebrar o silêncio

Que direito moral têm os EUA de constantemente apelarem e fazerem pressão sobre certos países – é verdade que, a maior parte das vezes, exclusivamente por razões de domínio económico e ideológico – para que respeitem os direitos humanos e

Há, nesta matéria, um direito à vida que é claramente inalienável e irrenunciável.

A pena de morte constitui uma sanção penal irreparável que depois de executada não admite retorno.

E a verdade é que o mundo está cheio de erros judiciários.

O que se passou com o cidadão espanhol José Martinez é só o exemplo mais recente. Após cinco anos no corredor da morte só conseguiu um segundo julgamento, que o considerou inocente, porque os seus pais mobilizaram a Espanha e pagaram mais de meio milhão de dólares a uma equipa de advogados. Mas quantos mais Martinez esperam a morte sem a influência nem os meios deste cidadão espanhol?

Igualmente no Japão, um condenado, Sakae Menda, viveu 34 anos à espera da execução de uma sentença por um crime que, afinal, não tinha cometido.

• Manoel  
de Lencastre

# Irlanda do Norte

## Uma crise perigosa



Tony Blair

**A** demissão do ministro chefe do governo da Irlanda do Norte (Ulster), David Trimble, resultou de uma manobra demagógica e irrealista por ele próprio criada. Tinha exigido ao IRA, há alguns meses, a realização de medidas concretas de desarmamento. Mas, no previsível caso dos patriotas irlandeses não atenderem àquela exigência, demitir-se-ia. Para tal, assinou uma carta com a data antecipada de 1 de Julho.

Tentando conter a situação e convencer Trimble a continuar em funções, Tony Blair, primeiro-ministro britânico, voou para Belfast na passada quinta-feira. Juntou-se-lhe o primeiro-ministro da República da Irlanda, Bert Ahern, e, chamados os dirigentes dos partidos representados em Stormont (Parlamento), começou um novo ciclo de negociações que, todos sabem, a nada conduziriam.

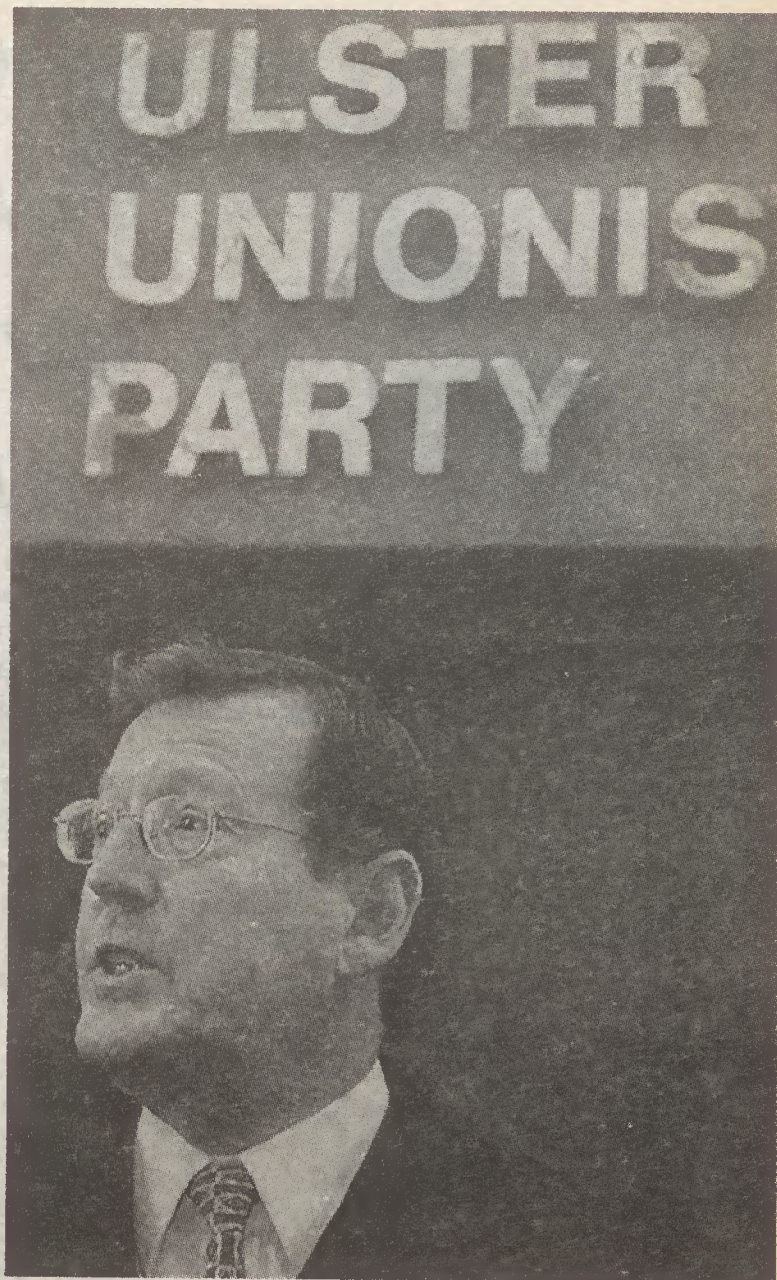
Com efeito, um informador de Downing Street dissera numa franqueza brutal e ainda antes da partida Blair para Belfast: «Se quisermos ser realistas, não parece justo dizer que se esperam progressos na situação e que possamos impedir a demissão de David Trimble.» Palavras suficientes. O líder do executivo entregou, de facto, a sua carta e partiu para França onde esteve presente nas celebrações em memória dos que tomaram na batalha da Somme (Primeira Guerra Mundial).

A referida carta, que deu lugar a mais uma crise, foi lida em Stormont no dia 2 pelo «speaker», John Alderdice, mas desta vez Tony Blair não mandou suspender as instituições criadas pelos «Acordos da Páscoa». O governo do Ulster, até que seja possível encontrar acordos entre os partidos para uma saída desta crise, foi entregue a Sir Reginald Empey, um dos membros do executivo de Trimble.

Este declarou: «Os acordos de sexta-feira santa estabeleciam que o IRA completaria o desarmamento das suas forças e a destruição dos seus “stocks” de armas e munições, a 22 de Maio de 2000. Para facilitar a situação, concordámos em alterar aquela data-limite para Junho do ano corrente. Mas, pelo que vejo, os republicanos não respeitaram, também, este novo compromisso.»

Num clima pesado de Verão quente, é o próprio partido de Trimble, o «Ulster Unionist Party», que pretende adoptar uma linha política mais anticatólica e anti-republicana para poder concorrer com os intolerantes e fanáticos do «Democratic Unionist Party» do reverendo Ian Paisley, perante a população protestante. A verdade é que, sem David Trimble, os dois partidos pró-britânicos calvinistas poderão acabar por, definitivamente, passarem a certidão de óbito aos chamados «Acordos da Páscoa». Depois, que nova situação surgiria? Seria o retorno do conflito aberto entre as duas comunidades.

Só essa hipótese justifica as reservas do IRA, cuja capacidade militar assusta os protestantes e oferece garantias à minoria católica. O real desarmamento das forças patrióticas só se verificará no dia em que as tropas britânicas saírem da Irlanda do Norte. Ora, o governo de Tony Blair mandou para lá mais 1600 homens durante a semana passada...



David Trimble

## Verão quente

Quando o tempo de estio aperta e as temperaturas sobem, sufoca-se e desespera-se. Principalmente nos grandes meios urbanos as populações anseiam pela formação de trovoadas que possibilitem o regresso da chuva, o desaparecimento das vagas de calor e a renovação da atmosfera normal.

Mais difícil de resolver é o clima tórrido das relações entre pessoas de culturas, interesses, aspirações diferentes. O Verão da Irlanda do Norte vai ser quente e abafante. Em breve, recomeçarão as tradicionais marchas orangistas/protestantes/colonialistas, destinadas a celebrar as vitórias do

protestantismo britânico sobre a martirizada Irlanda católica. Mas a finalidade destas odiosas marchas nos nossos dias é a demonstração de um rancor profundo que persiste nos meios anacrónicos dos orangistas contra as ideias da Irlanda livre, republicana, democrática e unida. O imperialismo britânico anda a pretender resolver problemas das zonas dos Balcãs, mas não é capaz de resolver outros mesmo à sua porta...

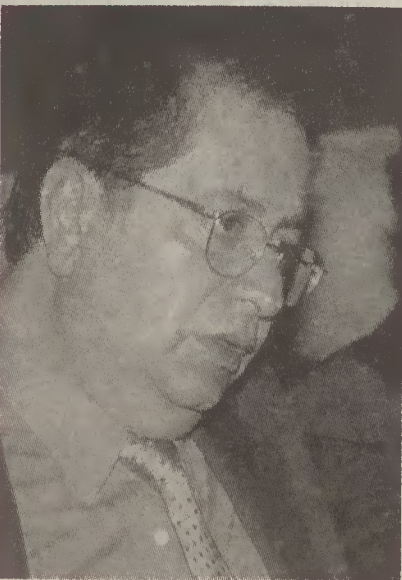
Recentes distúrbios em Portadown e Belfast fazem prever o pior. Grupo de jovens delinquentes protestantes

## Não, à escravatura democrática!

O «presidente do Concelho de Administração» da União Europeia, Romano Prodi, também conhecido como um grande democrata, não gostou do voto «Não!» do povo irlandês ao Tratado de Nice. E seguindo os conselhos de outro defensor da democracia, o português Gama, foi a Dublin dizer ao governo da República da Irlanda que o povo deste país «estava a exercer a ditadura das regras da democracia sobre os restantes povos membros».

Por outras palavras: para Prodi a democracia só é aceitável e líquida quando o voto surge na convergência com os interesses dos capitalistas. Mas se um povo se nega a esses interesses e vota, livremente, contra eles, então está a submeter os outros à ditadura da sua vontade...

O surpreendente resultado do referendo irlandês paralisou, quer Gama e Prodi queiram ou não, o projecto de Nice. A Europa entrou num tempo de inesperada desorientação e já desespe-



Jaime Gama

ra os democratas dos países da nova onda de propostas aderentes que, a exemplo dos vis traidores de Belgrado, exigem dinheiro.

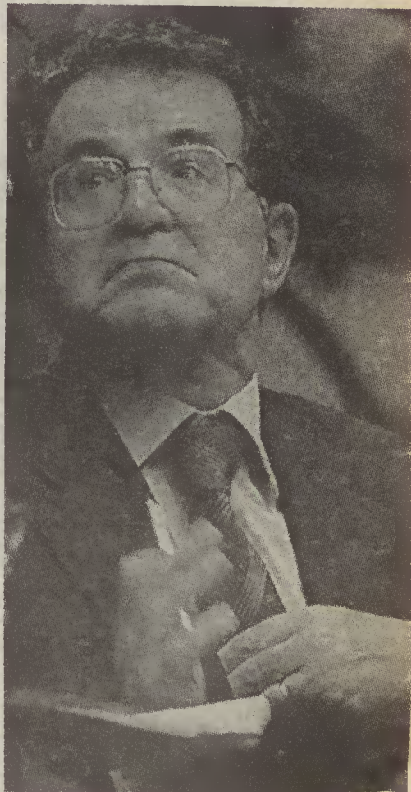
Palavras de Prodi à Rádio Irlandesa: «Se o Tratado de Nice não for rectifica-

do teremos sérias consequências políticas. Se a Irlanda não ratificar, Nice não será ratificado. Politicamente o alargamento da União Europeia será impossível.»

Ao perguntarem-lhe porque deveria a Irlanda repetir o referendo, Prodi disse: «Por que deseja a Irlanda ditar as regras da democracia nos outros países? A ideia da Europa é a única grande ideia do nosso tempo e do futuro. Todas as dificuldades actuais resultam do facto de que a Europa está a viver um processo democrático.»

Mas a ideia da Europa não passa de uma simples fase da história da modernização do capitalismo e as dificuldades a que Prodi alude são as da incapacidade do sistema para derrotar a resistência dos povos à escravatura democrática.

Representantes da campanha do «Não!» irlandês disseram: «Se houver um segundo referendo, o resultado produzirá uma ainda mais ampla maioria a favor do “Não!”.»



Romano Prodi



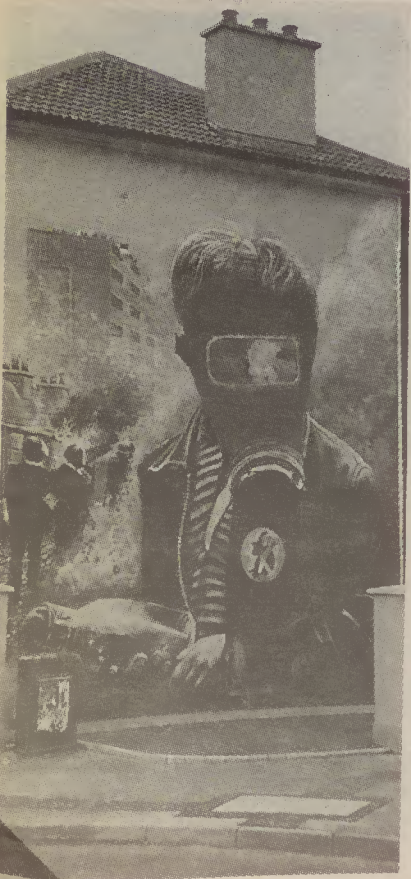
## Irlanda do Norte



## Verão quente

colocaram bandeiras do Reino Unido nos postes do sistema de iluminação pública na área de Ardoyne (Belfast-Norte), pretendendo intimidar os católicos que ali residem. Rebentaram bombas. Soaram tiros. E começou o cerco às escolas católicas, criando entre as crianças que as frequentam e as respectivas famílias uma inadmissível atmosfera de terror. O Partido «Sinn Fein» (católico) está a organizar o transporte de crianças para as escolas e destas para casa, sob escolta. É a única protecção possível nestas circunstâncias. Um porta-voz afirmou: «Belfast e Portadown vivem ao nível do Estado americano de Alabama durante os anos 50 e 60. Ainda temos muito para ver...»

Mas isto, se não estamos em erro, passa-se em plena União Europeia de que a Grã-Bretanha e a Irlanda são membros destacados. O Verão quente ameaça degenerar em nova guerra civil e, como sempre, a alma da Irlanda vai sofrer. É por isso, evidentemente, que o IRA não desarma. Não só não entrega as suas armas como está vigilante a todos os níveis... não vá a juíza (?) Carla del Ponte interessar-se, também pela situação neste país... e tentar cometer mais crimes na sua espantosa carreira..



• Francisco Mota

# Carta de um amigo preocupado

**A**s coisas começam bem, melhoram, mas depois começam a torcer-se e aqui estou eu hoje numa ansiedade, numa aflição que nem podem imaginar.

Eu conheci a Dau e o Vila há quase 30 anos. E claro, comíamos e bebíamos. Íamos até Sintra, a casa deles, e o chambão com manga de capote era objecto de análises profundas sobre a correlação entre a gelatina única desta parte da vaca e a suavidade que dava a carne teoricamente magra.

Depois, já com algumas imberbes preocupações sobre isto da comida, entro numa grande livraria em Paris e procuro «A Fisiologia do Sabor – Meditações Gastronómicas», do Brillat-Savarin, a primeira pessoa que se preocupou em reflectir por escrito sobre a arte de comer. Procuro na vasta secção de «Gastronomia» e nada. Peço ajuda ao livreiro que me diz com uma certeza quase insultante: «Claro que não está na Gastronomia. Esse livro está na Filosofia.» Meio humilhado, lá vou atrás dele que retira o livro do meio do Platão, do Aristóteles, do S. Tomás de Aquino, do Kant, do Hegel, do Marx. O tal Brillat-Savarin estava no meio daquela malta toda.

Também lá soube que um daqueles reis da cozinha francesa, Jöel Robuchon, que tinha o seu restaurante cheio com mais de seis meses de antecedência e que decidiu, por inveja de todos, reformar-se aos 50 anos, tinha publicado um livro só sobre batatas. E vai o tal Robuchon, que pode falar de todas aquelas coisas caríssimas e quase míticas (caviar, trufas, *foiegras*, etc.) que fazem parte do imaginário de tanta gente no mundo, sobretudo porque não se podem alcançar e portanto o seu sabor é desconhecido, e vai o tal Robuchon, dizia eu, e põe-se a escrever 200 páginas sobre a batata, só batata, mata-fome de tantos povos e gentes e sempre maltratada e desconsiderada.

E claro, estas coisas fazem pensar. E claro, pensar é perigoso. Uma pessoa fica assim, como que inquieto. E toca de falar e falar. E toca de comer e pensar.

Depois, durante uns anos, com as famílias, lá vamos de viagens a comer pelo mundo mais perto deste extremo Portugal: País Basco, Madrid, Mancha (sim, a do D. Quixote) até Paris, e começamos a ver que já havia gente que fazia a chamada «comida pobre» com enorme dignidade e sabores profundos.

Neste momento, devo dizer que a minha inquietação começa a acentuar-se, porque uma coisa é entender estes fenómenos da volta às raízes, de procura do passado perdido, como deve ser, ou seja, com uma aproximação superior e intelectual (como eu), tentando entender o povo inculto e

dar-lhe algum valor, numa posição de centro-esquerda-moderada, dentro duma perspectiva europeia bem entendida, e outra coisa é o que o Vila fez. E o que fez foi inventar uma tasca na Mexilhoeira onde pôs milhares de pessoas (muitas delas das melhores famílias deste país) a comer feijão, grão, cavalas e outras coisas desvalorizadas pelo gosto reinante.

E é neste momento, quando vejo a tasca cheia de gente, que me começo a perguntar se o Vila e o seu sócio Lisa não deviam saber que ter um restaurante no Algarve tem que ser para dar aos alemães e aos ingleses sardinhas assadas, com batatas fritas e salada de couve roxa e branca, como me deram a mim uma vez em Sagres. Esta gente de Sagres sabia o que deviam saber o Vila e o Lisa (convente, encobridor e cúmplice do Vila) que comer no Algarve não é comer mas sim contribuir para o equilíbrio da balança de pagamentos na correctíssima perspectiva dos governadores do Banco de Portugal e dos governos deste país.

Esta falta de entendimento do Vila sobre o papel macro-económico da tasca deixou-me, devo dizer, profundamente chocado. Chegámos ao extremo dum caso exemplar: um amigo meu pediu um bife com batatas fritas e foi-lhe respondido que não havia nenhuma das duas coisas. O meu amigo, ofendido, apresentou-se na GNR local para denunciar o facto, que até hoje não teve qualquer seguimento. Assim vai a justiça no Portugal democrático.

## Poemas em prato

Eu tinha a obrigação de ter visto antes, mas não vi. Devo confessar que não só o amor é cego, a amizade também. E devo dizer que eu sou amigo deste Vila. Mea culpa, não tenho perdão.

Houve finalmente um momento em que toda a verdade apareceu de repente diante dos meus olhos. Eu conto: chego uma noite à tasca e, como todos, espero que tragam o que a eles lhes apetece. Aparece um pratito com duas ou três batatas cozidas, alho cru esborrachado com casca, azeite e uns pontos de orégãos. Pensei cá para mim, hoje apanhei-te, «tás» a gozar com a malta e comigo em particular, mas vais-te lixar.

Como todos podem ver, ataquei o



pratito duma perspectiva não-neutral, diria mesmo negativa. Preparei citações para arrasar aquela provocação de cozinha superpobre. Mas, claro, não deixei, transparecer nada na minha expressão, para parecer independente.

Piquei uma batatita e provei. E aqui, amigos, senti o sabor profundo da batata ainda com um leve sabor a terra que foi o seu ventre materno, o suave aroma do alho cru que não era necessário comer, o toque dos orégãos que, como uma primeira namorada, se deve tocar leve e brevemente e finalmente o sabor verde do azeite que envolvia tudo (que coisas digo, um sabor que sabe a uma cor).

E então percebi que este tipo, este Vila, começava a servir, já não comia pobre, mas pequenos poemas em prato.

E então vi claramente o perigo: este Vila é um subversivo, que está a atacar toda a ordem estabelecida do que é bom, do que é mau, do que é barato e do que é caro. Já antes se viu a má influência que podem ter escritores, pintores, cantores, etc. mas nunca como naquele momento vi o que podia significar para a estabilidade do País uma pessoa que serve poemas em prato.

E as pessoas, na sua boa-fé, comem, sem saberem que a poesia é «uma arma carregada de futuro» como dizia Gabriel Celaya, outro tipo perigoso como o Vila. E as pessoas vão para casa sem saberem que já não são as mesmas que entraram honestamente para jantar.

Não sei o que comi mais, nessa noite, mas saí totalmente perturbado. Os pensamentos atropelavam-se na minha cabeça: é preciso avisar já a malta amiga, este tipo é hoje mais perigoso que um «Avante!» clandestino nos anos 60. Sei lá quantas coisas me vieram à cabeça.

Qualquer pessoa normal, bem pensante, respeitadora dos valores que nos moldaram, compreenderá agora o estado de aflição que anunciei ao princípio.

Depois, pensei: este Vila é um grande cozinheiro, claro, além disso pinta bem, parece que vai fazer um livro, não pode ser que além de tudo isto seja poeta, não pode ser.

De repente, parei na rua e um último e terrível sobressalto apareceu na minha cabeça: será que a mulher, a Dau, sabe disto tudo?

Não fui capaz de dormir.

## Arquitectura

• Manuel Augusto Araújo

(...) Sempre acrescentei nas minhas palestras que não dava à arquitectura maior importância, e não havia nada de desprezo nas minhas palavras. Comparava-as com outras coisas mais ligadas à vida e ao homem, referia-me à luta política, à colaboração que todos nós devemos à sociedade, aos nossos irmãos mais desfavorecidos. O que poderia ser a arquitectura comparada à luta por um mundo melhor, sem classes, todos iguais?

(...) in *Minha Arquitectura - Testemunho*.

Quem isto escreve é o mesmo Oscar Niemeyer que tem produzido dos mais belos objectos arquitectónicos do século XX, nas mais diversas latitudes.

Desde sempre a sua arquitectura – no seu primeiro projecto de grande dimensão, Pampulha, logo isso se evidenciou com a força de uma intencionalidade programática – se aventurou na mais completa liberdade em relação ao purismo e ao despojamento dos funcionalistas que subordinavam o desenho livre e criativo à racionalidade absoluta do desenho da planta e aos constrangimentos estruturais. Por isso Niemeyer poderia ser confundido como um precursor dos pós-modernis-

Não é o ângulo recto que me atrai  
Nem a linha recta, dura, inflexível,  
criada pelo homem.  
O que atrai é a curva livre e sensual,  
a curva que encontro nas montanhas  
do meu país,  
no curso sinuoso dos seus rios,  
nas ondas do mar,  
no corpo da mulher preferida.  
Das curvas é feito todo o universo.  
O universo curvo de Einstein.



Museu de arte, Brasília

## Oscar Niemeyer (\*)

– construtor do mundo

tas que aparentemente também se quiseram libertar dos dogmas funcionalistas. Mas ele recusa claramente qualquer paralelismo, considerando o pós-modernismo como uma aventura de colagens da velha e superada arquitectura que repetem, com outro envolvimento, formas anteriores.

Em Niemeyer a arquitectura não se repete. Questiona-se sempre, e sempre que risca o espaço em curvas sabiamente moldadas, elas surgem naturalmente como a marca da liberdade plástica que proclama ser a essência da arquitectura. Uma arquitectura que não se quer espectacular mas que é um espectáculo visual em que as indispensáveis estruturas se integram tão totalmente que já são arquitectura ou se sujeitam a suportar em silêncio profundo as formas arquitecturais para que possamos ouvir a sua respiração.

A arquitectura de Niemeyer é uma invenção em contínuo movimento e que se «*não resolve a vida do homem, protege e enriquece a sua existência*» pelo que reflecte uma relação progressista entre o homem e o espaço e é assim que a prática da arquitectura concorre para os ideais políticos que lutam por um mundo mais justo, e é assim que Niemeyer afirma na sua obra a sua militância comunista.

Obra em que a ideologia e o projecto de arquitectura são inseparáveis, numa atitude crítica entre si.

### Transformar a vida

Sempre que o propósito político se torna mais claramente visível, como na sede do Partido Comunista Francês, no Monumento aos Sem Terra, no Memorial da América Latina ou nalgumas obras de carácter social, onde consciente e propositalmente Niemeyer recorre a uma iconografia explícita, a manipulação política não é possível porque formalmente a

sua arquitectura nunca se reduz a um cliché, nem é demagogicamente mais simples para parecer mais ligada e ser mais «entendível» pelo povo.

Por outro lado as suas obras mais distanciadas de qualquer propósito político, como os hotéis ou as inúmeras obras de enorme monumentalidade que realizou, não podem ser entendidas como formas politicamente puras, quimicamente expurgadas da ideologia, e como tal incorporando-se na ideologia da artes apolíticas tão do agrado da *intelligentsia* bem pensante e serventária do pensamento por ora dominante e que aspira a se tornar globalmente único. Elas foram riscadas para surpreenderem pelo arrojo formal, para evidenciarem a evolução da técnica, para marcarem o seu tempo e o ultrapassarem inexoravelmente. Elas existem para mudarem o modo de ver e assim mudarem e transformarem a vida. Não são passíveis de neutralização política.

É a obra, a vida e o pensamento deste arquitecto, um dos mais destacados da história da arquitectura, que se pode visitar no Pavilhão de Portugal, no Parque das Nações.

Organizada por núcleos abrange toda a sua obra desde o Ministério da Educação e Saúde do Rio de Janeiro que, dirigida por Lúcio Costa, com a participação de Le Corbusier, onde começa a afirmar a sua originalidade até à última construída e que é uma das mais arrojadas obras da arquitectura contemporânea, o Museu de Arte Moderna de Niterói, aos projectos que estão em curso, é uma exposição extraordinária de um arquitecto extraordinário.

(\*) OSCAR NIEMEYER  
Pavilhão de Portugal/Parque das Nações  
até 2 de Setembro

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### Fado de amar Lisboa

I  
Cada mão tem cinco dedos  
cinco festas o cetim  
cada sonho cinco medos  
eu sei lá quantos segredos  
tem Lisboa para mim!

II  
Menino por aí andei  
nas ruas ao desatino  
e os muitos cheiros que eu sei  
e as muitas cores que amei  
guarda-as em mim um menino.

III  
A cidade iluminada  
torna, de noite, a estrada  
mais doce, para eu passar.  
Mas assim nunca sei nada  
de estrelas e de luar.

IV  
Os autocarros que passam  
à noite, vibram de espanto.  
Ou são aves que esvoaçam  
sombras que longe se abraçam...  
Afinal, sou eu que canto.

V  
Gaiivota da beira-mar  
feita de espuma, pousou.  
Ficámos a namorar.  
Eu ensinei-a a falar  
ela, a voar me ensinou.

VI  
Os barcos andam à vela  
levantam, leves, a amarra.  
Fico na minha janela.  
Os sonhos me levam dela  
também vou sainda a barra...

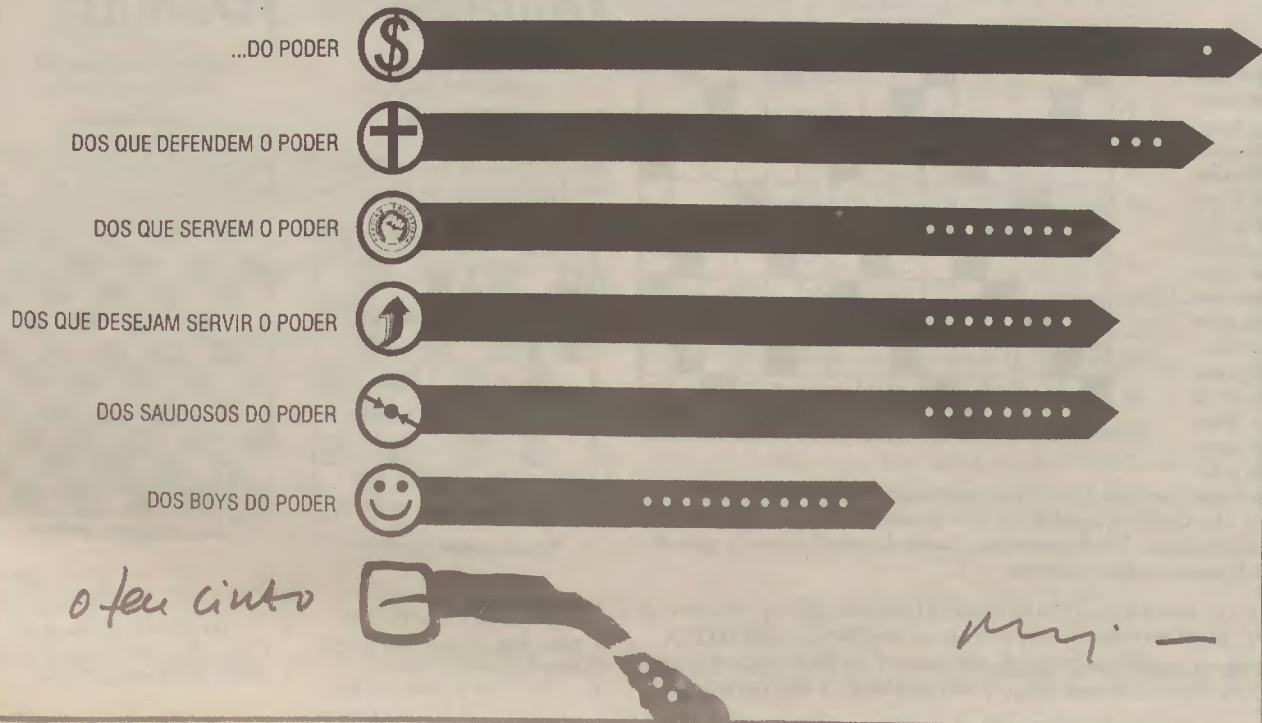
VII  
Vou saindo, vou ficando  
no alto desta cidade  
de um olhar tão longe e brando  
que às vezes já nem sei quando  
é cidade... ou é saudade.

VIII  
Por aí batendo à toa  
ninguém sabe onde estará  
o coração de Lisboa.  
Ninguém sabe? Ora essa é boa!  
No teu peito é que ele está.

## Cartoon

• Monginho

### CINTOS...



Religiões

• Jorge Messias

A aliança do capital com a igreja (II)

Capitalismo e catolicismo

Não é obviamente por acaso que Novak recorre a duas fontes sensivelmente contemporâneas. A Alexis de Tocqueville (1805/1859), um dos grandes publicistas do neocapitalismo e a uma doutrina social católica que o escritor situa a partir de 1864, quando Pio IX (1810/1903) divulgou a sectária Syllabus.. Novak sublinha o facto desse papa ter então condenado os excessos de certos liberais. Esta intervenção da igreja terá sido suficiente

e Igreja são duas faces da mesma moeda. Contra o dado objectivo que é o aumento mundial da miséria e da pobreza, constrói-se sem escrúpulos uma realidade virtual (no mundo capitalista, os pobres não existem, essa ideia apenas resulta da liberdade que é dada aos que defendem a tese da pobreza). Os papas, com uma evidente frieza ética, não hesitam em esvaziar de conteúdo, para construir a sua própria doutrina social, análises, filosofias, propostas e experiências, nascidas nos quadros de reflexão dos mais firmes opositores da igreja e do catolicismo. Mantém-se, na doutrina social, grande parte das estruturas de análise do marxismo, mas o papa introduz-lhes uma quase imperceptível variante: não é o trabalho do homem que constrói o mundo, mas a sua criatividade, um reflexo de Deus. Assim se reconciliam economia capitalista e ética cristã.

Outras formas de vencer

Em reforço desta ideia central, Novak cita João Paulo II na Centesimus Annus (n.º 46): «Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma recta concepção da pessoa humana. Ela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção, quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da subjectividade da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e corresponsabilidade». E já anteriormente, citando o n.º 36 da mesma encíclica Centesimus Annus, Novak transcrevera: «Torna-se necessária e urgente uma grande obra educativa e cultural que abranja a educação dos consumidores para um uso responsável do seu poder de escolha, a formação de um alto sentido de responsabilidade nos produtores e, sobretudo nos profissionais dos *mass media*, além da necessária intervenção das autoridades públicas». Em Portugal é curioso reler-se tudo isto agora, quando a TVI, uma das televisões privadas de onde a igreja recolhe dividendos, exhibe um degradante passado e um não

menos duvidoso presente. E quando os capitais da igreja correm, sofregamente, a adquirir posições financeiras que agravam o fosso escandaloso que separa ricos e pobres.

Muitos de nós ainda mal entendem que, desde Tocqueville ou Marx Weber, a igreja católica não tem cessado de reforçar a sua participação teórica nas áreas que convergem na chamada globalização capitalista. Pode afirmar-se afoitamente que não existe já, no mundo ocidental, Faculdade de Economia ou centro onde se investigue antropologia política que não seja gerido ou não se encontre profundamente infiltrado pela igreja católica institucional. Desde há mais de meio século que o Vaticano compreendeu - sem evidentemente o confessar - ter perdido batalhas importantes, como as do operariado urbano, do camponês deslocado, da mulher submissa, etc. Mas há outras formas de vencer. Se as massas se afastam, controlam-se as elites.



para promover, mais tarde, uma reconciliação tendencial entre classes e um novo conceito de capitalismo. É este capitalismo humanista, democrático, centrado no lucro, na iniciativa e na criatividade, de uma igreja aparentemente defende como matriz de uma sociedade nova. Embora os cardeais bem saibam que tal capitalismo nunca existiu, existe ou existirá um dia. «A criatividade da mente humana» - declara entretanto Novak - «está na origem da ordem democrática e capitalista. Alimentar essa mente criativa nos seus esforços para reflectir toda a beleza do Criador do qual ela deriva, e do Qual derivam as belezas da criação é, também, a sua finalidade».

Teria reduzido interesse considerarem-se estes aspectos do pensamento de Novak se eles apenas correspondessem a uma posição pessoal. Mas de facto, Novak limita-se a tentar fornecer à prática comum da igreja institucional uma base de natureza ideológica. Capitalismo

Pontos Cardeais

Empobrecimentos Viragens

Entre o ano passado e este a divergência entre o crescimento da economia portuguesa e a média da União Europeia foi de 0,2 por cento e, para o ano, será menos 0,7 por cento, segundo as previsões do presidente do Banco de Portugal, Vítor Constâncio. A previsão da inflação para este ano também se agravou - vai de 3,9 por cento para 4,5, enquanto os salários dos portugueses perderão poder de compra e a competitividade das empresas portuguesas irá ressentir-se.

O que vale é que a coisa «não é grave», como nos sossegou esta semana o primeiro-ministro António Guterres.

Também estamos em crer que sim. Não será grave, certamente, para os que a política do Governo de António Guterres tem trabalhado: os grandes empresários, capitalistas e restantes «dinamizadores da economia portuguesa».

Constou que o primeiro-ministro terá dito que lhe apetecia «ir às fuças da direita».

Igual a si próprio, António Guterres já mostrou como cumpriu esse desejo: recorreu ainda mais à direita para fazer esta remodelação governamental...

Há quem diga «a mim ninguém me vira». O político Guterres não precisa de dramatizações tão definitivas: ele próprio se vira e, em geral, para o lado oposto do que afirma pretender virar-se.

Habeas Corpus

O Supremo Tribunal de Justiça recusou liminarmente o *habeas corpus* solicitado pelos advogados de defesa dos arguidos do «caso Moderna», confirmando a prisão preventiva decretada pelos tribunais.

Será que os mesmos advogados vão agora acusar o próprio Supremo de «erro clamoroso»?

Pessimismos

Apesar do seu espírito implacavelmente optimista, o primeiro-ministro António Guterres já admitiu, entretanto, que o país está um bocadinho pessimista, pelo que, no seu entender, esta remodelação governamental veio dar um «bom sinal» ao País - sinal, aliás, que o País «precisava», segundo a douta opinião do engenheiro.

Olhe que não, sr. Primeiro-ministro, olhe que não... O que o País precisa, mesmo, não é de «sinais» mas de uma política que defenda os seus interesses, o que inclui os interesses da maioria do povo português que, desde o princípio dos seus governos, tão desprezados têm sido...

Mortos

Mais de 500 adolescentes são anualmente mortos a tiro no Rio de Janeiro. De acordo com um estudo agora divulgado, entre 1990 e 2000 as balas tiraram a vida a 5153 adolescentes dos 10 aos 19 anos no Rio de Janeiro, número que representa 12% do total anual de homicídios naquela cidade de 5,5 milhões de habitantes. O desemprego dos pais, o abandono escolar, a falta de perspectivas de inserção social e a progressão do tráfico de droga são as causas mais apontadas para justificar esta realidade.

Só não falam na causa primeira: o capitalismo selvagem que impera no Brasil, onde um a dois por cento da população detém a maioria dos recursos e da propriedade no país...

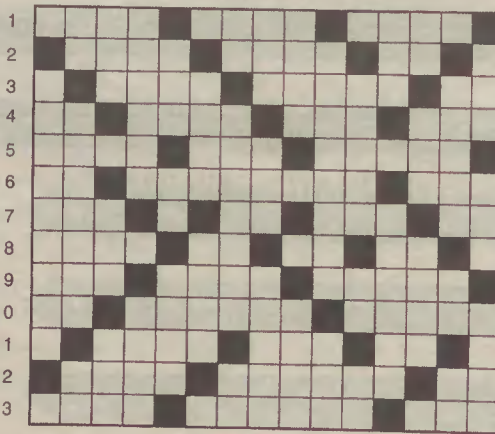
Palavras Cruzadas

**HORIZONTAIS:** 1 - Viga; género de mamíferos carnívoros, da família dos felídeos; praça pública, na antiga Roma. 2 - Concordância dos sons finais de dois ou mais versos; planta trepadeira da família das araliáceas; acolá. 3 - Delonga; tigela vidrada branca ou de cor; terceira nota musical. 4 - A unidade; azáfama; curso de água natural; apetite sexual dos animais em determinados períodos. 5 - Pau terminado por uma cabeça ovóide ou esférica com que se toca o bombo; salto brusco; dar existência a. 6 - Caminhar, executar; o bagoço de que se faz a água-pé. 7 - O m.q. lírio; contr. da prep. a com o art. def. o; corda de reboque; pedra de amolar. 8 - Sentir dor; índio (s.q.); a mim; despido. 9 - Naquele lugar; irritar; a mãe do marido em relação à mulher. 10 - Contr. da prep. de com o art. def. a; que tem cor de ferro; nome científico de tremor de terra. 11 - Irmã (fam.); abaixo de; contr. da prep. em com o art. def. o. 12 - Grande cântaro para conter líquidos; lida; aquelas. 13 - Volta; denominação genérica dada às doenças causadas por vírus; voz de algumas aves, especialmente a do mocho.

**VERTICAIS:** 1 - Modéstia. 2 - O espaço aéreo; malandro; nome da letra grega que corresponde ao P latino. 3 - Órgão excretor que tem a seu cargo a função da formação da urina; tenho conhecimento de; maior. 4 - Agucar; roupa exterior do homem. 5 - Nome próprio masculino; a minha pessoa; unidade monetária do Japão. 6 - Matilha de cães a correr; apre!. 7 - Interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; nivelar; lírio (s.q.). 8 - Possui; escudeiro; nivelar. 9 - Declamar; animal carnívoro, selvagem, da família dos canídeos. 10 - Ferramenta formada por duas barras ou peças de ferro ou aço, que se cruzam e movem em torno de um eixo comum (pl.); autocarro. 11 - Carapuça; aqueles; a ti. 12 - Remoinho de água; amígdalite. 13 - Deus egípcio; nome vulgar do óxido de cálcio; género de mamíferos carnívoros, tipo de úrsidas. 14 - Pequeno (bras.); antes do meio-dia (abrev.); grito aflitivo. 15 - Cordel delgado; contr. da prep. a com o art. def. (pl); qualquer parte do esqueleto dos vertebrados.

**SOLUÇÃO:**  
HORIZONTAIS: 1 - Viga; género de mamíferos carnívoros, da família dos felídeos; praça pública, na antiga Roma. 2 - Concordância dos sons finais de dois ou mais versos; planta trepadeira da família das araliáceas; acolá. 3 - Delonga; tigela vidrada branca ou de cor; terceira nota musical. 4 - A unidade; azáfama; curso de água natural; apetite sexual dos animais em determinados períodos. 5 - Pau terminado por uma cabeça ovóide ou esférica com que se toca o bombo; salto brusco; dar existência a. 6 - Caminhar, executar; o bagoço de que se faz a água-pé. 7 - O m.q. lírio; contr. da prep. a com o art. def. o; corda de reboque; pedra de amolar. 8 - Sentir dor; índio (s.q.); a mim; despido. 9 - Naquele lugar; irritar; a mãe do marido em relação à mulher. 10 - Contr. da prep. de com o art. def. a; que tem cor de ferro; nome científico de tremor de terra. 11 - Irmã (fam.); abaixo de; contr. da prep. em com o art. def. o. 12 - Grande cântaro para conter líquidos; lida; aquelas. 13 - Volta; denominação genérica dada às doenças causadas por vírus; voz de algumas aves, especialmente a do mocho. VERTICAIS: 1 - Modéstia. 2 - O espaço aéreo; malandro; nome da letra grega que corresponde ao P latino. 3 - Órgão excretor que tem a seu cargo a função da formação da urina; tenho conhecimento de; maior. 4 - Agucar; roupa exterior do homem. 5 - Nome próprio masculino; a minha pessoa; unidade monetária do Japão. 6 - Matilha de cães a correr; apre!. 7 - Interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; nivelar; lírio (s.q.). 8 - Possui; escudeiro; nivelar. 9 - Declamar; animal carnívoro, selvagem, da família dos canídeos. 10 - Ferramenta formada por duas barras ou peças de ferro ou aço, que se cruzam e movem em torno de um eixo comum (pl.); autocarro. 11 - Carapuça; aqueles; a ti. 12 - Remoinho de água; amígdalite. 13 - Deus egípcio; nome vulgar do óxido de cálcio; género de mamíferos carnívoros, tipo de úrsidas. 14 - Pequeno (bras.); antes do meio-dia (abrev.); grito aflitivo. 15 - Cordel delgado; contr. da prep. a com o art. def. (pl); qualquer parte do esqueleto dos vertebrados.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



Xadrez

DCCCIII - 5 DE JULHO DE 2001  
PROPOSIÇÃO N.º 2001X21  
Por: Jan Behting  
«Schachmaty», 1894  
Pr.: [5]: Ps. a5, b4, c3 - Db5 - R67  
Br.: [5]: Pd7 - Cf8 - Bs. a7, g6 - Rb3

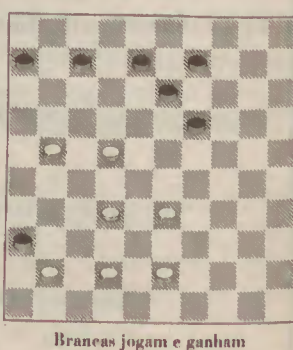


SOLUÇÃO DO N.º 2001X21 [J.B.]  
1. Bc5+; Rd8; 2. Cc6+; Rb7; 3. Bb2+; R; e8; 4. Cc7+ e.g.  
1. .... D;c5; 2. d8=D+; R;d8; 3. Cc6+ e.g. e8

A. de M. M.

Damas

DCCCIII - 5 DE JULHO DE 2001  
PROPOSIÇÃO N.º 2001D21  
Por: K. Bordon  
Bélgica, 1935  
Pr.: [7]: 6-7-8-9-13-19-36  
Br.: [7]: 21-22-32-33-41-42-43



SOLUÇÃO DO N.º 2001D21 [K.B.]  
1. 42-37, (36x47=D); 2. 43-39, (47x15); 3. 39-33, (15x28); 4. 32x21=D+

A. de M. M.

## Dia Internacional das Cooperativas Carlos Carvalhas no distrito de Setúbal

Por iniciativa do PCP, no Dia Internacional das Cooperativas – na próxima sexta-feira, dia 6 – decorre um conjunto de visitas do Secretário-geral do Partido a diversas estruturas e um encontro com dirigentes do Movimento Cooperativo. Designadamente: no **Pinhal Novo**, Carlos Carvalhas visita às 10h30 as instalações da CoopLisboa e a Loja n.º 12 da Pluricoop; em **Setúbal**, a partir das 12h, visita as instalações da Pluricoop na Terroa, estando então prevista, no mesmo local e na presença de dirigentes cooperativistas, uma sua declaração sobre o tema.

\*

Segunda-feira, no Centro  
de Trabalho Vitória

### A língua portuguesa no mundo

No âmbito do «Ano Europeu das Línguas», o PCP leva a efeito na próxima segunda-feira, dia 9, um encontro-convívio sobre a língua portuguesa e a sua presença no mundo. Entre os convidados estarão agentes e representantes de associações culturais, nomeadamente dos PALOP.

No encontro – que decorrerá no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, a partir das 18h30 – participa o Secretário-geral do PCP, **Carlos Carvalhas**.

\*

### Reuniões e outras actividades das organizações do PCP

#### LEÇA DA PALMEIRA

Assembleia da Organização da Freguesia  
Sábado, 7, às 17h, na Esc. Primária do Corpo Santo  
(Rua Hintze Ribeiro).

#### LISBOA

«Casal Ventoso em debate  
– Que balanço? Que futuro?»

**A toxicoddependência, o Bairro e a Cidade»**  
Hoje, dia 5, às 18h30, na Junta de Freguesia de Santo Condestável,  
com a participação de eleitos, dirigentes associativos locais e técnicos e dos dirigentes do PCP  
**Alexandra Gonçalves, Natália Filipe e Francisco Lopes**

#### SETÚBAL

**Encontro Regional de Agricultura**, promovido pela Comissão de Agricultura da DORS, com a participação de agricultores, técnicos e especialistas com intervenção no sector: sábado, 7, às 14h30, no Centro de Trabalho de Pinhal Novo.

#### ODIVELAS

**Olival Basto - Plenários de militantes da freguesia:** sexta-feira, 6, 21h30, na Loja da Junta de Freguesia.  
**Pontinha - Plenários de militantes da freguesia:** sexta-feira, 6, 21h, na Escola Primária de Falcão

#### SANTARÉM

**Debate: “Distrito de Santarém – Pensar desenvolvimento”** – promovido pela DORSA, na Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, Quinta das Cegonhas, hoje, dia 5, às 15h



#### SETÚBAL

**Encontro Regional da Juventude CDU Barreiro** - Instalações das Piscinas Municipais (1.º Andar)  
**Sábado, 7, 15h**  
Com a participação de **Carlos Maurício**

#### BAIXA DA BANHEIRA

**Pavilhão do PCP/CDU nas Festas Populares da Baixa da Banheira**, com início sexta-feira, dia 6: bar-convívio, exposições, materiais de esclarecimento e propaganda da CDU.

#### CASCAIS

**Encontro de Dinis de Almeida**, candidato à presidência da CM, com **trabalhadores do concelho de Cascais**: sardinhada-convívio no CT do PCP de Tires, sábado, 7 a partir das 13h  
(Inscrições: 214866991).

#### MOITA

**Noite de Fado Vadio** no Quintal da Capricho, com a presença dos candidatos CDU à Câmara, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia. Petiscos. Sexta-feira, 6, a partir das 22h.

#### PENAFIEL

**Reunião com a participação dos candidatos CDU** e de outros quadros e activistas dos concelhos de Vale do Sousa e Baixo Tâmega: sábado, 7, das 15 às 19h, na sede da Campanha CDU em Penafiel.

#### SINTRA

**Ações junto da população**, com a participação de **Baptista Alves**, candidato à CM: quinta-feira, 5, na Estação de **Queluz**; sábado, 7, às 10h no Mercado de **Queluz**, às 15h no «shopping» de **Massamá**  
**Juventude CDU – Concurso de Bandas** para actuação no Palco da Juventude, na **Festa do Avante! 2001**: dia 7 às 15h, no Campo de Futebol do GDRRM, em **Rio de Mouro**

#### VILA REAL

**Debates Temáticos CDU** no Centro Cultural Regional de Vila Real: dia 6 às 21h30 «Educação, cultura e desporto», com a participação de **Paulo Sucena**; dia 12 às 21h30 - «Planeamento urbanístico», com a participação de **Almeida Henriques**.



## CDU apresenta candidatos

#### ALVITO

**Apresentação dos cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipal e às Assembleias de Freguesia de Alvito e Vila Nova da Baronia**  
Praça da República – Sábado, 7, 19h, com a participação de **Agostinho Lopes**

#### LEIRIA

**Apresentação dos cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal** – «Restaurante Luna» - Hoje, quinta-feira, 18h30

#### MAIA

**Apresentação dos cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal**  
Sessão pública na Sala de Conferências da Biblioteca Municipal/Fórum da Maia – Hoje, quinta-feira, às 11h

#### MARCO DE CANAVEZES

**Apresentação dos cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal**  
Festa-convívio na Casa do Povo de Livração (Toutosa) – Domingo, 8, 15h30

\*

#### ALMADA

**Sessão pública de apresentação das listas à CM e AM e dos cabeças de lista às Assembleias de Freguesia do Concelho de Almada**  
Átrio da Academia Almadense - Sexta-feira, 6, 18h00

#### SETÚBAL

**Jantar de apresentação dos candidatos à Câmara Municipal e cabeças de lista às Assembleias de Freguesia do Concelho de Setúbal**  
Largo da Fonte Nova - Sábado, 7, 20h00 – Inscrições: 265522273

#### PORTO

**Jantar de apresentação dos cabeças de lista às Assembleias de Freguesia do Concelho do Porto**  
Grande Hotel do Porto - Sábado, 7, 20h00  
com a participação de **Rui Sá e Emídio Ribeiro**, primeiros candidatos à CM e AM

#### FREGUESIA DE CADAVAL

**Almoço-convívio de apresentação da candidatura à Freguesia de Cadaval**  
Parque das Merendas do Bombarral – Domingo, 8, 13h  
Com a presença de **José Casanova** e dos cabeças de lista aos órgãos municipais dos concelhos de **Cadaval e Bombarral**  
Inscrições até dia 6: **Ricardo-917791497 (Cadaval)** e **Teresa-262605181 (Bombarral)**

#### FREGUESIA DE CASAL CAMBRA

**Jantar de apresentação do cabeça de lista à Assembleia de Freguesia**  
Restaurante Machado - Sábado, 7, 20h00

#### FREGUESIA DE LOUSA

**Apresentação da candidatura CDU à Assembleia de Freguesia**  
Grupo Desportivo de Lousa - Sexta-feira, 6, 21h00  
com a presença de **Adão Barata**

#### FREGUESIA DE FAMÕES

**Apresentação da candidatura CDU à Assembleia de Freguesia**  
Salão da Junta de Freguesia - Sexta-feira, 6, 19h00

#### 2002

#### 1.º DE MAIO EM CUBA

*De 29 de Abril e 11 de Maio de 2002*

Visitas a Havana, Arroyo Naranjo, Soroa, Valle Viñalles, Guamá, Aldeia Taina, Playa Giron, Cienfuegos, Trinidad, Santa Clara, Remedios e Varadero – Viagem promovida pelo

#### SECTOR DE TRANSPORTES DA ORL

(Inf. e inscrições: cam. José Amador, tel. 213307025, ou Centro de Trabalho Vitória)

#### FÉRIAS

#### EM PALMA DE MAIORCA

com viagem à volta da Ilha

8 dias – 19 a 26 de Julho (data alterada).

Pensão completa.

Promovido pela

**Comissão Concelhia de Almada do PCP**

onde estão abertas inscrições

(Cam. Artur Cabrita, tel. 212752777)

**Sábado, dia 14  
no Porto**

Instituto Superior de Engenharia, às 10h30

**Encontro Nacional do PCP – «A Agricultura Portuguesa e a reforma da PAC»**

## ATVer

*Os Mutantes é um dos filmes mais directos, amargos e comoventes de sempre do cinema português, contando o percurso de um punhado de adolescentes remetidos para a marginalidade*

### Os Mutantes

(Quinta-feira, 05.07.01, RTP-2)

Escrito e realizado por **Teresa Villaverde Cabral** em 1998, **Os Mutantes** é um dos filmes mais directos, amargos e comoventes de sempre do cinema português, onde a autora constrói o percurso de um punhado de adolescentes vítimas de famílias degradadas e que erram pela cidade sem sonhos, objectivos ou outras motivações para além da sobrevivência no mundo de marginalidade para onde foram remetidos. Raramente, em Portugal, um filme terá captado com tanto rigor e realismo a solidão e a tristeza dos garotos abandonados à sua sorte a ao abuso alheio nos finais do século XX, num país que tanto se afirma moderno e europeu. Um filme que também mostra, com rara perspicácia e sensibilidade, a beleza poética das amizades adolescentes forjadas na maior das adversidades e florindo entre a brutalidade de uma sociedade que, liminarmente, os rejeita e maltrata. Com um envolvente sentido narrativo, Teresa Villaverde brinda-nos ainda com uma extraordinária direcção de actores - quase todos amadores -, onde se destaca a interpretação de **Ana Moreira**, no principal papel feminino.

### As Aventuras de Oliver Twist

(Quinta-feira, 05.07.01, RTP-2)

Por coincidência, a RTP-2 exhibe no mesmo dia **As Aventuras de Oliver Twist** e **Os Mutantes**, dois filmes que têm por tema as adversidades e sofrimentos de crianças abandonadas. Neste célebre romance de Charles Dickens, posto em cinema por **David Lean**, um jovem órfão enfrenta a ferocidade e o desprezo da sociedade londrina do século XIX para com os mais fracos e desprotegidos, vivendo uma atribulada trajetória onde campeiam canalhas e ladrões, benfeitores e grandes almas. A realidade apresentada nos dois filmes mostra que, com dois séculos de civilização e desenvolvimento exponencial em cima, as sociedades capitalistas continuam essencialmente iguais a si próprias - geradoras de miséria e de desprezo pelo próximo. Só que **Os Mutantes** do nosso tempo já nem boas almas ou benfeitores encontram pelo caminho...

### O Mistério de Roswell

(Sexta-feira, 06.07.01, TVI)

**O Mistério de Roswell** é um verdadeiro «mistério à americana»: trata-se de uma lenda construída à volta do aparecimento em 1947 de destroços metálicos não identificados nas proximidades da base aérea de Roswell. A guerra-fria estava no seu começo e o acontecimento - testemunhado por habitantes locais - foi rapidamente abafado pelas autoridades. Estimulada pela paranóia do secretismo e da contra-espionagem que já fazia o seu triste caminho nos EUA, a lenda fez igualmente o seu caminho nas «explicações» para os estranhos objectos: ou eram destroços de «experiências de uma arma secreta» dos EUA ou os restos de uma nave extraterrestre que ali se teria despenha-



do. Foi o cinema que, em definitivo, cristalizou a lenda, explorando - é claro! - a «hipótese extraterrestre». Este filme é mais um contributo para a lenda.

### O Monstro Está Vivo

(Sexta-feira, 06.07.01, RTP-1)

**Larry Cohen** escreveu, produziu e realizou em 1974 este original filme de terror, cujo sucesso foi de tal ordem que originou várias sequelas, aliás todas muito aquém do filme fundador. Numa quase premonição sobre os temores da manipulação genética (que, 30 anos depois, é já uma realidade do nosso quotidiano) Cohen apresenta um recém-nascido monstruoso e dotado de uma força sobrenatural que, logo na maternidade, mata tudo e todos que lhe aparecem pela frente. «Mexendo» com coisas tão fundas como a maternidade e o mistério da vida, Cohen acertou em cheio na arte de arrear as plateias...

### O Homem da Máscara de Ferro

(Domingo, 08.07.01, RTP-1)

Aqui está de novo a mirabolante história inventada por Alexandre Dumas de um irmão gémeo de Luís XIV libertado pelos Três Mosqueteiros da prisão onde o perverso e medíocre irmão o havia encerrado, substituindo-o no governo de França. Produzido no Reino Unido, apresenta a tradicional qualidade de reconstituição de época.

### Os Reis do Submundo

(Domingo, 08.07.01, RTP-1)

Contando com um bom naipe de actores - **Lawrence Fishburne**, **Tim Roth**, **Vanessa Williams**, **Andy Garcia** -, este filme evoca com grande brilho e eficácia o gangsterismo em Nova Iorque na época da Grande Depressão, com o pormenor de colocar no centro da acção os negros norte-americanos, igualmente marginalizados mesmo no submundo dos marginais...

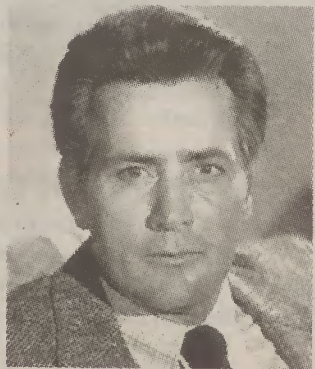
### Na Lista do Assassino

(Quarta-feira, 11.07.01, RTP-1)

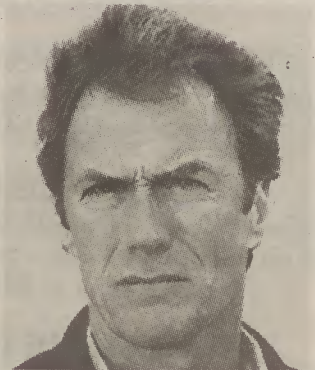
Quinto filme da longa série tendo por herói o inspector «**Dirty Harry**», emblematicamente protagonizado por **Clint Eastwood**, este filme já burilou as arestas fascizantes da personagem inicial (um polícia que se arroga o direito de executar os criminosos que persegue). Aqui, o homem da **Magnun 44** já só mata em desespero de causa e no quadro de uma investigação policial conduzida com alguma ética, apesar de o alvo ser um perigoso *serial killer*...



Mestre **David Lean** fez o que muitos consideram a melhor adaptação de **As Aventuras de Oliver Twist**



**Martin Sheen** às voltas com **Roswell** e os discos-voadores...



**Clint Eastwood**, no 5.º filme da série, dá-nos um «**Dirty Harry**» sempre mortífero mas... menos fascistóide

### Quinta, 5

#### VRTP 1

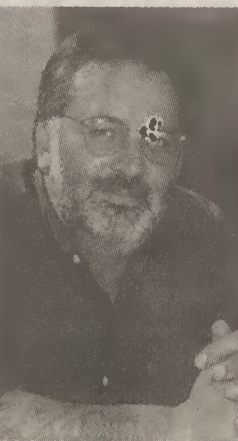
07.30 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Privilégio de Amar  
17.55 Quebra-Cabeças  
18.30 Meu Pé de Laranja-Lima  
20.00 Telejornal  
21.05 Bastidores  
21.30 Benny Hill  
22.30 Elsa  
23.00 Grande Informação  
24.00 Longa Metragem  
01.30 24 Horas  
02.15 «Poderosa Afrodite» (de Woody Allen, EUA/1995, com Woody Allen, Helena Bonham-Carter, Mira Sorvino. Comédia)

#### VRTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Euronews  
11.00 Espaço Infantil-Juvenil  
12.30 Terra Nossa  
13.00 Loja do Cidadão  
14.00 «As Aventuras de Oliver Twist» (de David Lean, R.Unido/1948, com Alec Guinness, Kay Walsh; Francis L.Sullivan. Ver Destaque)  
16.30 Informação Gestual  
17.30 Cidade Louca  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Onda Curta  
19.30 Hugo  
20.00 Viver no Campo  
20.40 2010  
21.50 RTP Economia  
22.30 Jornal 2  
23.00 Artigo 37  
00.30 «Os Mutantes» (de Teresa Villaverde, Port-Fr-Alem/1998, com Ana Moreira, Alexandre Pinto, Nelson Varela. Ver Destaque)

#### VSIC

08.00 Buêré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima  
15.30 A Viagem  
16.20 New Wave  
17.00 Estrela Guia  
18.00 Um Anjo Caiu do Céu  
19.30 Ganância  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 A Minha Família é uma Animação  
22.00 Porto dos Milagres  
23.30 O Bar da TV  
24.00 Longa Metragem  
02.00 Portugal Radical



No **Majestic do Porto**, **Francisco Viegas** ouviu muitas queixas

#### VTVI

08.30 Tiro e Queda  
09.30 Animação  
12.15 Bora Lá Marina  
13.00 TVI Jornal  
14.00 I 12  
15.00 Chiquititas  
16.00 Batatoon  
18.15 Olho Video  
19.00 Super Pai  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Olhos de Água  
22.30 «A Cruel Vingança» (de Paul Ziller, EUA/1997, com Bolo Yeung. Artes Marciais)  
00.40 Line's  
02.10 O Direito de Nascer

### Sexta, 6

#### VRTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Privilégio de Amar  
17.30 Quebra Cabeças  
18.30 Meu Pé de Laranja-Lima  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Bastidores  
21.55 Benny Hill  
22.30 Turnos de Risco  
23.10 Histórias da Noite  
00.35 Top Filme



«**Entre Marido e Mulher**», na TVI, promete novos episódios...



... e «**Ally McBeal**» também

#### VRTP 2

01.10 24 Horas  
01.50 «O Monstro Está Vivo» (de Larry Cohen, EUA/1974, com John Ryan, Sharon Farrell, James Dixon. Ver Destaque)

#### VRTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Euronews  
11.10 Espaço Infantil-Juvenil  
12.30 Programa não designado  
14.00 «Sangue, Suor e Lágrimas» (de Noel Coward e David Lean, R.Unido/1942, com Noel Coward, John Mills, Bernard Miles, Celia Johnson. Drama)  
16.00 Euronews  
17.30 Cidade Louca  
18.00 3º Calhau a Contar do Sol  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Pontos de Fuga  
19.30 Hugo  
20.00 Viver no Campo  
20.25 Sabrina  
20.50 Personagens  
22.30 Jornal 2  
23.10 Dharma e Greg  
24.00 Um Café no Majestic  
01.00 Jazz a Preto e Branco  
02.00 «Amo e Senhor» (de Carl Dreyer, Din/1925, com Johannes Meyer, Astride Holm, Mathilde Nielsen. Drama)

#### VSIC

08.00 Buêré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima  
15.00 A Viagem  
16.00 New Wave  
16.45 Estrela Guia  
18.00 Um Anjo Caiu do Céu  
19.30 Ganância  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Ponto de Encontro  
22.00 Porto dos Milagres  
23.20 O Bar da TV  
24.00 Longa Metragem  
02.00 Cinemania  
02.30 Portugal Radical

#### VTVI

08.30 Tiro e Queda  
09.30 Animação  
12.15 Bora Lá Marina  
13.00 TVI Jornal  
14.00 I 12  
15.00 Chiquititas  
16.00 Batatoon  
18.15 Olho Video  
19.00 Super Pai  
20.00 Jornal Nacional  
22.00 Programa não designado  
23.40 «O Mistério de Roswell» (de Jeremy Kagan, EUA/1994, com Martin Sheen, Kyle MacLachlan. Ver Destaque)  
01.40 Line's  
03.10 O Direito de Nascer

### Sábado, 7

#### VRTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Top +  
15.25 Fora de Série  
17.15 «Promessa Cumprida» (de Sheldon Larry, EUA/1996, com Keith Carradine, Annette O'Toole. Telefilme. Aventuras)  
19.00 Alves dos Reis  
20.00 Telejornal  
21.05 Estação da Minha Vida  
22.00 Sábado à Noite  
23.35 Lei Marcial  
00.25 24 Horas  
00.50 Máquinas  
01.40 «Sand» (Longa Metragem)

#### VRTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Universidade Aberta  
12.00 Iniciativa  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
19.00 «Serenidade» (de Rosa Coutinho Cabral, Port/1987, com Rogério Samora, Guida Maria, Francisco Praia, Isabel Cabral. Drama)  
21.00 Horizontes da Memória  
21.30 Bombardeio  
22.00 Jornal África  
22.30 Jornal 2  
23.00 O Lugar da História  
24.00 Britcom  
01.40 «O Dia da Besta» (de Alex de La Iglesia, Esp/1995, com Alex Angulo, Armando de Raza, Santiago Segura. Drama)  
03.30 Loja do Cidadão

#### VSIC

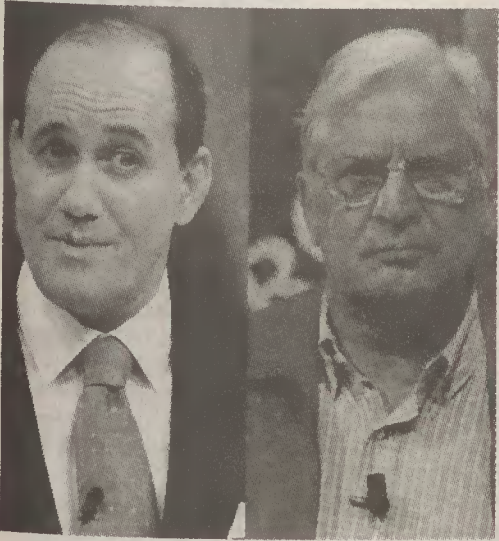
07.00 Zip Zap  
11.15 Dá-lhe Gás  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 «Enquanto Dormias» (de Jon Turletaub, EUA/1995, com Sandra Bullock, Bill Pulman, Peter Gallagher. Comédia)  
16.40 «007 e o Homem da Pistola Dourada» (de Guy Hamilton, R.Unido/1974, com Roger Moore, Christopher Lee, Britt Ekland. Aventuras)  
19.10 Mundo Vip  
20.00 Jornal da Noite  
21.20 Malucos do Riso  
22.20 Herman Sic  
00.30 «Carro em Fuga» (Policial)  
03.30 Portugal Radical

#### VTVI

08.00 Animação  
10.45 Top Rock  
12.00 A Missão  
13.00 TVI Jornal  
13.45 Contra-Ataque  
14.45 4ª a Fundo  
15.00 Caras Lindas  
16.30 Olho Video  
17.00 «Danger on Flight 534» (de John Cassar, EUA/2001, com Eric Roberts, Alexandra Paul. Catástrofe)  
19.00 Ilha da Tentação  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 Olhos de Água  
01.00 Lux  
01.50 Templo Solar (Mini-série)

**Domingo, 8**

- ▼ RTP1**  
 07.00 Infantil/Juvenil  
 13.00 Jornal da Tarde  
 14.00 Made in Portugal  
 15.15 Longa Metragem  
 17.10 «O Homem da Máscara de Ferro» (de Mike Newell, R. Unido/1976, com Richard Chamberlain, Louis Jourdan, Jenny Agutter. *Ver Destaque*)  
 19.00 Alves dos Reis  
 20.00 Telejornal



A Sic «refresca a programação» com algumas das suas estrelas...

- 21.10 Estação da Minha Vida  
 22.05 Jag - Em Nome da Justiça  
 23.00 O Rosto da Notícia  
 00.10 Teledependentes  
 00.45 24 Horas  
 01.15 «Os Reis do Submundo» (de Bill Duke, EUA/1997, com Lawrence Fishburne, Tim Roth, Andy Garcia. *Ver Destaque*)

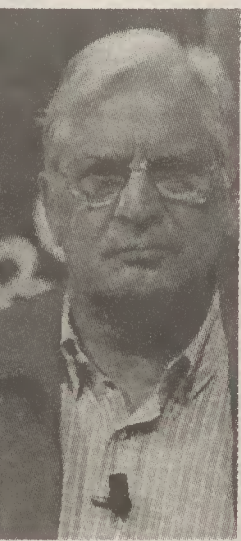
- ▼ RTP2**  
 07.00 Euronews  
 09.00 Programa Religioso  
 10.30 Missa  
 11.15 Horizontes da Memória  
 11.45 Pelo Mundo Fora  
 12.30 Palácio de Cristal  
 13.30 Quem Sai Aos Seus  
 14.00 Desporto 2  
 18.30 Projecto Golfinho  
 19.30 Balzac  
 20.30 Onda Curta  
 21.00 Simpsons  
 21.30 Nem Contigo Nem Sem Ti  
 22.30 Jornal 2  
 23.00 Artes e Letras - «Nadir Afonso»  
 24.00 Travessa do Cotovelo  
 01.15 «Negros Hábitos» (de Pedro Almodovar, Esp/1983, com Cristina S. Pascual, Marisa Paredes, Mari Carrillo. *Comédia dramática*)

- ▼ SIC**  
 07.00 Zip Zap  
 12.00 BBC Vida Selvagem  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.30 Popstars  
 15.30 «Cabeças Ocas» (de Michael Lehman, EUA/1994, com Brandon Fraser, Joe Mantegna. *Comédia*)  
 17.10 «Até ao Limite» (de Ridley Scott, EUA/1997, com Demi Moore, Anne Bancroft, Vigo Mortensen. *Drama*)  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 «007, o Mundo não Chega» (de Michael Apted, 1999, com Pierce Brosnan, Sophie Marceau. *Aventuras*)  
 22.00 O Bar da TV  
 24.00 «Sem Retorno» (de Oliver Stone, EUA/1997, com Sean Penn, Nick Nolte, Jennifer Lopez. *Thriller*)  
 02.10 Portugal Radical

- ▼ TVI**  
 08.30 Animação  
 10.00 Cerimónias Religiosas  
 13.00 TVI Jornal  
 14.00 Dawson's Creek  
 15.45 «Don Juan de Marco» (de Jeremy Leven, EUA/1996, com Marlon Brando, Johnny Depp, Faye Dunaway. *Comédia*)  
 18.00 «Nascida Ontem» (de Luis Mandoki, EUA/1993, com Melanie Griffith, Don Johnson, John Goodman. *Comédia*)  
 20.00 Jornal Nacional  
 21.00 Super Pai  
 22.45 Olhos de Água  
 23.45 «L.A. Confidencial» (de Curtis Hanson, EUA/1997, com Kevin Spacey, Russel Crowe, Guy Pearce, Kim Basinger, Danny de Vito. *Thriller*)  
 24.00 «Um Estranho na Cidade» (de Alan Wade, EUA/1997, com Christian Slater, Robin Tunney. *Thriller*)

**Segunda, 9**

- ▼ RTP1**  
 07.30 Infantil/Juvenil  
 09.30 Praça da Alegria  
 12.25 Regiões  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.55 Emoções Fortes  
 15.30 Vidas Cruzadas  
 16.30 Privilégio de Amar  
 17.55 Quebra Cabeças  
 18.30 Meu Pé de Laranja-Lima  
 19.40 Regiões  
 20.00 Telejornal



- 21.00 Sorte Grande  
 22.00 Grande Noite do Fado  
 23.45 24 Horas  
 00.15 «Mesmer» (de Roger Spottiswoode, R.Unido-Can- Alem/1994, com Alan Rickman, Amanda Ooms. *Drama*)  
 02.05 «Heróis do Tirol» (de Niki List, Austria-Alem- Suíça/1998, com Christian Schmidt, Elke Winkens. *Comédia*)

- ▼ RTP2**  
 07.00 Hora Viva  
 09.45 Euronews  
 11.00 Espaço Infantil-Juvenil  
 14.00 Universidade Aberta  
 15.00 Volta a França em Bicicleta  
 17.00 Informação Gestual  
 17.30 Cidade Louca  
 18.00 3º Calhau a Contar do Sol  
 18.30 Informação Religiosa  
 19.00 Rotações  
 19.30 Hugo  
 20.00 Viver no Campo  
 20.30 Sabrina  
 21.00 Por Outro Lado  
 22.30 Jornal 2  
 23.00 Snoops  
 24.00 Artes de Palco - Teatro - «Escola de Maridos»  
 01.00 Andamentos

- ▼ SIC**  
 08.00 Buééré  
 10.00 SIC 10 Horas  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.10 A Próxima Vítima  
 15.00 A Viagem  
 16.00 New Wave  
 16.45 Estrela Guia  
 18.00 Um Anjo Caiu do Céu  
 19.30 Ganância  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Malucos do Riso  
 22.00 Porto dos Milagres  
 23.20 O Bar da TV  
 24.00 «Mil Luzes de Nova Iorque» (de James Bridges, EUA/1988, com Michael J. Fox, Kiefer Sutherland. *Drama*)  
 02.00 Portugal Radical

- ▼ TVI**  
 08.30 Tiro e Queda  
 09.30 Animação  
 12.15 Bora Lá Marina  
 13.00 TVI Jornal  
 14.00 112  
 15.00 Chiquititas  
 16.00 Batatoon  
 18.15 Olhó Video  
 19.00 Super Pai  
 20.00 Jornal Nacional  
 21.00 Pontapé de Saída  
 22.00 Crianças S.O.S.  
 23.00 Olhos de Água  
 24.00 «Perigo Duplo» (de Deborah Dalton, EUA/1997, com Joe Penny, Teri Garr, Frederic Forrest. *Thriller*)  
 02.00 Desafio Total  
 03.10 Strange World

**Terça, 10**

- ▼ RTP1**  
 07.00 Infantil/Juvenil  
 09.30 Praça da Alegria  
 12.25 Regiões  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.55 Emoções Fortes  
 15.30 Vidas Cruzadas  
 16.30 Privilégio de Amar  
 18.05 Meu Pé de Laranja-Lima  
 18.55 Quebra Cabeças  
 19.30 Regiões  
 20.00 Telejornal  
 21.05 Bastidores  
 22.45 Crime Perfeito  
 23.00 Sem Filtro  
 00.30 24 Horas  
 02.00 Bandas Fabulosas  
 02.45 «Barcelona» (de Whit Stillman, EUA/1994, com Taylor Nicholas, Chris Eigeman. *Comédia*)

- ▼ RTP2**  
 07.00 Hora Viva  
 09.45 Euronews  
 11.00 Espaço Infantil-Juvenil  
 14.00 O Lugar da História  
 15.00 Volta a França em Bicicleta  
 16.30 Informação Gestual  
 17.30 Cidade Louca  
 18.30 Informação Religiosa  
 19.00 Bombordo  
 19.30 Hugo  
 20.00 Viver no Campo  
 20.30 Sabrina  
 21.00 O Triunfo dos Porcos  
 22.30 Jornal 2  
 23.00 Conversa Privada  
 24.00 «Por Favor, Senhoras, Não Chorem» (de Stavros Tsiolis, Grécia/1992, com Argyris Bakirtzis, Dimitris Vlachos. *Comédia*)  
 02.00 Rotações

- ▼ SIC**  
 08.00 Buééré  
 10.00 SIC 10 Horas  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.10 A Próxima Vítima  
 15.00 A Viagem  
 16.00 New Wave  
 16.45 Estrela Guia  
 18.00 Um Anjo Caiu do Céu  
 19.30 Ganância  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Esta Semana  
 22.00 Porto dos Milagres  
 23.20 O Bar da TV  
 24.00 «Homens de Fogo» (de Glenn Gordon Caron, EUA/1993, Debra Winger, Dennis Quaid. *Comédia*)  
 02.00 Portugal Radical

- ▼ TVI**  
 08.30 Tiro e Queda  
 09.30 Animação  
 12.15 Bora Lá Marina  
 13.00 TVI Jornal  
 14.00 112  
 15.00 Chiquititas  
 16.00 Batatoon  
 18.15 Olhó Video



«O 3.º Calhau a Contar do Sol» regressa à RTP2

- 19.00 Super Pai  
 20.00 Jornal Nacional  
 21.00 Pontapé de Saída  
 22.00 Bora Lá Marina  
 22.50 Olhos de Água  
 23.50 «Firefox» (de Clint Eastwood, EUA/1982, com Clint Eastwood, Freddie Jones. *Espionagem*)  
 02.20 Ally McBeal  
 03.30 Line's  
 04.00 Rescue 77

**Quarta, 11**

- ▼ RTP1**  
 07.00 Infantil/Juvenil  
 09.30 Praça da Alegria  
 12.25 Regiões  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.55 Emoções Fortes  
 15.30 Vidas Cruzadas  
 16.30 Privilégio de Amar  
 18.05 Meu Pé de Laranja-Lima  
 18.55 Quebra Cabeças  
 19.40 Regiões  
 20.00 Telejornal  
 21.05 Bastidores  
 21.55 Benny Hill  
 22.30 «Na Lista do Assassino» (de Buddy Van Horn, EUA/1988, com Clint Eastwood, Patricia Clarkson, Liam Neeson, Jim Carey. *Ver Destaque*)  
 00.10 Maiores de 20  
 00.40 24 Horas  
 01.10 «Mãe e Filho» (de Alexander Sokourov, Russ- Alem/1997, com Alexei Ananishnov e Gudrun Geyer. *Drama*)

- ▼ RTP2**  
 07.00 Hora Viva  
 09.45 Euronews  
 11.10 Espaço Infantil-Juvenil  
 14.00 O Triunfo dos Porcos  
 15.00 Volta a França em Bicicleta  
 16.30 Informação Gestual  
 17.30 Espaço Infantil  
 18.30 Informação Religiosa  
 19.00 Hugo  
 19.30 Onda Curta  
 20.00 Viver no Campo  
 21.00 Livres e Iguais  
 22.10 Ciclismo - Prémio Joaquim Agostinho  
 22.30 Jornal 2  
 23.00 Departamento de Homicídios  
 24.00 Sinais do Tempo  
 01.00 O Reino

- ▼ SIC**  
 08.00 Buééré  
 10.00 SIC 10 Horas  
 13.00 Primeiro Jornal  
 14.10 A Próxima Vítima  
 15.00 A Viagem  
 16.00 New Wave  
 16.45 Estrela Guia  
 18.00 Um Anjo Caiu do Céu  
 19.30 Ganância  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Esta Semana  
 22.00 Porto dos Milagres  
 23.20 O Bar da TV  
 24.00 «Marés Brancas» (de Serge Rodnucky, EUA/1995, com Roddy Piper, Camila More. *Thriller*)  
 02.00 Portugal Radical

- ▼ TVI**  
 08.30 Tiro e Queda  
 09.30 Animação  
 12.15 Bora Lá Marina  
 13.00 TVI Jornal  
 14.00 112  
 15.00 Chiquititas  
 16.00 Batatoon  
 18.15 Olhó Video  
 19.00 Super Pai  
 20.00 Jornal Nacional  
 21.00 Pontapé de Saída  
 22.00 Entre Marido e Mulher  
 22.50 Olhos de Água  
 23.20 Tic Tac Milionário  
 23.50 «A Vingança do Escorpião Negro» (de Jonathan Winfrey, EUA/1995, com Joan Severan, Garret Morris. *Drama*)  
 02.00 Que Loucura de Família  
 02.30 Rescue 77  
 03.30 Direito de Nascer

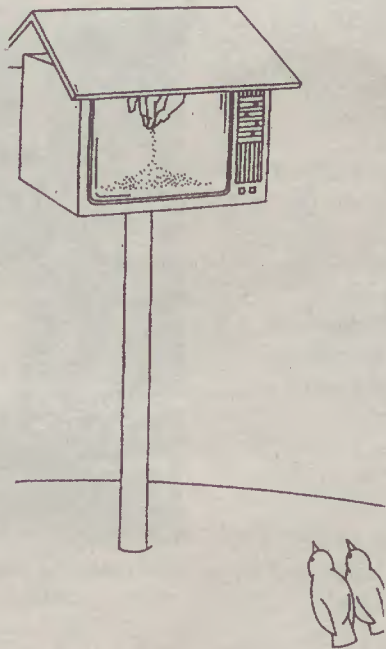
**TVisto**  
 Correia da Fonseca  
**Ver**  
**ouvir e pensar**

Neste limiar do segundo semestre de 2001, não apenas o governo do engenheiro Guterres está, já sem disfarce possível, em crise permanente, como também o está, embora de outro modo e noutro plano, a TV portuguesa. A dimensão mais visível desta crise é a celeuma pública suscitada pelos «reality shows» que transgrediram regras dominantes de moralidade pública, como aliás já aqui foi referido e sobrejamente se sabe. Porém, há outros aspectos não menores que reclamam atenção e providências, até porque a moralidade é um território bem mais amplo do que alguns parecem suspeitar. Por tudo isto, e também

Comércio e da Indústria privados, essas verdadeiras IPSS's do nosso tempo.

**Razões, argumentos, provas**

A abordagem de alguns desses aspectos foi sugerida, expressamente sem exclusão de quaisquer outros, em texto de apoio distribuído aos participantes no debate. Eram a permanente e intensa manipulação da tele-informação, a promoção da ignorância e da mediocridade supostamente «de sucesso», a continuada desagregação do serviço público de televisão, a quotidiana violação do quadro legal e regulamentar da TV em Portugal, a necessidade da existência de entidade(s) reguladora(s) do audiovisual com modelo adequado às questões colocadas, a circunstância agravante decorrente do específico estado de secular desculturalização do nosso país. A estes pontos acrescentaram-se muitos outros em consequência das intervenções havidas, e todos eles foram objecto de reflexões, de depoimentos e de outros diversos contributos que permitiram um aprofundamento lúcido.



porque a televisão no nosso país é, como não podia deixar de ser, um tema que constitui permanente ocupação e preocupação sua, a organização da Comunicação Social do Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa do PCP realizou no passado dia 28, no Centro Vitória, um debate acerca desta questão. Nele participaram não apenas militantes do Partido como também figuras que, não o sendo, vieram trocar ideias sobre o assunto, dizer das inquietações e/ou indignação que sentem. O encontro tinha um tema antecipadamente proposto: «Serão os «reality shows» o principal problema das televisões portuguesas?» É de elementar franqueza reconhecer que a resposta: não são. Não é preciso ser sábio, bastando ter cabeça com olhos, ouvidos e memória, para perceber que os «Bigs» e os «Bares» são apenas uma consequência, o mais recente termo de uma progressão que começou há uns nove anos, pelo menos, e que promete continuar por aí fora. E também para nos dar conta de outros aspectos, nada irrelevantes mas muito pouco falados, da putrefacção para que resvalou a TV que nos é distribuída diariamente e até «de borla» desde que o senhor professor Cavaco, num acesso da sua muita bondade, decidiu acabar com a taxa e assim entregar a RTP atada de pés e mãos às pressões do

**Nota:**  
 A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

## A talhe de foice

• Henrique Custódio

### Os lobos

A deportação e o julgamento do ex-presidente jugoslavo Slobodan Milosevic por um pretense Tribunal Penal Internacional (TPI) materializam um estendal de iniquidades com dimensão planetária. É simplesmente aterradora, a devastação que esta farsa já opera no presente - e configura para o futuro - sobre o sistema jurídico internacional que tem regulado o convívio dos povos e países do mundo: a partir deste caso, a lei da selva regressou para se formalizar internacionalmente como a matriz jurídica que preside ao relacionamento das sociedades humanas.

Vamos por partes.

A primeira iniquidade é doméstica e resume-se à infâmia, já anotada na Bíblia, de que há sempre gente disposta a vender-se por um prato de lentilhas. A miserável decisão de deportar Milosevic pela calada e a troca de uns milhões de dólares por parte do Governo jugoslavo liderado por um aventureiro chamado Zoran Djindjic (um bimbo deslumbrado por carros de luxo e opulências ao nível do cachucho no dedo) diz tudo sobre a qualidade de gente que subiu ao poder na Sérvia com o apoio dos patrões da NATO.

Mas também diz tudo sobre os corruptores, os que exerceram a chantagem sobre os palhaços de Belgrado.

A história humana está recheada de episódios onde a corrupção integrou as estratégias expansionistas dos conquistadores. Júlio César corrompeu as lideranças gaulesas e até contou em livro como se faz. Viriato e Sertório foram assassinados por lusitanos comprados por Roma, os Reis Católicos de Espanha apoderaram-se finalmente de Granada no século XV convencendo o califa a traficar o povo e o reino a troco do seu conforto pessoal, Hitler e o nazismo dominaram a Alemanha vendendo ao capitalismo nacional e internacional a garantia de conter o bolchevismo.

A iniquidade destes corruptores liderados pelos EUA para o caso Milosevic não se esgota na vulgaridade do acto, expande-se geometricamente na sordidez dos objectivos.

É que a compra da deportação de Milosevic não visa dominar a Jugoslávia e os Balcãs - mais que dominados, ambos estão destruídos pelas cirúrgicas bombas da Aliança e a cizânia meticulosamente semeada pelo democrático Ocidente neste complexo alfobre de povos, culturas e ressentimentos históricos. O objectivo é legitimar, numa farsa jurídica exercida sobre um vencido a pretexto dos direitos humanos, a monstruosa ilegitimidade de toda a intervenção política e militar nos Balcãs por parte dos actuais senhores do mundo.

E assim chegamos à iniquidade suprema.

Neste perverso xadrez, quem menos conta é o próprio Slobodan Milosevic e quaisquer actos que lhe queiram imputar. O que importa à NATO é aproveitar-lhe as costas vergadas à bomba para nelas exorcizar o seu próprio crime, que tem o tamanho da tragédia actualmente instalada nos Balcãs e a violência de uma absoluta ilegitimidade.

Foi a Alemanha que abriu a caixa de Pandora nos Balcãs ao legitimar a secessão da Croácia em nome duma pretensa «liberdade dos povos», foi a Alemanha e os seus parceiros da NATO, com os EUA à cabeça, que estimularam a mortandade fratricida na região com as suas estratégias de domínio dos Balcãs, foram eles e só eles que, em nome dos direitos humanos - por si próprios violados na Jugoslávia com o mais nefando descaramento - que cometeram a violação suprema: arrasarem à bomba um país que conglomerava um dos mais antigos conjuntos de culturas e povos europeus.

Tudo isto ao arripio das Nações Unidas e liminarmente decidido pelo directório da NATO que domina o Conselho de Segurança da ONU. Criado pelo directório da NATO, o TPI que se arroga o direito de julgar Milosevic é, ele mesmo, uma sentença já transitada em julgado. Uma sentença que oficializa a lei do mais forte como regulador das questões internacionais.

Quanto à sentença que o TPI aplicará a Milosevic, tem a dignidade da que o lobo aplicou ao cordeiro que lhe «turvava» a água.

## CESP denuncia ilegalidades em empresas do grupo Jerónimo Martins Pressões ilegais

O CESP/CGTP-IN acusa a Recheio, empresa grossista do Grupo Jerónimo Martins Retalho, de violar direitos dos trabalhadores e de se ingerir em matérias sindicais, procedimento passível de processo criminal.

As irregularidades são mais que muitas. Mais do que as dívidas aos trabalhadores, no valor de centenas de contos provenientes do não pagamento de trabalho suplementar, de diuturnidades ou de diferenças salariais, esta empresa do Grupo da multimilionária família Soares dos Santos enveredou por uma estratégia de «golpismo», pressionando os trabalhadores a assinarem contratos de trabalho mais favoráveis à entidade patronal. O CESP explica que a tática

cozinhou o tal contrato da ANAPCA», acusa uma nota do CESP/CGTP de 29 de Junho.

O Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal lembra que «as declarações e as pressões exercidas sobre os trabalhadores sócios do CESP e do CESNORTE para assinarem declarações que são ilegais, são matéria que vai dar origem a processo crime», cujas penas podem ir desde coimas pesadas a dois anos de prisão. O sindicato está também

As pressões são ilegais e punidas por penas até três anos de prisão



Está marcada uma concentração de activistas sindicais em frente à sede do Grupo Jerónimo Martins, nas Amoreiras, no dia 9 de Julho às 11 horas (foto de arquivo)

seguida pelo Recheio consiste em pressionar os trabalhadores a assinarem três declarações: uma primeira em que «optam» por um contrato colectivo de trabalho da associação patronal ANAPCA, prescindindo do Contrato Colectivo dos Produtos Alimentares, que obriga a empresa a pagar tudo o que deve; uma segunda declaração, em que os trabalhadores desistem de ser sócios do CESP e do CESNORTE e, numa terceira, vinculam-se a um sindicato da UGT, «sugerido, introduzido e apoiado pela empresa, o mesmo que

consciente que os quadros superiores da empresa que têm este procedimento, nomeadamente Miguel Seia e Paula Dias, «sabem que a sua actuação constitui uma violação dos trabalhadores e uma ingerência proibida e punida pela lei sindical».

O CESP alerta ainda os trabalhadores para o facto de que qualquer opção por uma nova convenção colectiva pertence, apenas, aos trabalhadores e aos seus sindicatos apelando, por isso, para que não assinem nada que venha da entidade patronal sem consulta prévia ao sindicato.

### Perseguição no Pingo Doce

Também no Pingo Doce, da mesma família Soares dos Santos, foram detectadas irregularidades. Na Loja Pingo Doce do edifício Tivoli, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, a secretária assumiu-se como sua dona, pois «admite, demite, chantageia trabalhadores, não lhes faz contratos e não lhes paga salários e subsídios com recibo», acusa o CESP. «No uso do mais absoluto desrespeito, a senhora Conceição, assim é conhecida a tal secretária da Loja, grita, esbraceja e ameaça os trabalhadores diante dos clientes», afirma o sindicato do sector, que considera que esta prática é exemplo «das más relações de trabalho que hoje existem na grande distri-

buição, onde os direitos dos trabalhadores são sistematicamente desrespeitados». A nota do sindicato refere que a chantagem sobre os trabalhadores precários «vai ao ponto de procurar invólucros de rebufados no lixo e de os utilizar para pressionar a demissão das trabalhadoras com a acusação de os terem consumido».

Situações de abusos da condição de precariedade de muitos trabalhadores são muitos e variados no Grupo Jerónimo Martins. Se, por exemplo, no Pingo Doce da Avenida da Liberdade, a secretária é a «carcereira», em Évora é a vítima. Noutros locais, afirma o Sindicato do Comércio, são grávidas e lactantes a ser despedidas ou discriminadas.

## Transportes em greve

A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos/CGTP-IN decretou, para esta semana, uma greve cuja adesão, nos dois primeiros dias, terá sido, segundo os sindicatos, de 60 por cento. Os trabalhadores reivindicam aumentos salariais e a manutenção do subsídio de Agente Único, para os motoristas que desempenham simultaneamente as funções de cobrador de bilhetes.

Em nota à imprensa do dia 2, a FSTRU afirmou que, «de acordo com os elementos disponíveis no momento, já se verificam em várias empresas os efeitos (positivos) desta

greve, pois muitas delas, à margem da sua Associação Patronal e de forma a evitar o conflito, já se disponibilizaram a procurar um acordo que venha ao encontro das reivindicações dos trabalhadores».

Vítor Pereira, da FSTRU, declarou à Lusa que a federação sindical terá «obrigado muitos empresários a rever os Acordos de Empresa», pelo que a paralização dos trabalhadores não foi maior.

Os sindicatos mantêm a convicção de continuar a lutar «se a ANTROP (associação patronal do sector) não alterar a sua postura».

## Inflação dispara

A inflação média anual deverá ultrapassar os quatro por cento, este ano, segundo as previsões incluídas no boletim económico de Junho do Banco de Portugal, divulgado na terça-feira.

O intervalo agora admitido pelo banco central português (entre 3,9 por cento e 4,5 por cento) situa-se acima da sua projecção de Outono (2,9 a 3,3 por cento) e do definido nas previsões de Primavera da Comissão Europeia (entre os 3,6 e os 4,1 por cento).

Por outro lado, a economia portuguesa deverá crescer entre os dois e os 2,5 por cento, continuando abaixo da média da Zona Euro, que deverá expandir-se a um ritmo entre 2,2 e 2,8 por cento, segundo as estimativas publicadas em Junho pelo Banco Central Europeu (BCE).

## O que está em causa

Para melhor se compreender o porquê das pressões, o comunicado do CESP deixa algumas das diferenças encontradas entre o texto do CCT para a Distribuição de Produtos Alimentares, aplicável ao «Recheio» e o outro, assinado pela UGT/ANAPCA, que o «Recheio» quer obrigar os trabalhadores a aceitar.

Assim, no que respeita aos horários de trabalho e ao descanso semanal, o CCT da Distribuição de Produtos Alimentares prevê um máximo de 40 horas semanais, com descanso ao sábado e domingo, enquanto que no contrato da UGT/ANAPCA está contido um máximo de 48 horas semanais num período de referência de um ano desde que, num período de 12 meses, a média seja igual a 40 horas semanais. Quanto ao descanso semanal, o contrato regulamenta apenas a obrigatoriedade de se descansar dois dias seguidos, não existindo obrigatoriedade do descanso ao sábado e domingo.

Quanto ao pagamento do trabalho suplementar, o contrato defendido pelo CESP prevê que seja pago a 100 por cento se for diurno, 175 por cento se nocturno e de 200 se prestado em dia de descanso semanal. O CCT da UGT prevê que se pague a 100 por cento, independentemente das condições em que é prestado.

Outra das diferenças encontradas prende-se com o subsídio dado ao trabalhador doente ou sinistrado: enquanto o primeiro contrato prevê que, num caso ou noutro, a empresa pague a diferença entre a retribuição auferida à data da baixa e o subsídio atribuído pela seguradora ou instituição de previdência, até ao limite de 90 dias por ano. Quanto ao CCT da UGT/ANAPCA, nada diz sobre isto.

